



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES
CURSO DE MESTRADO

WALERIA VILA NOVA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE, NO CONTEXTO
DA PANDEMIA DO COVID-19**

Recife
2021

WALERIA VILA NOVA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE, NO CONTEXTO
DA PANDEMIA DO COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, Culturas e Identidades. Área de Concentração: Políticas, Programas e Gestão de Processos Educacionais e Culturais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches.

Recife

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S586e Silva, Waleria Vila Nova da
A Educação Infantil em Vitória de Santo Antão-PE, no Contexto da Pandemia do Covid-19 / Waleria Vila Nova da Silva. - 2021.
136 f. : il.
- Orientadora: Ana de Fatima Pereira de Sousa Abranches.
Inclui referências e anexo(s).
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2022.
1. Educação Infantil. 2. Pandemia do Covid-19. 3. Rede Municipal de Ensino de Vitória de Santo Antão PE. I. Abranches, Ana de Fatima Pereira de Sousa, orient. II. Título

WALERIA VILA NOVA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE, NO CONTEXTO
DA PANDEMIA DO COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, Culturas e Identidades. Área de Concentração: Políticas, Programas e Gestão de Processos Educacionais e Culturais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches
FUNDAJ/PE
Orientadora e Presidenta

Prof^a. Dr^a. Conceição Gislane Nóbrega Lima de Salles
CAA/UFPE
Examinadora Externa

Prof^a. Dr^a. Bruna Tarcília Ferraz
UFRPE/FUNDAJ
Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus por tudo o que Ele me permitiu viver através do mestrado e na realização deste trabalho, e por ter me feito superar todos os desafios e todas as dificuldades no processo e agradeço a Nossa Senhora por toda intercessão e por sempre permanecer ao meu lado, em todos os momentos.

Agradeço à minha família, especialmente aos meus pais, Luzineide Vila Nova da Silva e Washington Francisco da Silva, por serem abençoados em minha vida e por sempre me apoiarem em minhas escolhas. Juntos, no período de realização deste trabalho, superamos desafios relacionados à saúde física e emocional, especialmente aos da Covid-19. Foram mais alguns desafios, mediante a toda a minha jornada educacional, que adveio desde sempre, como aluna de escola pública, bolsista em escola particular, até a universidade pública, em outra cidade e com poucos recursos. Mas sempre estivemos juntos e estaremos juntos na superação de outros desafios e na conquista de outras vitórias em minha vida, se Deus quiser.

Obrigada mãe e pai, amo vocês imensamente e não tenho palavras que sejam suficientes para a minha gratidão a vocês! Que Deus os abençoe muito e permita que vocês vivam por muitos anos!

Agradeço também a minha irmã, Walquiria Vila Nova da Silva, que esteve comigo em todos os momentos, e recordo especialmente da minha matrícula para o curso de licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, e me ajudou emocional, financeira, e progressivamente como estudante no mestrado. Sua casa foi minha estadia de estudos e sua companhia, força para eu não desistir, mesmo com as dificuldades. Amo muito você, minha irmã, e obrigada por sempre me apoiar em minhas escolhas.

Como também agradeço aos meus demais familiares, irmãos, sobrinhas, sobrinho, afilhadas e amigas por todo apoio e amor em minha jornada acadêmica e de vida.

Agradeço ao meu companheiro, Leoni Henrique Feliciano da Silva, por sempre estar ao meu lado, por nunca desistir de mim, e principalmente por sempre acreditar em mim, até quando eu mesma não acredito. Amo muito você e espero compartilhar com você muitas outras vitórias e conquistar muitos outros sonhos!

Agradeço às minhas queridas professoras e aos meus queridos professores, de toda a minha jornada educacional, desde o Normal Médio até o mestrado, pois me marcaram de uma maneira linda e me fizeram buscar cada vez mais a educação como minha área de formação profissional e de vida.

Especialmente agradeço à minha querida orientadora professora doutora Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches, por sempre estar disponível a me acolher nas minhas angústias, a me ouvir, a respeitar o meu tempo, a estar ao meu lado em toda essa jornada, caminhando pacientemente para juntas chegarmos neste trabalho. Obrigada, de todo coração, professora! Que Deus abençoe muito a senhora!

Agradeço às pessoas que contribuíram de maneira singular e abençoada em meu trabalho, a Valéria Oliveira e Isaías Silva, componentes da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, sempre disponíveis a ajudar e colaborar em minha pesquisa. E em nome deles, agradeço a toda a rede por todo acolhimento e receptividade com a pesquisa e esta pesquisadora.

E por fim, mais não menos importante, agradeço a minha filha, Valentina Vila Nova da Silva, que no momento da produção e finalização deste trabalho encontra-se no meu ventre. Filha, te amo muito e você é a razão pela qual luto hoje e por eu querer ser uma mulher mais forte, destemida e melhor, por você! Saiba que você é tudo pra mim e que sempre te amarei, por toda a minha vida!

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que teve como objeto de estudo a dinâmica da Educação Infantil no município de Vitória de Santo Antão no contexto da pandemia do Covid-19, cujo objetivo geral foi analisar a etapa da Educação Infantil no contexto da pandemia do Covid-19. Como metodologia, utilizamos a observação sistemática (GIL, 2008), análise documental e o Estudo de Caso (YIN, 2001). As observações foram realizadas em participação nos eventos e formações promovidos pela Secretaria Municipal de Educação no formato presencial e remotos que denominamos de Campo Virtual da Pesquisa, bem como a participação em grupos de coordenação pedagógica (de modo geral) e docentes da Educação Infantil, ambos no Aplicativo WhatsApp. Foram analisados os documentos norteadores das atividades da Educação Infantil no município, durante o período de desenvolvimento deste estudo, tais como a Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019), os pareceres do Conselho Nacional de Educação (05/2020, 15/2020). O outro ponto de destaque são as orientações para preenchimento de relatórios e cadernetas de acordo com os documentos orientadores. Percebe-se neste contexto que os objetivos da gestão da rede municipal estão muito direcionados às tarefas burocráticas que comprovem que as atividades foram realizadas de acordo com os documentos orientadores e menos com o atendimento das necessidades dos/das docentes no contexto do trabalho em casa e as dificuldades relatadas na interação com as crianças, famílias e as atividades síncronas e assíncronas, bem como os recursos tecnológicos e equipamentos. Destaco ainda que não houve nas formações momentos de reflexões sobre concepção de infância, bem como orientações específicas sobre a educação da infância na pandemia do Covid-19.

Palavras-Chave: Educação Infantil; Pandemia do Covid-19; Rede Municipal de Ensino de Vitória de Santo Antão-PE.

ABSTRACT

This work is the result of a research whose object of study was the dynamics of Early Childhood Education in the city of Vitória de Santo Antão in the context of the Covid-19 pandemic, whose general objective was to analyze the stage of Early Childhood Education in the context of the Covid pandemic -19. As a methodology, we used systematic observation (Gil, 2008), document analysis and the Case Study (Yin, 2001). The observations were carried out through participation in events and training promoted by the Municipal Department of Education in face-to-face and remote format that we call the Virtual Field of Research, as well as participation in pedagogical coordination groups (in general) and early childhood education teachers, both in the WhatsApp App. The guiding documents of Early Childhood Education activities in the city were analyzed during the period of development of this study, such as the Pernambuco Curriculum for Early Childhood Education (2019), the opinions of the National Education Council (05/2020, 15/2020). The other highlight is the guidelines for filling out reports and passbooks in accordance with the guiding documents. It can be seen in this context that the objectives of the management of the municipal network are very much directed towards bureaucratic tasks that prove that the activities were carried out in accordance with the guiding documents and less in meeting the needs of teachers in the context of working at home and the difficulties reported in interacting with children, families and synchronous and asynchronous activities, as well as technological resources and equipment. I also emphasize that there were no moments of reflection on the concept of childhood in the training sessions, as well as specific guidelines on childhood education in the Covid-19 pandemic.

Key words: Early Childhood Education; Covid-19 Pandemic; Municipal Education Network of Vitória de Santo Antão-PE.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Campo Virtual da Pesquisa	26
Quadro 2 – Síntese dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil e dos campos de experiências, da BNCC (2017)	69
Quadro 3 – Faixa etária voltada para a Educação Infantil, de acordo com a BNCC (2017)	70
Quadro 4 – Turmas da Educação Infantil	80
Quadro 5 – Perfil da Secretaria Municipal de Educação de Vitória de Santo Antão-PE, entre os anos de 2019 a 2021 no contexto da Educação Infantil	86
Quadro 6 – Indicativos sobre a coordenação pedagógica apontados pelo coordenador deste setor em Vitória de Santo Antão-PE, na formação de 2020	93
Quadro 7 – Relatos de experiências de coordenadoras durante o ano de 2020, com a pandemia do Covid-19	94
Quadro 8 – Papel do coordenador pedagógico de acordo com o responsável pela coordenação pedagógica em Vitória de Santo Antão-PE	95
Quadro 9 – Considerações da palestra de abertura do Webinário - 2020	97
Quadro 10 – Relato de experiência de professora da Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE, no período da pandemia do Covid-19 em 2020 e início de 2021	103
Quadro 11 – Segundo relato de experiência de professora da Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE, no período da pandemia do Covid-19 em 2020 e início de 2021	111
Quadro 12 – Explicação da fala de uma gestora da rede municipal de ensino de Jaboatão dos Guararapes-PE, na formação para coordenação, gestão e apoio pedagógico de Vitória de Santo Antão-PE, em 2021	119
Quadro 13 – Relatos de gestoras, gestor e coordenadoras pedagógicas da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, na formação de 2021	120

Quadro 14 – Destaques da fala do secretário municipal de educação sobre o “Programa Vitória Ensina em Casa”	124
Quadro 15 – Relação de videoaulas do “Programa Vitória Ensina em Casa”, para a Educação Infantil	128

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Número de matrículas da Educação Infantil, segundo Censo Escolar 2020	32
FIGURA 2 – Tabela com número de matrículas da Educação Infantil, segundo Censo Escolar 2020	35
FIGURA 3 – Recursos Tecnológicos presentes nas escolas públicas brasileiras, segundo o Censo Escolar 2020	37
FIGURA 4 – Número de docentes segundo o Censo Escolar 2020	38
FIGURA 5 – Número de escolas segundo o Censo Escolar 2020	38
FIGURA 6 – Tabela referente a formação docente	56
FIGURA 7 – Tabela sobre dados mais gerais de docentes da Educação Infantil	56
FIGURA 8 – Gráfico sobre medida relacionada a suspensão de atividades presenciais	58
FIGURA 9 – Gráfico sobre as dificuldades enfrentadas no trabalho remoto	59
FIGURA 10 – Medidas trabalhistas adotadas pelos municípios (de modo geral), em relação às/aos docentes na pandemia do Covid-19	59
FIGURA 11 – Taxa de Escolarização de Estudantes entre 6 e 14 anos do Município	81
FIGURA 12 – Gráfico de Matrículas na Educação Infantil do Município	81
FIGURA 13 – Percentual de população que frequenta escola na Educação Infantil	85
FIGURA 14 – Programação do “Programa Vitória Ensina em Casa”, para a Educação Infantil	126

LISTA DE TABELA

Tabela 01 – Número de Estudantes por Turma e Zona Municipal (2020)

83

LISTA DE SIGLAS

Abmes	Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior.
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
Art.	Artigo.
BNCC	Base Nacional Comum Curricular.
CEB	Câmara de Educação Básica.
CEE	Conselho Estadual de Educação.
CF	Constituição Federal.
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
Covid-19	Coronavírus, considerado como novo coronavírus por ter sido uma nova variante desse tipo de vírus, no ano de 2019.
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.
GT	Grupo de Trabalho.
hs	Horas.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
Km²	Quilômetro quadrado.
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MEC	Ministério da Educação.
MERS-COV	Síndrome Respiratória do Oriente Médio.
Mieib	Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
PCA	Programa Criança Alfabetizada.
PE	Pernambuco, Brasil.
PI	Produto Interno Bruto.
PM	Plano Municipal de Educação.

PN	Plano Nacional de Educação.
PNE	Política Nacional de Educação Infantil.
PP	Projeto Político Pedagógico.
Quant.	Quantidade.
RCNEI	Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil.
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave.
SARS-COV	Variante do vírus “coronavírus”.
SARS-COV-2	Nova variante do vírus “coronavírus”, sendo essa variante descrita para a Covid-19.
SEC/PE	Secretaria de Educação de Pernambuco.
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O CAMINHO DA PESQUISA	22
2.1	Contextualização do universo da pesquisa	28
2.2	Educação Infantil no município de Vitória de Santo Antão-PE	30
2.3	A pandemia do Covid-19 – Breve contextualização sobre o novo coronavírus e sobre a situação educacional de Vitória de Santo Antão-PE, a partir da pandemia do Covid-19	36
3	A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	46
3.1	Elementos Político-Educacionais da Educação Infantil no Brasil	48
4	A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	54
4.1	A Coordenação Pedagógica Escolar e a Educação Infantil	56
4.2	Docência na Educação Infantil na Pandemia do Covid-19	58
4.3	Documentos Norteadores para a atividade da Educação Infantil do município de Vitória de Santo Antão	63
4.3.1	Plano Municipal de Educação (2015-2025)	64
4.3.2	Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019) e BNCC (2017)	68
4.3.3	Medida Provisória N° 934, de 1° de abril de 2020	74
4.3.4	Resolução CEE/PE N° 3, de 19 de março de 2020	74
4.3.5	Parecer CNE 05/2020	75
4.3.6	Parecer CNE 15/2020	76
5	A ATIVIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19	79
5.1	Educação Infantil no município de Vitória de Santo Antão-PE	79
5.2	Caracterização de docentes e de coordenadoras/es pedagógicas/os da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE	86
5.3	Organização e orientações para a etapa da Educação Infantil do município no contexto da pandemia do Covid-19	88
5.3.1	Encontro presencial com docentes da Educação Infantil (março de 2020)	89
5.3.2	Educação Infantil e Trabalho remoto 2020/2021	92
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131

REFERÊNCIAS	137
ANEXOS	141

1 INTRODUÇÃO

“Conhecer como cada instituição se apropria das normas do sistema educativo e como reage diante dos desafios cotidianos, investigar as formas de relação estabelecidas, os mecanismos de apropriação ou resistência, as ‘saídas’ encontradas é tarefa das mais relevantes” (ANDRÉ 2010, p. 14-15).

A pesquisa científica advém de experiências individuais e coletivas de pesquisadoras e pesquisadores que progressivamente encaminham olhares e estudos na sua formação acadêmica e inserem nos seus objetos de estudo.

O interesse por pesquisar sobre a Educação Infantil surgiu a partir do contexto educacional do município em que resido, pela ausência de creches públicas, e pela minha trajetória de formação inicial, com a busca de estabelecer conexão entre o conhecimento consolidado na academia com a realidade social e educacional do município.

No que diz respeito a etapa da Educação Infantil no município de Vitória de Santo Antão - PE, apesar da ausência de creches públicas e escolas que atendem crianças de 0 a 2 anos, houve turmas com crianças de 3 anos e meio, em uma escola, e ainda de 4 e 5 anos nas escolas de modo geral, correspondendo assim ao modo como a Educação Infantil é vivenciada neste município.

Importa considerar que inicialmente esta pesquisa tinha como foco a coordenação pedagógica escolar e a Educação Infantil em escolas de Vitória de Santo Antão-PE, mas em virtude da crise sanitária/pandemia que atinge a humanidade desde dezembro de 2019, denominada de Covid-19, as atividades escolares presenciais foram suspensas e com isso tivemos que redirecionar a metodologia da pesquisa.

Esta modificação tornou-se importante para a nossa formação pois reconhece o quanto o campo de pesquisa pode contribuir para o processo investigativo, mesmo diante de diferentes desafios, tais como o contexto educacional da pandemia do Covid-19, como também valorizar as demandas que surgem durante a pesquisa.

Discute-se neste trabalho elementos sobre a política educacional e seus aspectos em relação à Educação Infantil, coordenação pedagógica e docência na Educação Infantil, e do quanto estes elementos tornaram-se relevantes nas situações observadas, acompanhadas e que participamos com as pessoas da pesquisa.

Discute-se ainda sobre o conceito de infância e Educação Infantil, em que consideramos a mesma como sendo uma experiência para além do tempo demarcado para o público infantil e relacionado à etapa da Educação Infantil (0 a 5 anos), sendo experiências em contato com o mundo, nas aprendizagens em contato com este mundo e que podem ser estimuladas na educação escolar. Considerando ainda que estas crianças, em nosso entendimento, são pessoas de direitos, com contexto histórico e social - sendo observadas as infâncias -, em que a Educação Infantil também deve observá-lo, como também as demandas que profissionais que trabalham na Educação Infantil lidam na vivência de atividades com esta etapa do ensino e no contexto da pandemia do covid-19.

O Plano Municipal de Educação (2015) de Vitória de Santo Antão-PE considera como o conceito de Educação Infantil o que se estabelece na LDBEN 9.394/96, em resumo, que representa a primeira etapa da educação básica, “tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Importa observar ainda que a Educação Infantil é assegurada por lei (CF 1988; LDBEN 9394/96, art. 11 e 30) mas que com a lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade, e assim, a Educação Infantil considerando as crianças de 0 a 5 anos.

Esta pesquisa foi desenvolvida mediante ao contexto da pandemia do Covid-19. A doença relacionada a este vírus, é altamente infecciosa e recém descoberta na humanidade, ocasionando milhares de mortes em todo o mundo, contabilizando mais de 613.416 mortes, até 26 de novembro de 2021. Quando descoberta no final do ano de 2019, adentrando o ano de 2020, se espalhou de uma maneira rápida e promoveu o *lock down* global – restaurantes, teatros, cinemas, escolas, igrejas, e outros locais de possível aglomeração de pessoas tiveram que ser fechados para diminuição do contágio dessa doença – permanecendo apenas abertos locais de serviços essenciais, como mercados, farmácias e hospitais, e

consequentemente o fechamento das escolas, e em particular a rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, onde realizamos a pesquisa.

A gestão municipal, neste período, orientou a coordenação pedagógica escolar e as/os docentes das escolas da rede municipal de ensino do município, que as atividades educacionais fossem realizadas de forma remota – aulas *on-line*, através de plataformas digitais ou redes sociais, reuniões e formações *on-line*, plantões nas escolas para entrega de atividades, entre outros.

Mediante o contexto da pandemia do Covid-19, a pesquisa manteve o objeto de estudo, a Educação Infantil, e redimensionou os objetivos, considerando a Educação Infantil no contexto exclusivo da pandemia e os efeitos sentidos na educação escolar pública, em Vitória de Santo Antão-PE, até o mês de maio de 2021.

Neste contexto, a pesquisa foi realizada a partir da nossa participação nas atividades remotas organizadas pela Secretaria Municipal de Educação, nos encontros de formação para coordenação pedagógica da rede de ensino municipal e para docentes da Educação Infantil, realizados em 2020 e até maio de 2021; no evento da rede intitulado “I Webinário de Práticas Exitosas”, no ano de 2020; e ainda a nossa participação e acompanhamento da atividade nos grupos de *WhatsApp* (aplicativo de mensagens e compartilhamento de fotos e vídeos), da coordenação pedagógica e da Educação Infantil; como também no envio de questionários para estes dois grupos, mas que em um destes grupos não foram identificadas respostas e no outro, poucas respostas, não chegando nem a 5% do total de 83 docentes da Educação Infantil, ainda considerando os números de 2020.

Observando ainda a atividade de coordenadoras/es pedagógicas/os institucionais - Secretaria Municipal de Educação, a coordenadora da Educação Infantil da rede e o coordenador do grupo de coordenação pedagógica e que em 2021 além desta função, também era o coordenador de Núcleo de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Educação - nos grupos acima mencionados, de uma forma geral, e ainda nos momentos de atividade remota, como nos encontros de formação, também descritos acima.

Para a descrição e análise das atividades da Educação Infantil no contexto da pandemia do Covid-19, no município de Vitória de Santo Antão-PE, organizamos a partir de categorias elencadas a priori:

- Educação Infantil no Município de Vitória de Santo Antão-PE.

- Caracterização de docentes e de coordenadoras/es pedagógicas/os da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE.
- Organização e orientações para a etapa da Educação Infantil no município no contexto da pandemia do Covid-19.

As nossas participações e observações durante a coleta de informações para a pesquisa foi desenvolvida por observação sistemática (Gil, 2008), mas tendo como metodologia o estudo de caso (Yin, 2001), considerando a etapa da Educação Infantil na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE.

Importa destacarmos no contexto da Educação Infantil, o campo político educacional e dos marcos legais da mesma, para termos como base as exigências do campo.

A Educação Infantil é assegurada pela Constituição Federal (1988), na qual destacamos o artigo 227, que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

De acordo com a lei, a criança tem o direito não apenas a educação como também a outros direitos sociais, e que deve ser mantida a sua integridade física, social e emocional. No que se refere à educação, essa garantia é reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996), especialmente na Educação Infantil, nos artigos:

- O Art. 11, Inciso V da LDBEN que incube aos municípios a oferta da Educação Infantil em creches e pré-escolas;
- O Art. 30, Inciso I da mesma lei que designa às creches ou entidades equivalentes a oferta anteriormente mencionada para crianças de até três anos de idade.

Importante destacar que a Educação Infantil é a primeira meta do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que visa a garantia de:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por

cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (PNE 2014-2024).

Considerando o universo da pesquisa, o município de Vitória de Santo Antão-PE, a Educação Infantil neste município atende em sua maioria ao público de 4 e 5 anos, havendo três turmas com crianças de três anos e meio, mas não há registro de turmas com crianças de 0 a 2 anos, de acordo com as informações coletadas na fase exploratória da pesquisa. O Plano Municipal de Educação (2015-2025) descreve que há uma creche em uma de suas unidades de ensino. Isto configura que a Educação Infantil neste município apresenta fragilidades, mesmo sendo um nível de ensino que apresenta garantias legais de efetivação.

Procurar compreender como se desenvolveu no ano de 2020 e início do ano de 2021, a atividade da Educação Infantil na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, no contexto da pandemia do Covid-19, foi o problema de nossa pesquisa.

A hipótese da pesquisa é que a rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, em relação à Educação Infantil privilegiou as orientações da BNCC (2017) do Conselho Nacional de Educação (Parecer 05/2020 e Parecer 15/2020) e da Secretaria Estadual de Educação para registro das atividades docentes e não promoveu as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades remotas pelos e pelas docentes e estudantes/crianças e suas famílias. Desse modo, não investiu no desenvolvimento dos/das estudantes, tornando a atividade da Educação Infantil fragilizada com a pandemia do Covid-19.

O objeto de estudo analisado foi a dinâmica da Educação Infantil no município pesquisado, no contexto da pandemia do Covid-19.

Definiu-se como objetivo geral analisar a etapa da Educação Infantil no município pesquisado, no contexto da pandemia do Covid-19.

Na busca do entendimento do nosso objeto de estudo, objetivou-se especificamente:

- Caracterizar a etapa da Educação Infantil no município pesquisado;
- Compreender a dinâmica da etapa da Educação Infantil na rede municipal de ensino, no contexto da pandemia do Covid-19.
- Compreender as concepções de infância presentes nos documentos norteadores do município estudado.

Desse modo, desenvolvemos uma metodologia que levou ao alcance dos objetivos, com a utilização de levantamento bibliográfico sobre a temática; observação sistemática (Gil, 2008) em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, ao qual relacionava coordenação pedagógica (de modo geral) e docentes da Educação Infantil; levantamento de documentos oficiais e que foram orientadores do trabalho na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, e por isso relevantes para este estudo.

E ainda, desenvolvemos nos capítulos da dissertação, as seguintes temáticas: *O Caminho da Pesquisa* – que caracteriza o percurso metodológico com informações referentes a rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão, bem como nossa participação nas atividades da rede e em relação a Educação Infantil, e ainda sobre os documentos oficiais norteadores do trabalho desta etapa na rede; *A Educação Infantil no Brasil* –Discorrendo sobre como a Educação Infantil se configura no âmbito nacional e ainda sobre o conceito de infância discutido em nosso estudo.

A Coordenação Pedagógica e Docência da Educação Infantil – Capítulo referente à discussão sobre a atividade de docentes e da coordenação pedagógica escolar na Educação Infantil.

A Atividade da Educação Infantil e da Rede Municipal de Ensino de Vitória de Santo Antão-PE, no Contexto da Pandemia do Covid-19– Discorrendo sobre a dinâmica da etapa da Educação Infantil na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, no contexto da pandemia do Covid-19 destacando o conceito de infância discutido neste estudo.

2 O CAMINHO DA PESQUISA

“Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação” (MINAYO 2013, p. 16).

A pesquisa desenvolvida esteve configurada na pesquisa de natureza qualitativa que, segundo Minayo (2013, p. 21), corresponde ao tipo de pesquisa que "responde a questões muito particulares. (...) ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes". A pesquisa qualitativa possibilitou a identificação de questões durante a coleta de informações, que puderam ou não contribuir para responder aos objetivos propostos, acerca da atividade da Educação Infantil na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, no contexto da pandemia do Covid-19.

Embora a pesquisa de natureza qualitativa possibilite maior aproximação do/a pesquisador/a ao objeto de estudo, torna-se evidenciada a importância da distância necessária a ser estabelecida pelo/a mesmo/a, a fim de preservar o objeto de pesquisa e evitar julgamentos antecipados sobre as pessoas e as situações.

Sobre a coleta de informações, importa considerar os critérios relacionados por Chizzotti (1998, p. 90), ou seja:

Fiabilidade (independência das análises meramente ideológicas do autor), credibilidade (garantia de qualidade relacionada à exatidão e quantidade das observações efetuadas), constância interna (independência dos dados em relação à acidentalidade, ocasionalidade etc.) e transferibilidade (possibilidade de estender as conclusões a outros contextos).

Os critérios apontados pelo autor podem direcionar o/a pesquisador/a a manter uma postura distante e ao mesmo tempo presente na pesquisa, no que se refere a descrever e analisar de acordo com o que a pesquisa de campo lhe oferecer, afirmando ou contestando suas hipóteses.

Em virtude da pandemia do Covid-19 (vírus responsável pelo novo coronavírus, doença viral grave), o atual momento social e educacional no mundo e no Brasil foi modificado para a diminuição do contágio deste vírus que acarreta um grande número de casos e de óbitos, não havendo assim aulas presenciais nas escolas, entre meados do mês de março e o mês de dezembro de 2020, e ainda no primeiro semestre do ano de 2021, na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE.

Com isso, observando o contexto atual, consideramos como um dos instrumentos de coleta das informações o questionário através da plataforma digital *google forms*¹, realizada com autorização da/o participante. Os questionários foram encaminhados para os grupos de WhatsApp da coordenação pedagógica da rede e também para o grupo de docentes da Educação Infantil.

No entanto, não tivemos respondentes para o grupo da coordenação pedagógica escolar e apenas 3 respostas no grupo de docentes da Educação Infantil - Foram enviados para os grupos de *WhatsApp* de coordenadoras/es pedagógicas/os e docentes, questionários referentes ao contexto educacional de Vitória de Santo Antão-PE, em relação à Educação Infantil, no dia 18 de fevereiro de 2021, e ainda e através de um link direcionando à plataforma do *Google Forms*.

No dia 18 de fevereiro e até o dia 24 de fevereiro, não foi recebida nenhuma resposta. No dia 25 de fevereiro enviamos novamente os questionários nos grupos e até a manhã do dia 01 de março não havia nenhuma resposta.

No dia 01 de março, contactamos a coordenadora da Educação Infantil e o coordenador do grupo da coordenação pedagógica, para que pudessem incentivar nos seus grupos, a participação das pessoas em nossa pesquisa. No mesmo dia, a coordenadora publicou mensagem no grupo, e à tarde obtivemos uma resposta de uma professora, que mencionou no grupo que havia colaborado com a pesquisa.

No dia 02 de março de 2021, obtivemos a segunda resposta no questionário para docentes da Educação Infantil, também à tarde. Neste mesmo dia, o coordenador do grupo da coordenação pedagógica enviou mensagem no grupo, solicitando a participação de coordenadoras/es na pesquisa, mas nenhuma resposta foi registrada.

E no dia 05 de março tivemos a terceira resposta do questionário para docentes, de uma professora da Educação Infantil, também no período da tarde.

Estas 03 respostas não correspondem 5% do total aproximado de docentes da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão (83 docentes, no ano de 2020) e por isso não foram considerados para a pesquisa - Importa pontuar que mesmo os questionários sendo enviados no ano de 2021, no período descrito acima, fevereiro e início março, estávamos acompanhando as modificações no grupo da Educação Infantil, em relação ao total de docentes, que

¹ A plataforma digital *google forms* da empresa Google é destinada para formulação de questionários e outras ferramentas de coleta de informações.

aumentou a partir da segunda semana do mês de março, sendo considerado então o número de 83 docentes.

Até o mês de junho de 2021, as instituições escolares estavam fechadas para a diminuição no contágio do novo coronavírus, e os/as docentes e coordenadores/as pedagógicos/as, pessoas da pesquisa, que trabalhavam no espaço da escola, realizaram suas atividades de casa, remotamente.

Durante o momento de contato inicial com docentes e coordenadoras/es, anteriormente e durante a pandemia do Covid-19, algumas conversas com finalidade foram realizadas na fase exploratória da pesquisa e foram utilizadas posteriormente na pesquisa em campo.

O termo “conversas com finalidade” é descrito por Minayo (2013) ao classificá-la como um instrumento de coleta de informações, cujas conversas podem ser classificadas como abertas ou em profundidade, que segundo a autora (p. 64) neste tipo de conversa, “o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões”. Considerando os processos de observação e contato com as pessoas da pesquisa, e as oportunidades que surgiram para se obter informações, a perspectiva das conversas com finalidade foi muito útil.

Pela fase exploratória e nas conversas com finalidade alguns registros foram pontuados no diário de campo. De acordo com Michaliszyn e Tomasini (2011, p. 57), “o diário de campo é o instrumento utilizado para o registro de dados coletados em campo, durante trabalhos de observação”. E em concordância com os autores, este mesmo instrumento pode ser utilizado para registrar impressões, eventos e episódios ocorridos durante o processo investigativo.

O nosso campo de pesquisa foi prioritariamente virtual, e nele podemos observar e acompanhar encontros de formação da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, evento virtual, e os grupos de *WhatsApp* da Educação Infantil e da coordenação pedagógica, listados abaixo:

Quadro 1 – Campo Virtual da Pesquisa

Campo	Finalidade	Período	Quant. de Participantes
Encontro presencial com docentes (março de 2020)	Estabelecer o contato inicial com docentes da Educação Infantil, tratando de como podem elaborar seus	17 de março de 2020, das 09 hs às 11h30. (Encontro presencial - e aqui demarcado devido a sua	Aproximadamente 18 pessoas entre professoras contratadas e efetivas.

	planejamentos, formas de contato com as crianças, inclusive considerando saudações com distanciamento social.	importância para o entendimento da atividade da Educação Infantil, no início das medidas de controle sanitário, em virtude da pandemia do Covid-19).	
Formação para coordenadoras/es pedagógicas/os de Vitória de Santo Antão-PE	Realizar o primeiro encontro de formação, na intenção de reunir e organizar a coordenação pedagógica da rede municipal de ensino, como também explicar sobre a atividade da coordenação pedagógica.	Realizado em 28 de setembro de 2020, das 09 hs às 11h40.	10 pessoas - 08 coordenadoras, nossa participação e 01 foi o coordenador do grupo.
Webinário de Práticas Exitosas da Secretaria Municipal de Educação de Vitória de Santo Antão-PE em tempos de pandemia.	Apresentar as atividades consideradas exitosas, pela Secretaria Municipal de Educação, realizadas em diferentes etapas do ensino, da Educação Infantil, Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo ainda consideradas as atividades exitosas da gestão escolar e coordenação pedagógica de algumas escolas.	Evento realizado nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2020.	No dia 30 de novembro, mais 100 pessoas, contabilizadas na participação no evento no <i>Google Meet</i> (plataforma para atividades de vídeo e áudio, disponibilizada pela empresa <i>Google</i>). No dia 01 de dezembro, no período da manhã, mais de 96 pessoas, e no período da tarde, mais de 80 pessoas.
Formação da Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE 2021.	Discutir sobre a readequação curricular do ano de 2020 para 2021 e sobre os desafios e as possibilidades na prática de atividades remotas para a Educação Infantil.	Realizada em 24 de março de 2021, das 09hs às 11hs.	Contou com a participação de mais de 53 pessoas (uma era a coordenadora do grupo da Educação Infantil, o coordenador do grupo de coordenação e outra componente da Secretaria Municipal de Educação e a nossa participação; constando assim 49 docentes presentes).
Formação para a Equipe Gestora, Coordenação	Discutir sobre a readequação curricular do ano de	Realizado em 30 de março de 2021.	Constavam-se mais de 24 pessoas presentes (Incluindo o

Pedagógica e Apoio Pedagógico da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, em 2021	2020 para 2021 e ainda propor um perfil de coordenação pedagógica, a partir do relato de experiência e apresentação de uma gestora escolar de outra rede municipal de ensino (cuja gestora, segundo próprio relato, já havia sido coordenadora da escola que exerce sua atividade)		coordenador do grupo, uma pessoa da Secretaria Municipal de Educação e a nossa participação, havendo assim 19 pessoas entre gestão, coordenação e apoio pedagógico - este último também incluso nesta formação)
Programa Vitória Ensina Em Casa	Transmissão de aulas de vídeo gravadas ou realizadas ao vivo para estudantes de diferentes etapas do ensino da rede municipal de ensino, através de um canal do Youtube.	O primeiro vídeo da <i>playlist</i> da etapa da Educação Infantil foi registrado em 04 de maio de 2021.	Até o dia 24 de maio de 2021 foram registrados 15 vídeos da <i>playlist</i> da Educação Infantil.

Quadro criado pela autora, a partir da observação sistemática, com registro em diário de campo, das atividades virtuais na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, nos anos de 2020 e início de 2021.

Em todas essas situações, a clara necessidade pelo estudo de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (YIN, 2001, p. 19).

Robert Yin (2001) apresenta a definição de Schramm (1971) quando afirma que a essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados. (SCHRAMM, 1971, grifo nosso).

Em nossa pesquisa também realizamos a observação sistemática. Este tipo de observação, segundo Gil (2008, p. 104) “é frequentemente utilizada em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou o teste de hipóteses. Nas pesquisas deste tipo, o pesquisador sabe quais os aspectos da comunidade ou grupo que são significativos para alcançar os objetivos pretendidos”.

A nossa participação nas atividades se deu como observadora sistemática fazendo o registro das mesmas no diário de campo, pois a descrição detalhada dos eventos e dos grupos de *WhatsApp*, de modo geral, permitiram testar a hipótese da pesquisa como também compreender a dinâmica da etapa da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, no contexto da pandemia do Covid-19, sendo este um dos nossos objetivos.

Realizamos ainda a análise de documentos considerados neste trabalho como norteadores da Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE, e também aqueles que foram mencionados nos encontros de formação, como também documentos oficiais disponibilizados e que tinham relação com as atividades remotas, na pandemia do Covid-19, listados abaixo:

- Plano Municipal de Educação (2015-2025);
- Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil;
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934, DE 1º DE ABRIL DE 2020 - O Ministério da Educação (MEC) permitiu a flexibilização dos 200 dias obrigatórios no ano letivo, mantendo, porém, a exigência das 800 horas.
- Parecer CNE 05/2020, para reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da Covid-19.
- Portaria n. 544, de 16 de junho de 2020, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.
- Parecer CNE 15/2020 - Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;
- Resolução do CEE/PE n. 03/2020, publicada no Diário Oficial do Estado em 23 de março de 2020.

Até o mês de maio de 2021, a rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE não havia retornado às atividades presenciais nas escolas, com estudantes e demais profissionais. No entanto, foram identificados registros de trabalho híbrido no grupo da Educação Infantil e com a coordenação pedagógica escolar, para entrega de atividades e outros.

Importa considerar ainda que, mesmo com trabalho remoto e híbrido, para docentes e coordenadoras/es pedagógicas/os, suas formas de ser e estar ao exercerem suas atividades, ainda se vinculam aos espaços escolares as quais fazem parte. A escola, de maneira física, permaneceu sendo a referência no trabalho realizado e no vínculo estabelecido pelas pessoas em suas escolas.

2.1 Contextualização do universo da pesquisa

O universo da pesquisa e objeto de estudo estão situados no município de Vitória de Santo Antão-PE, e para contextualizá-lo quanto aos aspectos geográficos e quanto à educação escolar foi realizada uma consulta bibliográfica iniciada em 2019, em diferentes endereços eletrônicos e sites de pesquisa. Assim como visitas a Secretaria Municipal de Educação deste município, para obter as informações necessárias, especialmente no acesso ao Plano Municipal de Educação (2015-2025). Este processo de consulta foi fundamental para a consolidação do projeto de pesquisa, que fundamenta esta dissertação, sendo relacionado a sua fase exploratória.

No que se refere às idas a Secretaria Municipal de Educação, as mesmas ocorreram em 2019, início de 2020, anteriormente às medidas de controle sanitário iniciadas em março daquele ano, em virtude da pandemia do Covid-19, e ainda tivemos encontro presencial na Secretaria, no mês de setembro de 2020, utilizando as medidas de controle sanitário, como máscaras, distanciamento social, em virtude da Covid-19, mantendo-se ainda no ano de 2020 e início de 2021 o contato com pessoas da Secretaria Municipal de Educação para a continuação da coleta de informações para a pesquisa.

Em janeiro de 2021, novamente estivemos presencialmente na Secretaria Municipal de Educação para apresentarmos a nossa pesquisa a nova direção de ensino, da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE - devido às modificações que ocorreram a partir da eleição municipal no ano de 2020, houve mudança na gestão municipal e com isso, modificação, em sua maioria, nos cargos

de liderança e gestão na Secretaria Municipal de Educação, como no cargo de secretário municipal de educação e no da direção de ensino, pois a escolha dos mesmos, assim como a escolha de gestoras/es escolares e coordenadoras/es pedagógicas/os, nesta rede municipal de ensino, é efetivada por cargo comissionado (escolhido por pessoas da Secretaria Municipal, por critérios próprios, sem uma seleção na rede ou nas escolas, para tanto).

Este encontro com a direção de ensino, realizado em janeiro de 2021, foi necessário para que a pesquisa fosse autorizada pela Secretaria Municipal de Educação, sendo permitido pela mesma também a utilização do nome do município no título da pesquisa, permitindo-se ainda coleta das informações necessárias à pesquisa com as pessoas e grupos aos quais se vinculam ao nosso objeto de estudo - Educação Infantil e ainda pessoas da coordenação pedagógica da rede municipal de ensino -, para posterior descrição e análise.

No que se refere às informações geográficas sobre Vitória de Santo Antão-PE e as que são relacionadas à educação, seguem abaixo e em seções deste capítulo:

O município é localizado na mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco, estando a 46 quilômetros a oeste da capital Recife. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua área territorial é de 335,942 km², a sua população estima-se em 139.583 pessoas (em 2020), com densidade demográfica de 348,80 habitantes por km² (2010), sendo o nono município mais populoso do estado de Pernambuco, o quarto mais populoso do interior do estado e o mais populoso da Zona da Mata. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,640 (2010) e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 26.964,56 (em 2018).

Importa considerar ainda que as informações do ano de 2020 do IBGE, que poderiam estar presentes neste trabalho pelo Censo Demográfico, não estão presentes pois o Censo Demográfico não ocorreu no ano de 2020, ficando adiado para 2021 e até o mês de maio de 2021, o mesmo ficou sem previsão de realização, em virtude de corte de verbas públicas destinadas para a realização do mesmo, por parte do governo federal, na gestão do presidente Bolsonaro (2018 - 2022).

2.3 A pandemia do Covid-19 – Breve contextualização sobre o novo coronavírus e sobre a situação educacional de Vitória de Santo Antão-PE, a partir da pandemia do Covid-19

A pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2) advém de uma nova ramificação da família de vírus intitulados “coronavírus” que atingem comumente diferentes espécies de animais como morcegos, e outros. Acontece de maneira rara que tais vírus atinjam a espécie humana, sendo exemplificados o MERS-CoV (Síndrome Respiratória do Oriente Médio) e o SARS-CoV, causando sintomas semelhantes a de uma gripe . No entanto, a novo coronavírus é mais agressivo que os outros vírus e atinge à vida humana causando sintomas como Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), perda do olfato (anosmia) e alteração do paladar (ageusia), diarreia, dispneia (falta de ar), tosse, febre e outros sintomas.

Os coronavírus (CoV) compõem uma grande família identificada na década de 1960. São vírus que infectam pessoas e animais e causam infecções respiratórias semelhantes aos resfriados comuns e à diarreia. Em 2002, foi localizada uma variante agressiva desse vírus, o SARS-CoV, responsável pelo aparecimento da síndrome respiratória aguda grave (SARS), na China. Em 2003 e 2004, pessoas foram infectadas por esse tipo do vírus em quase todos os continentes e 10% delas acabaram indo a óbito.

(Maria Helena Varella Bruna, Artigo *on-line* publicado pela uol. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-respiratoria-do-ori-ente-medio-mers/>> Acesso em 04.12.20)

Como demonstra o artigo publicado, os coronavírus aparentemente causam danos de pequeno porte à vida humana e que são recentes na história da humanidade, apresentando variações há menos de duas décadas no século XXI.

No que se refere ao novo coronavírus, ou a Covid-19, é classificado como uma doença respiratória aguda, tornando-se conhecida quando foi identificado em dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, Província de Hubei. Em menos de três meses, a doença já tinha se espalhado pela China e havia crescido o número de mortes por ela causada.

Sendo Wuhan o epicentro da doença, logo outros casos surgiram no Irã, passando pelo Oriente Médio, entrando na Europa, e em seguida chegando nas Américas.

O primeiro caso diagnosticado pelo novo coronavírus no Brasil ocorreu em fevereiro de 2020, em São Paulo, por um homem recém-chegado da Itália.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a pandemia causada pela Covid-19, indicando que o vírus e a doença já se encontravam em todos os continentes do mundo.

O tempo de incubação da doença, ou seja, do período do contágio até o aparecimento dos primeiros sintomas, é de um a 14(quatorze) dias. Em alguns casos, as pessoas podem contrair o vírus e não apresentaram os sintomas, sendo classificadas como assintomáticas, ou ainda apresentarem poucos sintomas e que não tenham risco de morte, sendo classificadas como oligossintomáticas.

Considerando o período da pandemia do Covid-19, iniciada em março de 2020 e até meados do mês de setembro, governos de diversos países decretaram *lock down* em seus países, inclusive o Brasil, na busca de contenção do aumento do número de casos – O *lock down* foi realizado fechando espaços que pudessem indicar alguma aglomeração de pessoas, tais como restaurantes, bares, casas de show, cinemas, teatros, escolas. Apenas serviços considerados essenciais foram permitidos de estarem abertos, como mercados, farmácias e hospitais.

Aproximadamente no mês de setembro (e em alguns lugares dois meses antes) em diante, alguns países saíram da situação de *lock down*, inclusive o Brasil, e permitiram a entrada de turistas e alguns serviços, antes proibidos pelo *lock down* de funcionarem, voltaram às suas atividades normais.

Infelizmente nos meses de novembro e dezembro outros novos casos foram apresentados, aumentando número de mortes e havendo reinfecção em algumas pessoas.

De acordo com o Consórcio dos Veículos de Imprensa Brasileira, reunido pelo grupo Globo de jornalismo para contabilizar de maneira própria os números relacionados à Covid-19 no Brasil - isto em virtude da ocultação e omissão de número reais pelo governo federal brasileiro, desde o início da pandemia, no ano de 2020 - no Brasil, 22.043.417 milhões de pessoas foram infectadas pela doença e ocorreram mais de 613.416 mortes, até 26 de novembro de 2021.

Em 08 de dezembro de 2020, ocorreu o início da vacinação no mundo, no Reino Unido. No Brasil, o processo de vacinação foi iniciado em 17 de janeiro de 2021, após aprovação da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), das vacinas Sinovac/Butantan e AstraZeneca/Fiocruz para uso emergencial, naquele período, e com os grupos prioritários estabelecidos pelo governo federal.

No dia 28 de maio de 2021 foi iniciada a vacinação para docentes em Vitória de Santo Antão-PE.

No Brasil, de acordo com Consórcio dos Veículos de Imprensa, até o dia 26 de novembro de 2021 158.447.349 pessoas receberam ao menos uma dose das vacinas que estavam circulando no país, incluindo a Janssen e Pfizer/BioNTech - importa-nos explicar que para as vacinas contra a Covid-19 foram designadas a aplicação de duas doses consideradas como doses completas para estabelecer a imunidade contra a doença. Ou ainda a dose única da vacina Janssen.

No entanto, o nível de eficiência das vacinas em estudos científicos de modo geral do ano de 2021 alertaram sobre a importância da aplicação de uma terceira dose para as demais vacinas e segunda dose para a da Janssen, como forma de obter mais imunidade contra a Covid-19 e variantes que surgiram entre os anos de 2020 e 2021.

Em relação a dose de reforço, o período de aplicação contou com intervalos entre as doses, variando de 2 a 3 meses, da primeira para a segunda dose. E de até 6 meses, da segunda dose para a terceira.

De acordo com o Consórcio de Veículos de Imprensa, 131.649.449 pessoas foram totalmente imunizadas no Brasil, considerando a primeira e a segunda doses.

A respeito do contexto educacional brasileiro no período da pandemia do Covid-19, especialmente em 2020, podemos observar alguns dados levantados pelo Censo Escolar 2020, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de educação, que podem contribuir para o nosso entendimento deste contexto educacional.

Importa destacar que o Censo Escolar da Educação Básica 2020, segundo consta o documento, foi produzido antes do período do início da pandemia do Covid-19 e das escolas brasileiras terem interrompido suas atividades presenciais. Ainda assim, alguns dados relacionados a matrículas da Educação Infantil, recursos tecnológicos das escolas municipais e número de docentes, tornou-se interessante para a nossa pesquisa, obter os dados do Censo e refletir sobre as informações levantadas na pesquisa.

No que se refere ao número de matrículas da Educação Infantil, em 2020, o Censo Escolar apresenta um gráfico e tabela que ilustram um aumento na rede pública de ensino, deste número em comparação com o ano de 2019.

FIGURA 1 – Número de matrículas da Educação Infantil, segundo Censo Escolar 2020

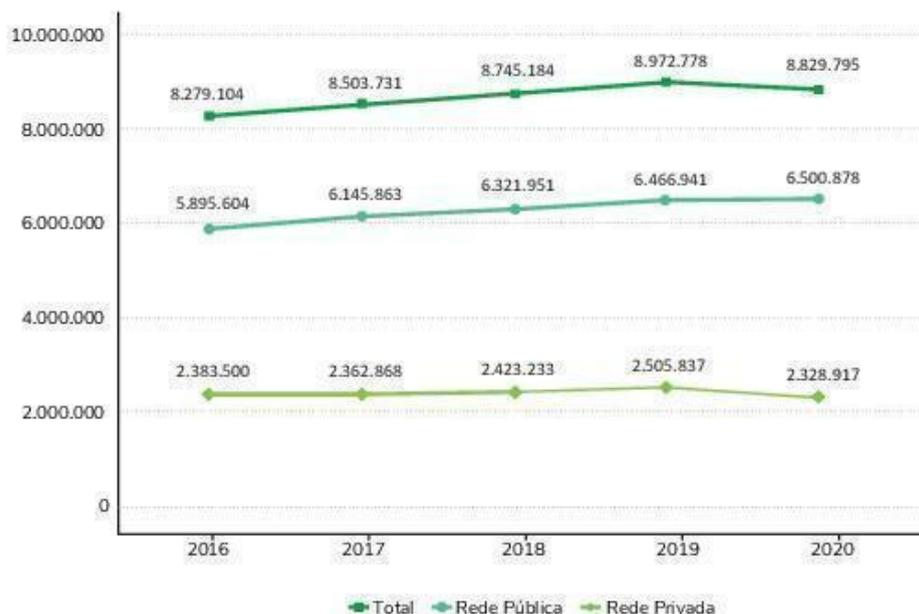


GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar.

Gráfico presente no Censo Escolar 2020, sobre o número de matrículas da Educação Infantil. Acesso em 15 jun. 2021.

FIGURA 2 – Tabela com número de matrículas da Educação Infantil, segundo Censo Escolar 2020

TABELA M3
NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL POR REDE E ETAPA DE ENSINO, SEGUNDO O ANO – 2016-2020

Ano	Rede e Etapa de Ensino					
	Rede Pública			Rede Privada		
	Total EI	Creche	Pré-escola	Total EI	Creche	Pré-escola
2016	5.895.604	2.082.459	3.813.145	2.383.500	1.156.435	1.227.065
2017	6.145.863	2.226.173	3.919.690	2.362.868	1.180.623	1.182.245
2018	6.321.951	2.352.032	3.969.919	2.423.233	1.235.260	1.187.973
2019	6.466.941	2.456.583	4.010.358	2.505.837	1.298.509	1.207.328
2020	6.500.878	2.443.303	4.057.575	2.328.917	1.208.686	1.120.231

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica e Censo Escolar.

Figura de tabela presente no Censo Escolar 2020, sobre o número de matrículas da Educação Infantil. Acesso em 15 jun. 2021.

Na figura 2, temos o detalhe do número de matrículas da Educação Infantil, quanto a creche e pré-escola, da rede pública e privada, e é de nosso interesse observar especialmente o número da pré-escola na rede pública, por ser a que está presente na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, no que se refere a Educação Infantil, e que do período descrito, de 2016 a 2020, houve aumento no número de matrículas, sendo registrado 4.057.575 estudantes da pré-escola (4 e 5 anos).

A respeito dos recursos tecnológicos presentes nas escolas básicas, de acordo com o Censo Escolar 2020, observa-se que antes da pandemia do Covid-19, alguns recursos já estavam com número reduzido.

FIGURA 3 – Recursos Tecnológicos presentes nas escolas públicas brasileiras, segundo o Censo Escolar 2020

TABELA E5

DISPONIBILIDADE (%) DE RECURSOS TECNOLÓGICOS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO O RECURSO – 2020

Recurso	Dependência Administrativa					
	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Internet	76,1%	70,7%	100,0%	92,1%	64,7%	97,6%
Internet Banda Larga	63,2%	57,0%	100,0%	74,7%	52,0%	88,4%
Internet para Alunos	35,6%	32,1%	89,1%	61,3%	23,8%	49,6%
Internet para Uso Administrativo	73,1%	68,1%	100,0%	90,8%	61,6%	93,7%
Internet para Ensino e Aprendizagem	46,7%	42,0%	84,8%	71,5%	33,7%	65,3%
Lousa Digital	13,8%	13,7%	54,3%	27,0%	9,9%	14,2%
Projektor Multimídia	62,1%	59,7%	95,7%	78,3%	54,4%	71,6%
Computador de Mesa para Alunos	50,5%	46,8%	91,3%	76,7%	38,3%	65,5%
Computador Portátil para Alunos	29,9%	25,8%	56,5%	32,9%	23,8%	46,6%
Tablet para Alunos	11,0%	7,3%	37,0%	12,0%	6,0%	25,8%

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar.

Figura de tabela presente no Censo Escolar 2020 sobre a porcentagem dos recursos tecnológicos presentes nas escolas de Ensino Fundamental, no ano de 2020. Acesso em 15 jun. 2021.

Mesmo que a figura 3 retrata o contexto das escolas de Ensino Fundamental, no que se refere à disponibilidade de recursos tecnológicos, importou-nos resgatar este dado porque a maioria das turmas de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE encontra-se em escolas de Ensino Fundamental e portanto, os recursos tecnológicos presentes em tais escolas, acabam refletindo na Educação Infantil.

E se tratando dos mesmos, observando a figura 3, no que se refere a esfera municipal, comparado às esferas federal, estadual e privada, encontra-se com as menores porcentagens, especialmente nos recursos: *Internet para Alunos* (23,8%); *Lousa Digital* (9,9%); *Computador Portátil para Alunos* (23,8%) e *Tablet para Alunos* (6,09%).

Pontua-se com isto, que mesmo antes da pandemia do Covid-19 e dos possíveis reflexos decorrentes dela na educação brasileira, já havia pouca presença de recursos tecnológicos para as escolas de Ensino Fundamental - que como fora explicitado anteriormente, em rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, também se reflete na Educação Infantil.

A respeito do número de docentes e de escolas registradas no Censo Escolar 2020, podemos observar abaixo:

FIGURA 4 – Número de docentes segundo o Censo Escolar 2020

TABELA D1

NÚMERO DE DOCENTES POR ETAPA DE ENSINO, SEGUNDO O ANO – 2016-2020

Ano	Etapa de Ensino					
	Total	Educ. Inf.	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Prof. Cor/ Sub	EJA
2016	2.196.397	540.567	1.413.495	519.883	74.862	247.830
2017	2.192.224	557.541	1.399.114	509.814	70.985	248.956
2018	2.226.423	589.893	1.400.716	513.403	72.146	244.799
2019	2.212.018	599.473	1.383.833	507.931	69.269	233.574
2020	2.189.005	593.087	1.378.812	505.782	62.960	214.923

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica e Censo Escolar.

Figura de tabela presente no Censo Escolar 2020 sobre o número de docentes por etapa do ensino, considerando os anos de 2016 a 2020. Acesso em 15 jun. 2021.

FIGURA 5 – Número de escolas segundo o Censo Escolar 2020

TABELA E2

NÚMERO DE ESCOLAS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – 2020

Etapa de Ensino	Dependência Administrativa					
	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Educ. Infantil	113.985	80.873	22	820	80.031	33.112
EF – Anos Iniciais	108.080	84.361	25	10.397	73.939	23.719
EF – Anos Finais	61.608	47.474	39	18.666	28.769	14.134
Ensino Médio	28.933	20.500	599	19.718	183	8.433

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica e Censo Escolar.

Figura de tabela presente no Censo Escolar 2020 sobre o número de escolas por dependência administrativa, em 2020. Acesso em 15 jun. 2021.

A figura 4 demonstra que o número de docentes da Educação Infantil entre os anos de 2016 a 2019 apresentou aumento de aproximadamente 50.000 docentes, havendo uma pequena diminuição no ano de 2020, registrando um total de 593.087.

A figura 5 descreve que o total de escolas de Educação Infantil, na esfera municipal, em 2020, tinha um número maior comparado aos das outras etapas do ensino, sendo registrado um total de 80.031.

Estes dados foram importantes para entendermos, de maneira quantitativa, o quanto a Educação Infantil nos últimos 4 anos (2016 a 2020) esteve crescendo, no que se refere a número de matrículas, docentes e escolas, mas que essa demanda ainda precisa ser mais assistida, especialmente quando tratamos dos recursos tecnológicos - que foram mais utilizados para as atividades escolares remotas e híbridas no contexto da pandemia do Covid-19, ano de 2020 e ainda no primeiro semestre do ano de 2021, pelas/os docentes e demais pessoas das escolas brasileiras, especialmente as da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE.

Mediante a este contexto social, que a educação escolar no mundo e pontuando-se a educação escolar brasileira passou e está passando muitas modificações nos processos educativos ocorreram, tal qual a realização de atividades remotas, produção de conteúdo *on-line* e outros.

De acordo com a portaria federal n. 544, de 16 de junho de 2020 (e outras três que a antecederam), se dispõe a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.

De acordo com a instrução normativa n. 006/2020, de 05 de outubro de 2020, disponibilizada pela prefeitura municipal de Vitória de Santo Antão-PE, se dispõe sobre as diretrizes pedagógicas para as atividades não presenciais nas escolas da rede pública municipal de ensino no ano letivo de 2020 e altera o calendário escolar 2020.

Dentre algumas das medidas tomadas através desta portaria na educação pública de Vitória de Santo Antão-PE, destacamos:

- O recesso escolar antecipado para os dias 19 de março de 2020 até o dia 01 de abril de 2020;
- No artigo 04 descreve que a partir do dia 02 de abril até o dia 30 de dezembro, os conteúdos trabalhados e a frequência de estudantes e professoras/es e outros serão registrados no diário de classe.
- O desenvolvimento das atividades pedagógicas e o preenchimento dos dados tem caráter obrigatório;
- No artigo 05 descreve que a escola deverá no período de 14 de outubro de 2020 a 16 de novembro de 2020 realizar de forma remota contato e acolhimento das/os estudantes e avaliação diagnóstica, verificando se os objetivos de aprendizagem foram cumpridos pelas escolas e com fins de continuidade do planejamento escolar.
- No artigo 14, inciso I, descreve que a frequência da/o estudante será amparada pela Lei Federal n. 14.040/2020.
- Assim como o registro das notas obedecerá aos seguintes indicadores:
 - I. Média 6,0 para estudantes que não tenham participado das atividades somativas realizadas pela escola;
 - II. Média 7,0 a 8,0 para estudantes que participaram de forma parcial das atividades;
 - III. Média 9,0 a 10,0 para estudantes que participaram de maneira satisfatória das atividades.
- Sendo assegurado aos estudantes, no artigo 16 desta instrução normativa, a progressão plena, com as orientações pedagógicas e curriculares, registro e expedição de documentos a serem cumpridas no ano de 2021.

Esta instrução normativa é baseada também na Lei Federal 14.040/2020 que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado

de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

E ainda pelo Decreto Estadual de Pernambuco n. 48.809, de 14 de março de 2020, ao qual regulamenta, no Estado de Pernambuco, medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme previsto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Assim como pela Resolução do CEE/PE nº 3/2020 e as demais portarias que regulamentam a matéria. Nesta resolução em específico, se regula, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, a adoção de atividades extra escolares, enquanto suspenso o funcionamento de instituições de Educação integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, na forma do Decreto Estadual nº 48.809, de 14.03.2020, e dá outras providências.

No calendário escolar 2020 da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, disponibilizado no dia 23 de novembro de 2020, é reafirmado o recesso escolar entre os dias 19 de março a 01 de abril de 2020, sendo considerados o total de dias letivos do primeiro semestre 84 e do segundo semestre 121, contabilizando no total de dias letivos 205, com 24 feriados, entre nacionais, estaduais e municipais.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A compreensão sobre a Educação Infantil no Brasil perpassa a compreensão do entendimento do conceito de infância assim como quanto às políticas do direito à infância e à Educação Infantil em nosso país.

As políticas do direito à infância no Brasil são resultado e processo de uma narrativa e percurso histórico que tratam da infância como categoria social e que ainda é recente na história da humanidade, especialmente na história brasileira. Considerando isso, a dimensão das infâncias, das crianças presentes em realidades e contextos sociais, políticos, econômicos e culturais diversos, ainda precisa ser discutida e inserida na nossa sociedade.

Neste estudo, voltamo-nos ao conceito de infância apoiado em Kohan (2007, 2015) e Abramowicz (2006) e ainda ao contexto político educacional ao qual a Educação Infantil está inserida na educação brasileira.

Importa discutir sobre o conceito de infância ao qual este trabalho se dedica, observando olhares da filosofia, de maneira resumida, ampliando a concepção da infância para além da idade cronológica, ao qual o público relacionado socialmente a infância se dedica.

Kohan (2007, p. 86), ao argumentar sobre a infância, explica que a mesma não é apenas uma questão cronológica e sim “uma condição de experiência”, e cita que o fragmento 52 de Heráclito, filósofo pré-socrático, busca conectar os sentidos de tempos, do grego clássico, com a infância.

Com relação à infância, o fragmento também sugere que o próprio da criança é ser não apenas uma etapa, uma fase numerável ou quantificável da vida humana, mas um reinado marcado por outra relação - intensiva - com o movimento. No reino infantil, que é o tempo, não há sucessão nem consecutividade, mas intensidade de duração. Uma força infantil, sugere Heráclito, que é o tempo *aiónico*. (KOHAN 2007, p. 86,87).

Este tempo aiónico, advém da palavra grega *aión*, que simboliza a intensidade do tempo, uma temporalidade não-numerável, e de acordo com o autor, citando o fragmento 12 de Heráclito, existe um tempo da criança, do reino da criança que brinca, podendo ser entendido ainda que “o tempo da vida não é apenas questão de movimento numerado e que esse outro modo de ser temporal parece com o que uma criança faz” (KOHAN, 2007 p. 86).

Desse modo, a infância configura-se como a intensidade da experiência infantil, uma intensidade de tempo, com o brincar e outras ações que crianças

realizam, sem uma intenção específica, não demarcando uma temporalidade na vivência dessas experiências.

A infância é uma experiência e como tal pode ou não atravessar os adultos e pode ou não atravessar as crianças. O que se quer dizer é que esta ideia de infância como experiência não está vinculada unicamente à idade, ou à cronologia, a uma etapa psicológica, ou a uma temporalidade linear, cumulativa e gradativa, mas sim ao acontecimento, à arte, ao inusitado, ao intempestivo, portanto vincula-se como uma espécie de des-idade.

[...] A infância como experiência é aquela que propicia devires, um vir-a-ser que nada tem a ver com um futuro, com um amanhã, ou com uma cronologia temporalmente marcada, mas sim, com aquilo que somos capazes de inventar, agora, como experimentação de outras coisas e outro mundos. A infância em suas experimentações tem a ver com criação, trabalha com o tempo de outra maneira, com um tempo mais estendido, generoso, um tempo do acontecer e da criação; não se submete ao tempo que o poder e o capital impõem ao funcionamento da vida. (ABRAMOWICZ, 2006, p. 321).

Segundo a autora, então, a infância é uma experiência para além da condição do tempo, no sentido de temporalidade (passado, presente, futuro), e se relaciona com a capacidade de criação, invenção, trabalhando com o tempo de uma maneira estendida e até mesmo despreziosa, havendo um devir nas demais experiências com o mundo.

Kohan (2015) ao discutir visões da filosofia para a infância e apoiado em Lyotard, filósofo francês, considera que a infância faz parte de uma configuração de inumano que cada alma humana carrega, de viver sob a intensidade, a indeterminação do tempo, de se perder em percursos não lineares.

A infância nomeia algo que “já é”, mas sem ser ainda “algo”, uma espécie de espanto que introduz no mundo do humano uma forma do inumano que ainda não pode ser identificada; a infância é o nome de um milagre, o da interrupção do ser das coisas pela entrada de seu outro, do outro ser. (KOHAN, 2015 p. 224,225).

Kohan (2015) apresenta uma infância que se configura como uma experiência intensa de não ser algo preciso, sem uma marcação temporal ou que se encaixa em uma denominação específica, mas que se vincula ao processo de experiências em contato com o mundo, com outro ser, sendo inumano no sentido do não se preocupar com o tempo cronológico, com comportamentos esperados, e sim com as experiências.

No que se refere a Educação Infantil, e considerando tais reflexões sobre a infância como experiência, Abramowicz (2006, p. 321-322), apoiada em Deleuze, filósofo francês, argumenta sobre possibilidades de inserir esta perspectiva de infância, no que ela considera escola de Educação Infantil:

[...] o exercício da infância supõe estratégias educacionais para que as crianças possam realizar aquilo que chamamos de devir que são geográficas, entradas e saídas; devir é jamais imitar, nem fazer como, nem se ajustar a um modelo (o que a escola todo o tempo faz). É propor modelos estreitos do que é ser (um bom) aluno. Devir não é atingir uma forma, em geral a forma hegemônica, mas encontrar uma zona de indiferenciação e indiscernibilidade tal que não seja possível distinguir-se de uma mulher, de um animal, de uma molécula (DELEUZE, 1997). Pena que já sejamos incapazes de viver devires, porém algumas crianças, ainda conseguem. O desafio posto para o professor da infância é o de construir e propor uma educação cujas práticas educativas não impedem este devir, mas o implementem, o multipliquem.

Observa-se em Abramowicz (2006) a consideração sobre o devir da infância, do lugar de indiferenciação ao qual tudo o que se conecta a infância não busca um perfil específico, mas está no campo das experiências e que mesmo a escola buscando ajustar a infância a um modelo, segundo a autora, está sob desafio posto a docentes da infância implementar o devir dela, multiplicar ações, em nosso entendimento, que levem às experiências, a não preocupação em ser algo específico mas sim de criação, de estímulo e incentivo à esta criação própria da criança. Existem possibilidades então de vislumbrar a infância para além da perspectiva de marcação temporal ou perspectiva cronológica.

3.1 Elementos Político-Educacionais da Educação Infantil no Brasil

A Educação Infantil (EI) no Brasil é compreendida através do entendimento do conceito de infância e das conquistas sociais e educacionais alcançadas pela trajetória da história da infância brasileira, e demonstra a importância deste nível na Educação Básica brasileira, no qual a partir dos debates políticos e documentos gerados para a EI, tivemos orientações quanto ao entendimento das pessoas que devem estudar e trabalhar na Educação Infantil, assim como os direcionamentos legais e procedimentais para este nível.

Inicialmente lembramos novamente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/1996, vigente após a Constituição Federal que já dava garantias de promover a educação para as crianças, no artigo 205, na LDBEN visa a assegurar a educação nacional, e especialmente aqui destacamos, a Educação Infantil, explicitando:

- O Art. 11, Inciso V da LDBEN que incube aos municípios a oferta da Educação Infantil em creches e pré-escolas;

- O Art. 30, Inciso I da mesma lei que designa às creches ou entidades equivalentes a oferta anteriormente mencionada para crianças de até três anos de idade.

Além desta lei temos em vigência o Plano Nacional de Educação (2014-2024), visto anteriormente, trata da Educação Infantil como a primeira meta que visa a garantia de:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (PNE 2014-2024).

Esta meta, segundo o relatório do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação, de 2018, acessado por artigo *on-line* da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), descreve que a atual situação da meta 01 do PNE (2014-2024) é de que ela não foi alcançada.

A conclusão deste relatório aponta ainda que os objetivos das 20 metas do PNE (2014-2024) no Brasil estão longe de serem alcançados e principalmente de as metas serem efetivadas até o prazo estimado para a conclusão do Plano, que é em 2024.

Como também em virtude da ausência das aulas presenciais nas escolas e creches devido a pandemia do Covid-19, o contexto para cumprimento da meta 01 e demais metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) vem enfrentando dificuldades de execução e acompanhamento, diminuindo as expectativas para o cumprimento das metas no ano de 2020.

Em outro artigo publicado pela Abmes (Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior) é apresentado um estudo sobre as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), publicado em 27 de maio de 2019 no endereço eletrônico da Abmes, sendo esse estudo realizado por Andressa Pellanda, então coordenadora executiva da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Segundo Pellanda (2019), desde 2015 está ocorrendo uma diminuição de investimento na educação pública brasileira, sendo esse um dos pontos para a falência no cumprimento das metas, apontando ainda outros elementos para tanto:

- Política de austeridade no país – especialmente na atual gestão do governo brasileiro (Jair Messias Bolsonaro);
- Ausência de um sistema nacional de educação;
- Falta de prioridade nas políticas de educação;
- Falta de suporte do governo federal para estados e municípios – especialmente na capacidade orçamentária para efetivar a Educação Básica;
- Atual gestão foca em políticas que vão na contramão do PNE – sendo algumas mencionadas por Pellanda (2019):
 - ✓ Militarização das escolas;
 - ✓ Cortes no MEC (Ministério da Educação);
 - ✓ Educação Básica à distância.

A respeito das metas do PNE (2014-2024), e especialmente a meta 01, de acordo com Pellanda (2019), o status da meta é de não cumprida no prazo e não cumprida até 2019. “Em 2017, apenas 34,1% das crianças até 3 anos tiveram acesso à educação infantil. Para reverter o quadro, seria necessário investir o suficiente para garantir o acesso de mais 20% da população nessa faixa etária às vagas nas creches.”

Para Pellanda (2019), reverter esse quadro seria investir no novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

O Fundeb é formado por recursos de impostos (91%) com complementação do Governo Federal (9%). No entanto, o fundo foi criado por uma lei transitória, que tem prazo de validade até 2020. O desafio, agora, é implementar um novo fundo que seja permanente e garanta recursos para a educação. (PELLANDA 2019, estudo publicado em artigo on-line da Abmes).

Em 2020, o novo Fundeb foi aprovado no Congresso Nacional, considerando os valores de repasse da União aos entes federados como gradual e havendo aumento dos anteriores 10% para 23%, até 2026. O Fundeb também se tornou Emenda Constitucional (108) permanente, contribuindo para a manutenção da educação pública brasileira.

Voltando-nos para a Educação Infantil, trazemos novamente a importância de destacar que a compreensão atual sobre a mesma advém da modificação da LDBEN, pela Lei nº. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que institui e normatizou o Ensino Fundamental, com duração de 09 anos, tendo início aos 06 anos de idade.

No entanto, e tratando sobre a relação da Educação Infantil e o Ensino Fundamental de 09 anos, estabelecidos em 2006, Abramowicz (2006, p. 319) discorre que com a ampliação do Ensino Fundamental, demonstrou-se a intenção de inserir crianças de 06 anos nesta etapa do ensino: aumentar o percentual de financiamento repassado aos municípios, sendo esta ampliação considerada pela autora, uma “política educacional econômica”.

E a Educação Infantil, neste contexto, de acordo com Abramowicz (2006, p. 319), por a maior parte dos recursos serem destinados a ampliação do Ensino Fundamental, naquele período, “as escolas e as creches que vêm sendo oferecidas, em alguns municípios, para a criança pequena é de baixíssima qualidade e não é cara”.

Isso ocorre porque as crianças pequenas têm repertório menor e impossibilidade de lutar por uma escola de qualidade, além do que a creche atende prioritariamente a crianças pobres e negras, filhas de mães trabalhadoras, em geral, domésticas. A escola de Educação Infantil é importante para a criança pobre já que a pobreza incide de maneira mais contundente e perversa nas crianças de zero a seis anos, e com maior intensidade sobre as crianças negras.

[...] Deste modo, a escola de Educação Infantil tem uma função prioritária na história da infância uma vez que muitas delas são prisioneiras do trabalho e da miséria. (ABRAMOWICZ, 2006 p. 319,320).

Observa-se na explicação da autora, outro elemento presente na discussão da Educação Infantil no Brasil, inserido a partir de 2006 com o Ensino Fundamental de 09 anos: O contexto social ao qual as crianças brasileiras perpassam e que, como descreve a autora, a escola de Educação Infantil perpassa, sendo em sua maioria crianças pobres e negras, filhas de mães trabalhadoras.

Abramowicz (2006), argumenta ainda que entre todas as crianças pobres no Brasil, as negras estão em piores situações e que mesmo com as políticas públicas de Bolsa Família, e ainda distribuição de merenda, lanche nas escolas de Educação Infantil não é suficiente para resolver as questões raciais presentes no universo da Educação Infantil.

Mesmo não tendo tantos elementos para discutirmos em nosso trabalho sobre as questões raciais na Educação Infantil, não podemos deixar de considerá-los pois os mesmos estão presentes no contexto da Educação Infantil brasileira. Podemos ainda relacionar que estas questões viriam a ser reflexo de um contexto de exclusão que crianças brasileiras perpassaram ao longo da história recente da humanidade.

A perspectiva de vislumbrar as crianças como tais, não como “jovens infratores” e “coitadinhos”, como já ocorreu no Brasil Império e Brasil República Velha, não resolve as questões sociais e raciais deste público, mas pode contribuir para discutirmos mais sobre o assunto.

Por isso também é importante considerar ainda que não existe um único perfil de infância no Brasil, e sim infâncias, com contextos sociais específicos, e como vimos contextos raciais também, entre outros.

No entanto, ainda podemos considerar como pequenas conquistas - mas que precisam de mais! - os estudos acadêmicos, as políticas públicas que tratam sobre a Educação Infantil, na busca de explicitar as garantias, práticas, discussões que as infâncias e a Educação Infantil vêm alcançando ao longo das primeiras décadas do século XXI, como também garantias advindas por planos e documentos oficiais, como o PNE 2014 na meta que corresponde a Educação Infantil.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p. 12), tínhamos a definição da Educação Infantil destacando a importância de descrição desse nível da Educação Básica e do acesso à educação pelas crianças:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

Assim como temos na Política Nacional de Educação Infantil (PNEI) (2006, p. 17-18), algumas de suas diretrizes para este nível de ensino:

O processo pedagógico deve considerar as crianças em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar.

As instituições de Educação Infantil devem elaborar, implementar e avaliar suas propostas pedagógicas a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e com a participação das professoras e dos professores.

Observa-se a relevância das diretrizes da PNEI (2006) para o atendimento às especificidades das crianças como também com as propostas pedagógicas a serem elaboradas, realizadas e avaliadas pelas professoras e pelos professores, considerando às DCNEIs (2010) e estas especificidades.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p. 93) explicam também a importância das experiências de aprendizagem para as crianças nas instituições escolares:

O importante é apoiar as crianças, desde cedo e ao longo de todas as suas experiências cotidianas na Educação Infantil no estabelecimento de uma relação positiva com a instituição educacional, no fortalecimento de sua autoestima, no interesse e curiosidade pelo conhecimento do mundo, na familiaridade com diferentes linguagens, na aceitação e acolhimento das diferenças entre as pessoas.

Podemos lembrar ainda do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI, 1998) que também dá indicações de ações e entendimento da Educação Infantil, e elaborado e lançado após a promulgação da LDBEN n. 9394/1996, tratou naquele período mais especificamente de como trabalhar neste nível de ensino, considerando as categorias do cuidar e do educar, presentes no desenvolvimento integral ao qual a Educação Infantil vivência.

Estes documentos oficiais podem orientar a ação pedagógica na Educação Infantil e das pessoas que trabalham nela. Torna-se importante evidenciar que, mediante a um contexto de pandemia do Covid-19, as atividades no tempo/espço da Educação Infantil ocorreram de modo remoto nas escolas, e pontuando, nas escolas de Vitória de Santo Antão-PE.

4 A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

“Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas” (LÜCK, 2007, p. 35).

Para entendermos as dimensões do trabalho da coordenação pedagógica escolar, é preciso considerar a construção histórica e social desse trabalho. A coordenação pedagógica foi concebida de diferentes maneiras e influenciada pelas políticas e pelos paradigmas de educação, gestão e ensino, vivenciados nas escolas ao longo da história da educação brasileira.

No período de 1964 a 1985, a sociedade brasileira vivenciou o regime ditatorial, e a escola, enquanto instituição social, foi amplamente afetada por esse regime. As atividades escolares tinham por base os paradigmas de ensino, que privilegiavam a reprodução do conhecimento. Segundo Behrens (2003, p. 43), esses paradigmas "visavam à reprodução, à repetição e a uma visão mecanicista da prática educativa" e o ensino era marcado pela presença de uma escola reprodutora dos conhecimentos, de estudantes passivos e de docentes e gestores/as autoritários/as.

Torna-se importante também destacar que com a reforma de ensino de 1º e 2º graus lei nº. 5.692/71, possibilitou que nos cursos de pedagogia, naquele período, fosse formado um corpo técnico escolar, dividido em supervisores/as de ensino e orientadores/as escolares, pela perspectiva de um paradigma de reprodução de ensino (tecnicista).

No contexto educacional descrito, a atividade da coordenação pedagógica estava refletida na função de supervisão e com o desempenho de inspeção, fiscalizando as atividades docentes e os comportamentos de discentes, zelando pela manutenção do controle do processo de ensino e aprendizagem.

A gestão escolar deste período respaldou-se no modelo administrativo-empresarial e caracterizava-se pela busca de resultados, negando a autonomia das pessoas que integravam a instituição escolar nas ações elaboradas e realizadas na escola.

Com o fim do período ditatorial, a sociedade brasileira se organizou em busca das mudanças que atendessem às suas necessidades, dentre elas, o acesso e a

qualidade da educação. Nesse sentido, surgem as pedagogias contra hegemônicas, como a pedagogia da educação popular e outras, lembradas por Saviani (2013), que sugeriam as propostas de educação, como crítica, libertadora, democrática.

Observa-se, com essas mudanças, a inserção da gestão democrática, assegurada por lei (CF 1988, Art. 206; LDBEN 9394/96, Art. 3º, VIII), que tem a proposição de autonomia das pessoas e que busca promover a participação delas nas atividades escolares e na sociedade mais ampla.

Desse modo, buscava-se a superação do modelo de direção para o de gestão escolar, visando uma forma democrática de organização e funcionamento das instituições escolares. Nessa perspectiva, são identificadas novas práticas pedagógicas entre docentes, que requeriam novas funções da coordenação pedagógica.

De acordo com Silva (2010, p. 52), a coordenação pedagógica escolar, cotidianamente, "se depara com uma vasta complexidade e uma gama de dificuldades das suas funções, especialmente em seu papel articulador das áreas curriculares, uma vez que tal articulação implica o envolvimento das pessoas que atuam na escola". Para esse autor, no que se refere às atividades de rotina e às demais atividades vivenciadas pela instituição, a coordenação pedagógica tem uma função importante entre as pessoas, em especial entre os/as docentes. E o que ele considera como articulação ser um papel a ser desenvolvido pela coordenação, observamos que ele pode ser realizado mediante a um contexto de participação, na fala e na escuta das pessoas, especialmente docentes e gestão – pessoas que a coordenação lida diretamente – para que se envolvam no processo educativo, em ser colaborativo.

Como já visto, a coordenação pedagógica escolar faz parte da equipe gestora da escola, e, assim, o seu trabalho precisa coadunar com a da gestão. Libâneo (2013, p. 178) considera o caráter genuinamente interativo do trabalho da gestão e da coordenação, "requerendo deles uma formação específica para buscar soluções para os problemas, saber coordenar o trabalho conjunto, discutir e avaliar a prática, assessorar e prestar apoio logístico aos professores na sala de aula."

A prática referida pelo autor se traduz na direta relação da coordenação pedagógica com as/os docentes, pois, à medida que os auxilia no planejamento, realização e avaliação das atividades escolares, poderá concorrer para a melhoria

da qualidade do ensino, que reverbera em significativas aprendizagens para as/os estudantes e no exercício pedagógico das/os profissionais da escola.

Um dos fatores apontados por Libâneo (2013, p. 178), no exercício da gestão e da coordenação, é o de decisão:

A decisão é a capacidade de selecionar, diante de várias alternativas, a medida mais adequada conforme as situações concretas. Com base em um plano de trabalho, de objetivos e tarefas estabelecidas mediante a participação da equipe escolar, o diretor ou coordenador não pode furtar-se de tomar as decisões necessárias.

Considerando as expectativas e os objetivos das pessoas da escola, a decisão revela os interesses pessoais e coletivos. Por essa razão, tanto a gestão quanto a coordenação devem ter o compromisso de assegurar que os objetivos estabelecidos no projeto político-pedagógico, construído coletivamente, sejam alcançados.

A decisão atribui a gestoras/es e coordenadoras/es o caráter do poder. Moreira e Silva (1999, p. 28) nos revelam que

o poder se manifesta em relações de poder, isto é, em relações sociais em que certos indivíduos ou grupos estão submetidos à vontade e ao arbítrio de outros. Na visão crítica, o poder se manifesta através das linhas divisórias que separam os diferentes grupos sociais em termos de classe, etnia, gênero etc.

Entende-se que poder é um elemento que constitui as pessoas e a relação que elas estabelecem nos ambientes sociais, tais como: escola, família, vizinhança. Nessa relação, o poder se apresenta nos momentos de expressão de opiniões, de tomada de decisão. A partir do entendimento desse poder, os profissionais da instituição escolar, podem ou não ter uma participação devida no trabalho coletivo e na construção e desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico (PPP), podendo a coordenação pedagógica escolar observar interesses e objetivos, oferecendo oportunidades de participação às pessoas.

4.1 A Coordenação Pedagógica Escolar e a Educação Infantil

A atividade da coordenação pedagógica, como vimos em outras seções deste trabalho, está relacionada à atividade da gestão escolar e com as atividades pedagógicas presentes nas práticas de docentes e nas demais atividades escolares que também são educacionais.

Tendo isso em vista, podemos contemplar algumas maneiras que a coordenação pode se relacionar com a Educação Infantil nas escolas. Importante dizer que nem sempre temos presente coordenação pedagógica da Educação Infantil nas escolas, sendo por vezes um/a coordenador/a correspondente a todos os níveis de ensino na instituição. Desse modo, entendemos que a demanda educacional ao qual a coordenação corresponde nesses contextos é extensa, mas que pode compreender, ao menos, o que cada nível necessita, em se tratando de especificidades dos/as estudantes, das diretrizes para o ensino e a aprendizagem, a avaliação, o planejamento de atividades, entre outros.

Tratando-se especialmente da Educação Infantil, a coordenação pedagógica escolar pode direcionar suas ações de planejamento, acompanhamento de atividades, reuniões pedagógicas, processos de formação continuada em serviço, dentre outras, baseadas nos elementos referentes ao cuidar e ao educar, duas categorias que são vivenciadas nesse nível de ensino.

De acordo com Abreu et al (2010, p. 84), a coordenação pedagógica da Educação Infantil

tem como uma de suas tarefas primordiais garantir que nas ações dos educadores estejam entrelaçados os princípios fundamentais dos atos de cuidar e educar de forma a contemplar a multiplicidade de dimensões da pessoa humana, privilegiar a escuta e favorecer a reflexão permanente sobre o que as crianças dizem.

Desse modo, de acordo com a autora, a coordenação pedagógica escolar pode trabalhar com a Educação Infantil contemplando as dimensões do desenvolvimento de estudantes de maneira integral, e aqui lembramos do seu desenvolvimento social, cognitivo, emocional, sensorial, motor, afetivo, entre outros, que com a convivência escolar podem ser explorados nas atividades.

Assim como auxiliar docentes no entendimento de que tais atividades podem progressivamente estimular esse desenvolvimento, quando planejadas, implementadas e avaliadas com a devida rigorosidade que o nível demanda – no sentido de descrição precisa das experiências, do processo evolutivo dos/as estudantes, entre outros – e com abertura para dar margem ao entendimento de que cada estudante, na Educação Infantil, terá um desenvolvimento individual e coletivo mais perceptível que em outros níveis, devido às aprendizagens iniciais sobre os conhecimentos construídos na escolarização.

A perspectiva do desenvolvimento das atividades educacionais na Educação Infantil fica sustentada pelas dimensões do cuidar e do educar, sendo esses importantes elementos para o desenvolvimento integral de estudantes desta etapa, como também para o planejamento, acompanhamento e realização das atividades, de modo a contemplar as vivências escolares da Educação Infantil, considerando todo o processo nelas presentes.

Verifica-se com isso que tratar do desenvolvimento de estudantes da Educação Infantil demanda a compreensão de que o processo educativo deste nível de ensino está para além da dimensão da classificação ou de resultados finais e sim do processo, considerando o que a/o estudante alcance e de como isso é acompanhado por docentes e aqui também lembramos da coordenação pedagógica, buscando-se o desenvolvimento integral das crianças nas escolas e o exercício progressivo de entendê-las como elemento principal na Educação Infantil.

4.2 Docência na Educação Infantil na Pandemia do Covid-19

A atividade docente na Educação Infantil perpassa muitos desafios e muitas demandas específicas quanto ao desenvolvimento de estudantes desta etapa, considerando-as/os como pessoas de direito e de participação ativa em toda sua trajetória de escolarização, na qual é iniciada na Educação Infantil.

O perfil docente da Educação Infantil configura características próprias, como apontam Vieira e Falciano (2020) em estudo sobre a docência na Educação Infantil durante a pandemia.

De acordo com o artigo publicado pelos autores, 3 de cada 4 professoras/es desta etapa têm formação de nível superior, apresentando uma tabela que apresenta esse e outros dados, abaixo:

FIGURA 6 – Tabela referente a formação docente

Número total de docentes e proporção do nível de escolaridade dos docentes por etapa do ensino regular da educação básica no ano de 2019

	Ed. Básica	Ed. Infantil	Ensino Fund. (anos iniciais)	Ensino Fund. (anos finais)	Ensino Médio
Total de docentes*	2.212.018	312.615	751.994	755.986	507.931
Fundamental	0%	1%	0%	0%	0%
Ensino Médio	14%	25%	16%	8%	3%
Ensino Superior	85%	75%	84%	91%	97%

Fonte: Inep apud VIEIRA e FALCIANO. 2020.

Observa-se ainda nesta figura da tabela, a formação de docentes de outras etapas do ensino, no que se refere ao indicador de “Ensino Superior”, são maiores comparados a formação de ensino superior de professoras/es da Educação Infantil, o que pode indicar fragilidade quanto ao perfil docente desta etapa e da necessidade de termos profissionais com mais formação para este público.

Outro elemento indicado pelos autores é que as/os “docentes da educação infantil são em geral mais jovens e predominantemente feminino” (2020, p.792). Como demonstra a figura de tabela abaixo, presente no artigo dos autores:

FIGURA 7 – Tabela sobre dados mais gerais de docentes da Educação Infantil

Número total de docentes, proporção por faixa etária e proporção por gênero por etapa do ensino regular da educação básica no ano de 2019

	Ed. Básica	Ed. Infantil	Ensino Fund. (anos iniciais)	Ensino Fund. (anos finais)	Ensino Médio
Total de docentes*	2.212.018	312.615	751.994	755.986	507.931
Até 24 anos	3,6%	5,7%	3,0%	3,2%	2,2%
25 a 29 anos	9,2%	11,7%	8,0%	9,1%	8,8%
30 a 39 anos	32,9%	35,9%	31,5%	33,0%	34,0%
40 a 49 anos	32,7%	30,7%	35,9%	32,4%	31,4%
50 a 54 anos	11,3%	9,2%	12,1%	11,5%	11,7%
55 a 59 anos	6,5%	4,7%	6,4%	6,9%	7,3%
60 anos ou mais	3,7%	2,1%	3,3%	3,9%	4,6%
Feminino	79,7%	97,5%	88,4%	67,5%	58,2%
Masculino	20,3%	2,5%	11,6%	32,5%	41,8%

Fonte: Inep apud VIEIRA e FALCIANO. 2020.

Além de apresentar as taxas referentes ao percentual de docentes mais jovens e predominantemente do sexo feminino para a Educação Infantil, importa observar nesta tabela presente no artigo citado, que também o percentual de docentes do sexo masculino aumenta progressivamente em outras etapas do ensino e é menor na Educação Infantil. Como também docentes da faixa etária de 50 a 54 anos, e 55 a 59 anos, o percentual é menor para a Educação Infantil. Todos estes dados são importantes para identificarmos o perfil do docente da Educação Infantil, mas principalmente para refletirmos sobre os encaminhamentos que são indicados para este público, a partir deste perfil docente.

Espera-se que docentes desta etapa contribuam para o desenvolvimento das crianças, espera-se que esta etapa seja vivenciada integralmente. No entanto, muitos desafios educacionais são impostos para professoras/es: a realidade escolar apresenta fragilidades, pouco espaço para a vivência de atividades, poucos recursos, e quando há recursos, em alguns momentos docentes podem ter pouca formação para lidar com eles. Com a pandemia do Covid-19, a parte de recursos e de vivência de atividades tornou-se um ponto de fragilidade/dificuldade para alguns e fortalecimento/ inovação para outros.

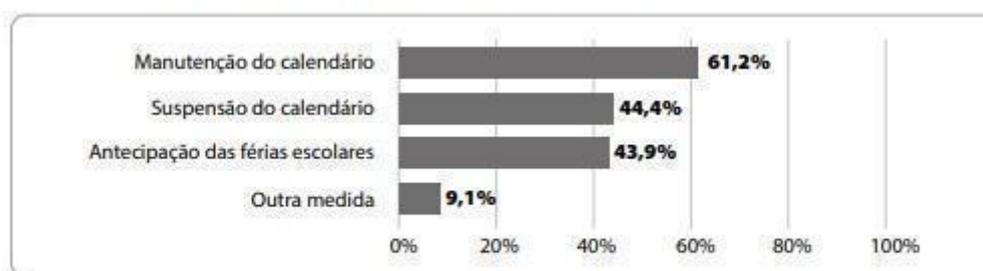
No mesmo estudo de Vieira e Falciano (2020), eles trazem o resumo de um levantamento realizado pelo Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (Mieib) em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

(Undime), que contactou as secretarias municipais de educação do Brasil, obtendo 1.904 respostas de 26 dos 27 estados da federação, entre os dias 27 de abril e 01 de junho de 2020.

Este estudo apresentou a proporção das medidas tomadas pelas secretarias de educação no contexto da pandemia, indicando por exemplo que para a medida adotada no caso das suspensões de atividades presenciais 61,2% optaram pela manutenção do calendário escolar, como apresenta o gráfico abaixo:

FIGURA 8 – Gráfico sobre medida relacionada a suspensão de atividades presenciais

Proporção de municípios segundo medida adotada no caso de suspensão das atividades presenciais



Fonte: Mieib-Undime apud VIEIRA e FALCIANO. 2020.

Segundo, Vieira e Falciano (2020) “a suspensão de atividades presenciais não significou a paralisação de atividades educacionais com as crianças de 0-3 anos em creche e de 4-5 anos em pré-escolas” (p. 795). Todavia, a realização das atividades de maneira remota indicou as dificuldades que docentes enfrentaram, como por exemplo, compatibilizar trabalho doméstico com trabalho remoto. Essa e outras dificuldades também foram apontadas no estudo, como demonstra abaixo:

FIGURA 9 – Gráfico sobre as dificuldades enfrentadas no trabalho remoto

Proporção de municípios segundo as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de educação



Fonte: Mieib-Undime apud VIEIRA e FALCIANO. 2020.

Mesmo que o gráfico deste estudo possa apresentar dificuldades de profissionais de modo geral, importa salientar que, de acordo com os autores, “as Secretárias Municipais de Educação informaram que $\frac{1}{3}$ dos profissionais de educação infantil estavam apresentando dificuldade de compatibilizar o trabalho doméstico com o remoto” (VIEIRA e FALCIANO, 2020 p. 796), e “tiveram que se adequar a diferentes procedimentos para o cumprimento da sua carga horária, bem como viveram diferentes efeitos sobre as relações de trabalho” (VIEIRA e FALCIANO, 2020, p. 797), e em alguns casos com redução de salário como apresenta o gráfico deste estudo:

FIGURA 10 – Medidas trabalhistas adotadas pelos municípios (de modo geral), em relação às/aos docentes na pandemia do Covid-19

Proporção de municípios segundo as medidas trabalhistas adotadas para as(s) profissionais(os) da educação da rede pública (efetivos/os e com contratos temporários).



Fonte: Mieib-Undime apud VIEIRA e FALCIANO. 2020.

Observa-se que não apenas a redução de salários demarcou as relações de trabalho de docentes durante a pandemia, mas também as taxas de antecipação de

férias (34,4%) e banco de horas (34,4%) foram altas, havendo ainda demissões (21,4%), de acordo com o estudo apresentado em Vieira e Falciano (2020).

Em outros indicadores quanto ao trabalho docente na Educação Infantil, Vieira e Falciano (2020) explanam sobre outra pesquisa realizada a respeito deste trabalho e o que fora observado no contexto geral, foi a falta de experiência de docentes com o trabalho remoto, a gravação de videoaulas para as/os estudantes - mesmo Educação Infantil -, adesão das/os estudantes às atividades *online* e outros. Como também revelou aspectos de ansiedade nos profissionais, mesmo superando o despreparo com as atividades remotas, e ainda a sobrecarga de atividades, mais do que no início da suspensão das atividades presenciais - Considerando que esta última pesquisa apresentada no trabalho de Vieira e Falciano (2020) foi realizada no fim de 2020, segundo os autores.

O perfil docente da Educação Infantil então pode ser assim observado, de acordo com Vieira e Falciano (2020, p. 802):

Os/As docentes da educação infantil representam 27% da força de trabalho da educação básica no Brasil. Atuam em creches e pré-escolas. São mais de 95% de mulheres, com idade média de 40 anos. As prefeituras municipais são o principal empregador: 72,6% têm vínculo de trabalho com órgãos públicos dos municípios, em geral da educação (INEP, Censo Escolar, 2019) (VIEIRA e FALCIANO, 2020 p. 802).

Considerando, no entanto, o contexto da pandemia, as/os docentes da Educação Infantil, podem ser observadas/os e compreendidas/os a partir do enfrentamento dos desafios pessoais e profissionais nesta nova condição social e educacional, não apenas docentes mas também demais profissionais que trabalham com e na Educação Infantil.

4.3 Documentos Norteadores para a atividade da Educação Infantil do município de Vitória de Santo Antão

A atividade da Educação Infantil na rede municipal de ensino estudada durante a pandemia do Covid-19 no ano de 2020 e início do ano de 2021, contou com a orientação de documentos oficiais, sendo alguns com frequência referenciados nos momentos de formação docente da Educação Infantil e ainda nos grupo WhatsApp de Coordenação Pedagógica, dessa rede municipal de ensino. São documentos referencias o Plano Nacional de Educação(PNE) 2014, Plano Municipal de Educação(PME)2015 e além deles a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

2017 que tornou-se um dos documentos oficiais mais citados na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, especialmente para a etapa da Educação Infantil, durante as formações e atividades preparadas pela coordenadora desta etapa, para que docentes fizessem seus registros de atividades baseados na BNCC (2017), como também no Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019), como vimos anteriormente, em relação aos campos de experiências e direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Outros documentos orientadores do trabalho na Educação Infantil foram, os do Conselho Nacional de Educação (CNE), Ministério da Educação (MEC), Conselho Estadual de Educação (CEE/PE), e da Secretaria Municipal de Educação, da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, entre outros.

Assim, para compreendermos como a atividade da Educação Infantil ocorreu no período de março de 2020 até junho de 2021, analisamos os documentos aqui citados.

4.3.1 Plano Municipal de Educação (2015-2025)

O Plano Municipal de Educação (2015-2025) de Vitória de Santo Antão-PE surge a partir do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que também tem como objetivo cumprir com as metas educacionais estabelecidas até o ano de 2024. Destacando os aspectos históricos que constituem esta etapa do ensino, buscamos analisar como a rede municipal referencia a Educação Infantil e que conceitos de infâncias foram observadas no documento.

Observamos que existe uma preocupação no texto das garantias ao público da Educação Infantil, no que se refere ao entendimento de serem pessoas com direitos, inclusive sendo indicada como meta 01 do Plano Municipal de Educação (2015-2025, p. 45) “universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta em Centros Municipais de Educação Infantil de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do plano municipal de educação”.

No entanto, o próprio Plano apresenta diferença em relação a realidade vivenciada na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, pois, em relação às crianças de 0 a 3 anos de idade, o atendimento ainda se limita a 02 turmas de uma escola pública municipal, e com crianças a partir de 2 anos e meio,

segundo a coordenadora da Educação Infantil da rede descrita. Ou seja, a grande maioria das crianças de 0 a 3 anos do município não foi atendida em 2016, previsto na meta 01 do PME, e seguiu sem ser atendida até junho de 2021.

Em se tratando do conceito de infância que consideramos ter sido empregado neste documento, pontua-se uma relevância a um conceito que se volta ao entendimento da infância com marcação temporal e menos como experimentação e tempo de criação (Abramowicz, 2006) e também como processo de empirismo, considerado por Kohan (2015), em virtude da garantia de direitos a crianças com deficiência, por exemplo, e outros - que também são muito necessários e importantes.

Outra observação pertinente ao documento do PME (2015-2025) foi a da palavra infância, em uma das estratégias da meta 01 do Plano:

1.14) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e **proteção à infância**; (Trecho retirado do Plano Municipal de Educação 2015-2025 p. 46, em referência a Meta 01, sobre a Educação Infantil, e destacado pela autora. 2021)

A primeira referência da palavra "infância" no documento está vinculada à ideia de "proteção", onde pontuamos o necessário e importante debate político sobre a proteção à infância, até como política de ação afirmativa para a Educação Infantil.

No que se refere à Educação Infantil, é descrito no PME (2015-2025) sobre o quantitativo de estudantes desta etapa como um dado respaldado pelo Censo Demográfico do IBGE, do ano de 2010, totalizando 1.796 crianças que, de acordo com o descrito no documento, frequentavam a escola na idade de 0 a 3 anos, correspondendo a um percentual de 23,5%, e 3.579 crianças que frequentavam as escolas na idade de 4 e 5 anos, correspondendo a um percentual de 84,6% de estudantes da Educação Infantil.

Outro dado relacionado à esta etapa do ensino descrito no PME (2015-2025) se refere ao Censo Escolar do ano de 2014, em que é apresentado para a rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, na Educação Infantil, um total de 57 estabelecimentos, com 33 estudantes de 0 a 3 anos, e 1.659 de 4 e 5 anos.

Em relação à meta 01 do PME (2015-2025) a respeito da Educação Infantil, a ela se atribuem 17 estratégias para a efetivação da meta, sendo textualmente

semelhantes à meta e às estratégias estipuladas pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Algumas estratégias foram por nós destacadas:

1.3) realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.4) garantir, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

(Trecho retirado do Plano Municipal de Educação 2015-2025 p.46, em referência a Meta 01, sobre a Educação Infantil. 2021).

Estas duas estratégias direcionam-se ao público da creche, de 0 a 3 anos, que ao longo do desenvolvimento de nosso trabalho não foram observadas na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE nenhuma creche. Apenas duas turmas com crianças de 3 anos, em uma escola da rede, sendo este dado levantado em 2019.

A respeito do que as estratégias tratam sobre levantamento da demanda e ainda consulta pública da demanda das famílias por creches, não estiveram presentes informações na rede e disponíveis a este estudo, a respeito de tais ações para a efetivação de Educação Infantil, com o público de 0 a 3 anos, até o ano de 2021.

Outras estratégias também foram destacadas:

1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas bem como aquisição de equipamentos, de tecnologia, visando à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil;

1.6) implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir à infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

(Trecho retirado do Plano Municipal de Educação 2015-2025 p.46, em referência a Meta 01, sobre a Educação Infantil. 2021).

No que se refere a estratégia “1.5” da meta 01 do PME (2015-2025), e acompanhando a atividade da Educação Infantil no período deste estudo, foram mencionadas algumas escolas que passaram por reformas em suas estruturas físicas, mas não foi revelado o número preciso de escolas, e se elas atendiam a educação Infantil, bem como se as reformas beneficiaram crianças desta etapa do ensino. E a respeito da estratégia “1.6” não foram observados momentos de avaliação da etapa da Educação Infantil.

1.8) promover concurso público de acordo com a necessidade do município e, garantir bimestralmente a formação continuada e a participação ou representação dos profissionais da educação em congressos nacional e internacional de forma remunerada. (Trecho retirado do Plano Municipal de Educação 2015-2025 p.46, em referência a Meta 01, sobre a Educação Infantil. 2021).

No que se refere a estratégia 1.8 sobre formação continuada, acompanhamos entre os anos de 2019 a 2021, momentos de formação realizados na Educação Infantil e no que se refere a “promover concurso público”, como descrito na estratégia 1.8 da meta 01 do PME (2015-2025), o último concurso público do município de Vitória de Santo Antão-PE ocorreu no ano de 2015, havendo especificação para docente de Educação Infantil e em 2021 houve inscrição para seleção simplificada, a partir de análise de currículo, com previsão de resultado para o final do mês de dezembro de 2021.

De todo modo, fora destacado por nós o aumento do número de docentes no grupo de *WhatsApp* da Educação Infantil, entre os anos de 2020 e 2021, sendo registrados em 2020, 83 docentes, e em 2021, 107 docentes. Talvez como reflexo de docentes contratados - também em virtude das eleições municipais de 2020 e mudanças na gestão municipal e da secretaria municipal de educação, em 2021 - e também se observou um movimento de convocação de docentes aprovadas/os no concurso público municipal de 2015.

Voltando-nos as estratégias, outras também trouxeram elementos referentes ao acesso e permanência do público da Educação Infantil, 0 a 3 anos, 4 e 5 anos, sendo destacada ainda a estratégia 1.17:

1.17) estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, priorizando a faixa etária compreendida entre 0 e 3 anos de idade. (Trecho retirado do Plano Municipal de Educação 2015-2025 p. 48, em referência a Meta 01, sobre a Educação Infantil. 2021).

Este estímulo indicado ao trabalho em tempo integral e priorizando o público de 0 a 3 anos da Educação Infantil não foi observado durante a realização deste estudo.

Sendo considerado que, de modo geral, as estratégias da meta 01 do Plano Municipal de Educação (2015-2025), quando analisadas sobre as demandas da Educação Infantil dos anos de 2019 a 2021, na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, indicam fragilidades da etapa e também no atendimento ao PME (2015-2025) - podemos inferir, também no atendimento ao PNE (2014-2024).

Ou seja, a Educação Infantil apresenta fragilidades indicadas pelo Plano Municipal de Educação (2015-2025) e não percebemos mobilização do município para contemplar a meta.

4.3.2 Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019) e BNCC (2017)

O Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019) tornou-se um importante documento para análise em nossa pesquisa pela forma como o qual era referenciado nas formações para a Educação Infantil, da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, especialmente pela coordenadora desta etapa na rede, sendo um documento de orientação e a ser mencionado nos planejamentos e registros de docentes da Educação Infantil, em suas atividades, relacionando por exemplo, sobre como determinada atividade se vincularia a um campo de experiência ou direito de aprendizagem descrito no Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019) - e também com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017), como veremos mais adiante.

Como todo o documento trata de especificações para a Educação Infantil - e também importantes para esta etapa do ensino - consideramos para a análise seções que estiveram mais presentes nos momentos de formação mencionados anteriormente, que foram os das “concepções de Criança, Infância e Educação Infantil” e ainda “Os campos de experiências e direitos de aprendizagem e desenvolvimento”, como também sobre como no documento é considerada, de maneira breve, a “Formação de Professores”.

Na seção “concepções de Criança, Infância e Educação Infantil”, destacamos a dimensão da infância:

[...] Portanto, abranger a infância em toda sua magnitude exige perceber nas crianças a sua singularidade, o coletivo diverso do qual elas fazem parte e imergir nas diferentes culturas e saberes que produzem. **É necessário respeitar suas formas de se relacionar com o mundo e entender como se desenvolvem e aprendem, sem que o adulto determine o nível de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.** (Trecho retirado do Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil 2019, p. 57, e destacado pela autora. 2021)

Observa-se no trecho destacado acima elementos que indicam o entendimento da infância (ou das infâncias) como contextual e também de relacionamento do público infantil com o mundo, sem a determinação adultocêntrica. Observa-se que o texto em destaque, relaciona ao que Kohan (2015), trata sobre o

processo de experimentação de crianças na infância, sem a determinação sobre o que são e como são.

Outro elemento que podemos observar na seção “concepções de Criança, Infância e Educação Infantil” foi que a mesma é iniciada por uma cantiga de roda, e o mesmo acontece na seção “Os campos de experiências e direitos de aprendizagem e desenvolvimento”, sendo também observado em outras seções do Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019)

Talvez seja uma forma de relacionar a linguagem descrita e concepção de infância presentes no documento com cantigas de roda que possam ser trabalhadas na Educação Infantil, ou até mesmo como as cantigas são produções sociais e advém da criatividade, como o próprio documento indica, esses elementos, para o Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019), sejam entendidos como que fazem parte do público infantil.

Para o Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019) a relação da criança ou de crianças com o mundo, pode ser vivenciada na educação escolar através de 05 campos de experiência e 06 direitos de aprendizagem e desenvolvimento em cada campo, que detalharemos mais a frente.

Ainda sobre o fragmento do texto destacado acima, da seção “concepções de Criança, Infância e Educação Infantil”, podemos destacar o trecho: “[...] sem que o adulto determine o nível de desenvolvimento e aprendizagem da criança” (Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil 2019, p. 57), e que adultas e adultos, de certa forma, indicam no documento formas de identificar e direcionar como a experiência da criança, na Educação Infantil, é vivenciada, determinando assim o nível de desenvolvimento e aprendizagem da mesma, sendo indicada possível contradição no texto.

Acrescenta-se a isso o desafio de docentes em contemplar a infância, na Educação Infantil, a partir das experimentações e do contexto de criação (Abramowicz, 2006), sem uma prévia determinação ou limitação destas experiências. Podemos depreender este desafio também deste trecho do documento do Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019).

Outro elemento identificado no Currículo, de modo geral, fora o tratamento da informação sobre criança, infância e Educação Infantil, sendo elas relacionadas e identificadas na educação escolar sem o uso de termos como estudantes ou

similares como alunos/as, por exemplo, e inclusive com pouca identificação da palavra “Educação Infantil” em todo texto.

A isto podemos indicar que o Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019) busca evidenciar os aspectos de como desenvolver a infância como experiência para além de uma temporalidade linear (Abramowicz, 2006).

Ainda sobre este documento, e no que se refere aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, e nos campos de experiências e relacionado ao contexto do grupo de docentes da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, nos momentos formativos por nós acompanhados, desde o ano de 2019 até o mês de junho de 2021, houve orientação da rede para utilização do mesmo no preenchimento de cadernetas.

Na seção “Formação de Professores” do documento, trata em seu texto, inicialmente, a relação do currículo como o que pode orientar a formação de docentes:

[...] o currículo e a sua organização assumem-se como elementos de destaque, uma vez que eles revelam opções acerca de um determinado modelo de formação profissional caracterizado pelas articulações que se estabelecem, no seu interior, entre os saberes teóricos e os saberes práticos necessários à atividade do professor e ao desenvolvimento profissional cuja construção deve ser o objetivo de qualquer programa de formação. (Trecho retirado do Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil 2019, p. 27, e destacado pela autora. 2021).

Desse modo, o currículo, de acordo com o documento, pode servir como modelo de formação e assim como orientação para a atividade docente.

Nesta seção há indicação do documento para que a formação ocorra seguindo as diretrizes nacionais para a formação docente, tais como, a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Decreto n. 8.752/2016), e ainda na perspectiva de entendimento de currículo como construído em coletivo, tendo como exemplo o Projeto Pedagógico escolar.

No entanto, mesmo com as indicações voltadas para a formação continuada, e também da importância da mesma para docentes, de modo geral, descritas no documento, não observamos nesta seção uma especificação da formação docente para a Educação Infantil - Cabe salientar, entretanto, que esta seção encontra-se na primeira parte do documento, que está após a introdução, sendo a segunda parte intitulada “Educação Infantil”, mas que nela volta-se muito aos objetivos da

Educação Infantil, avaliação, campos de experiência, entre outros, e não trata da formação de docentes, especialmente nesta etapa do ensino.

Relacionando esta perspectiva da formação docente no Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019) com as formações que ocorreram com o grupo de docentes desta etapa na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, observamos que os dizeres do documento a respeito da formação se efetivaram nas formações da rede citada. Pois, em sua maioria, trataram de aspectos voltados ao próprio Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019), BNCC (2017), ou ainda de programas como o Programa Criança Alfabetizada. Ou seja, as formações docentes tinham como base o currículo e seguiam as indicações dos documentos oficiais que foram referências para a organização da rede de modo geral.

A forma de vivência das formações continuadas para a Educação Infantil, na rede municipal de ensino estudada, indica um posicionamento dessa rede em relação a como a Educação Infantil deve ser organizada e vivenciada. E ainda indica uma cobrança frequente da rede no atendimento das demandas documentais ou de registro de atividades, para a Educação Infantil, de acordo com os documentos oficiais. Diminuindo assim, a autonomia de docentes na elaboração e realização de atividades que saiam do contexto (e texto) dos documentos oficiais.

A respeito do texto da Base Nacional Comum Curricular (2017), consideramos a seção “A etapa da Educação Infantil” e suas subseções “Os campos de experiências” e “os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil”, sendo considerado nesta última, a parte inicial.

O texto apresenta a Educação Infantil considerando as garantias legais desta etapa, os elementos do cuidar e do educar, e inserindo como eixos estruturantes para a mesma: as interações e a brincadeira.

Esses eixos, de acordo com a BNCC (2017, p. 37) favorecem para que as crianças possam “construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização”.

E os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, assim como no Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019), servem para assegurar que os eixos estruturantes citados acima, sejam efetivados na Educação Infantil.

A BNCC (2017), apresenta os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, a partir de 06 palavras, verbos no infinitivo e após 05 campos de experiências, descritos abaixo:

Quadro 2 – Síntese dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil e dos campos de experiências, da BNCC (2017)

Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, de acordo com a BNCC (2017) e de maneira resumida	Campos de experiências, de acordo com a BNCC (2017)
Conviver	O eu, o outro e o nós
Brincar	Corpo, gestos e movimentos
Participar	Traços, sons, cores e formas
Explorar	Escuta, fala, pensamento e imaginação
Expressar	Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações
Conhecer-se	

Quadro criado pela autora a partir de informações da Base Nacional Comum Curricular (2017). 2021.

Observa-se, com o quadro 3, que o texto da BNCC (2017) não se difere quanto ao do Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019), em que até podemos inferir, que o texto do primeiro possa ter servido de base para a construção do texto do segundo, respectivamente, até pelos anos de suas publicações, sendo meios de orientação para pessoas que trabalham na Educação Infantil, no Brasil e especificamente no estado de Pernambuco - e como mencionado anteriormente, se tornaram meios de orientação para docentes desta etapa na rede municipal de ensino pesquisada.

Voltando-nos a Base Nacional Comum Curricular (2017), para a Educação Infantil, o documento ainda explica a respeito dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a partir de cada campo de experiência e que foram organizados de acordo com a faixa etária:

Quadro 3 – Faixa etária voltada para a Educação Infantil, de acordo com a BNCC (2017)

Creche	Pré-Escola
---------------	-------------------

Bebês (0 a 1 ano e 6 meses).	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).
Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses).	

Quadro criado pela autora a partir de informações da Base Nacional Comum Curricular (2017). 2021.

A respeito do texto dos objetivos de aprendizagem, presente na BNCC (2017), observamos que eles se revelam como objetivos atitudinais, ou seja, objetivos que tratam das atitudes que as crianças podem apresentar ou que se espera que elas apresentem, de acordo com a faixa etária e campo de experiência que a/o docente irá descrever para a atividade que vivenciar com sua turma de Educação Infantil.

Mas indo adiante nesta subseção, “os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil”, emergiu um pouco do que a BNCC (2017) poderia revelar sobre a sua concepção de infância.

Fora observado que o documento apresenta com maior evidência em seu texto o entendimento de uma infância um pouco limitada a uma fase do que como um universo de experiência, discutido em Kohan (2007) - e por mais que trate em seu texto de criança(s) e da pluralidade de situações de aprendizagem para elas, na Educação Infantil, textualmente a preocupação se manteve mais evidente na manutenção de objetivos de acordo com a temporalidade do público infantil, demarcando a infância pela idade atribuída a ela, e pouco ao tempo de experimentação e criação, e o que a mesma pode apresentar.

Mesmo com as devidas considerações e avaliações, a Base Nacional Comum Curricular (2017) é importante instrumento de apoio e orientação da atividade pedagógica para a Educação Básica e para a Educação Infantil, mas deve ser respeitada a autonomia de docentes na organização de suas atividades, e talvez esta autonomia não tenha sido contemplada na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, especialmente com as/os docentes da Educação Infantil - sendo esta observação também relacionada com o Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019).

O que se assemelha em ambos é a utilização com pouca frequência de palavras como “creche” e “pré-escola”, como também da palavra “Educação Infantil”, podendo relacionar ao destaque dos documentos sobre garantir às crianças e a infância, durante a etapa do ensino mencionada, uma experiência escolar que difere

das demais etapas do ensino. E a explicação dos campos de experiências e direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em ambos documentos, são importantes como aporte para possível compreensão do processo escolar da Educação Infantil.

Tais reflexões podem indicar que muito ainda precisa ser repensado na e para a Educação Infantil e que na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, esta etapa alertou para fragilidades, no que se refere a autonomia de suas/seus docentes, em relação a inserção desses documentos em seus planejamentos.

4.3.3 Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020

De acordo com o texto da medida provisória Nº 934, de 01 de abril de 2020, esta medida estabeleceu “normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.970, de 6 de fevereiro de 2020”.

Para o contexto da pandemia do Covid-19, especialmente no início das medidas sanitárias de controle ao contágio do vírus, esta medida provisória para a educação escolar, básica e ensino superior, tornou-se importante como aporte legal para a paralisação das atividades presenciais nos espaços educacionais.

No texto da medida ainda não foram computadas palavras como “criança(s)”, “infância” ou “Educação Infantil”, mas o artigo primeiro, de certa forma, respaldou também a Educação Infantil como um todo, ao tratar da dispensa do ensino da educação básica em relação ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual - que era de 800 horas.

4.3.4 Resolução CEE/PE N º 3, de 19 de março de 2020

De acordo com esta resolução

no âmbito do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, a adoção de atividades extraescolares, enquanto suspenso o funcionamento de instituições de Educação integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, na forma do Decreto Estadual nº 48.809, de 14.03.2020, e dá outras providências. (Texto da Resolução CEE/PE Nº 3, de 19 de março de 2020).

Entre os artigos propostos nesta resolução do Conselho Estadual de Educação do estado de Pernambuco, destacamos o inciso I, do artigo 1º, no qual descreve que a Educação Básica, Educação Profissional Técnica de nível médio e

Ensino Superior do estado teriam suas atividades mediadas por tecnologias não presenciais, em tempo real ou não.

Importa-nos destacar ainda no inciso I, do artigo 1º desta resolução, que a orientação sugerida pelo mesmo, se antecipa a medidas tomadas posteriormente pelo Conselho Nacional de Educação, com as portarias e pareceres, da utilização das tecnologias para as atividades não presenciais.

No artigo 4º, descreve que a avaliação deverá ser realizada de maneira presencial, aguardando, naquele período, o retorno das atividades presenciais nas instituições.

E ainda nesta resolução do Conselho Estadual de Educação do estado de Pernambuco, coube uma orientação específica aos municípios no artigo 8º, determinando que eles deveriam naquele momento adotar esta resolução em suas atividades educacionais ou produzirem ato administrativo próprio, “estabelecendo atividades extra escolares, no período de suspensão do funcionamento de suas escolas de Educação Básica”.

4.3.5 Parecer CNE 05/2020

O Parecer CNE 05/2020 foi aprovado em 28 de abril de 2020 e foi um dos primeiros documentos expedidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) como forma de busca da reorganização do calendário escolar 2020 e das atividades como um todo, mediante ao contexto da pandemia do Covid-19, no ano de 2020.

As explanações sobre a reposição da carga horária, gestão do calendário escolar, entre outros, tornaram-se importantes meios de orientação das atividades para o contexto educacional naquele período, em que observamos mais atentamente ao item 2.7 do Parecer CNE 05/2020, que é “Sobre a Educação Infantil”.

O CNE orienta para que o vínculo família e escola na Educação Infantil aconteça no contexto da pandemia, principalmente na vivência de momentos educativos e brincadeiras, entendidos neste Parecer, como sendo atividades essenciais nesta etapa do ensino, sendo necessário para que as mesmas sejam realizadas, que as escolas procurassem soluções para que tais atividades e brincadeiras ocorressem, mesmo com o isolamento social.

Sendo também considerada a possibilidade de uso da internet como meio de divulgação das atividades e de manutenção do vínculo escola-família, sendo

possível a escola definir qual instrumento de resposta da realização das atividades, por parte de estudantes da Educação Infantil e também do feedback, sendo respeitadas, naquele período, as realidades locais das escolas.

A orientação do Parecer CNE 05/2020 (p. 09) ainda para as famílias de crianças de 0 a 3 anos (creche) e de 4 e 5 anos (pré-escola), tornou-se semelhante: “atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis”, havendo um acréscimo aos estudantes da pré-escola, sobre “algumas atividades em meios digitais quando for possível”.

Ainda há indicação para o envolvimento das crianças das faixas etárias descritas nas atividades rotineiras, em casa com os pais, como forma de fortalecer o vínculo familiar e também de potencializar o desenvolvimento das crianças.

Outro aspecto importante do Parecer CNE 05/2020 para a Educação Infantil, foi o da avaliação:

No contexto específico da educação infantil também é importante ressaltar o que estabelece o inciso I do artigo 31 da LDB, onde a avaliação é realizada para fins de acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. Ou seja, especialmente nesta etapa, a promoção da criança deve ocorrer independentemente do atingimento ou não de objetivos de aprendizagem estabelecidos pela escola. Nessa fase de escolarização a criança tem assegurado o seu direito de progressão, sem retenção. (Parecer CNE 05/2020 p. 09).

Ou seja, fora assegurado naquele período, a partir do Parecer CNE 05/2020 e baseado no inciso I do artigo 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/1996, que estudantes da Educação Infantil teriam progressão dos anos, em cada fase, da creche à pré-escola e para o Ensino Fundamental, mesmo atingindo ou não os objetivos de aprendizagem previamente estabelecidos.

E na busca da compreensão da possível concepção de infância presente no documento, entendemos que a mesma esteve mais relacionada à concepção de infância que se relaciona uma fase demarcada por temporalidade, pela idade atribuída ao público infantil, e pouco considerando os possíveis estímulos proporcionados às crianças para desenvolverem seu conhecimento de mundo e a exploração do mesmo que o próprio Parecer sugere.

4.3.6 Parecer CNE 15/2020

Este parecer do Conselho Nacional de Educação foi aprovado em 06 de outubro de 2020 e abordou as diferentes etapas do ensino, orientando quanto às atividades ainda a serem realizadas de modo remoto.

No que se refere à Educação Infantil, destacamos alguns artigos do Projeto de Resolução do Parecer CNE 15/2020, em que indicavam orientações específicas a esta etapa do ensino.

A respeito dos dias letivos e carga horária da Educação Infantil, o inciso I do artigo 2º, aponta “da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual previstos no inciso II do art. 31 da Lei no 9.394/1996” (p. 5).

Este inciso II, do artigo 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, do qual trata o Parecer descreve que, na Educação Infantil, a “carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional”.

A observância indicada pelo inciso I, do artigo 2º do Parecer CNE 15/2020, em referência ao inciso II do artigo 31 da LDBEN 9.394/1996, já havia sido apontada em documentos anteriores expedidos no período da pandemia do Covid-19, no ano de 2020, como forma de orientação para a Educação Infantil.

O artigo 4º do Parecer CNE 15/2020 indica a possibilidade de a “integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pela pandemia” (p. 6), a ser efetivada no ano seguinte, no caso, 2021, havendo, o que o documento sugere, de continuum curricular, observando as orientações do CNE, da BNCC (2017) e normas dos sistemas de ensino.

Tornou-se interessante observar este artigo porque na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, no período próximo ao de publicação deste Parecer, as formações dos grupos que acompanhamos, o de Coordenação Pedagógica e especialmente o de Educação Infantil, trataram sobre a “Readequação Curricular”, termo e proposta da rede para as atividades educacionais a serem realizadas considerando também a proposta de continuar o ano de 2020 em 2021 - até no evento intitulado “Webinário de Práticas Exitosas” da rede tratou sobre o assunto.

E diferentemente do Parecer CNE 05/2020, o Parecer CNE 15/2020 trata com mais detalhes aspectos relacionados a Educação Infantil, especialmente dos artigos 16 ao 19, havendo orientações quanto ao que sugerir ou orientar aos familiares

podem realizar com estudantes de creche e pré-escola, com o isolamento social; também quanto ao controle de frequência de estudantes da Educação Infantil, em que o Parecer indicou estar dispensado, naquele período; a utilização de tecnologias no alcance dos objetivos de aprendizagem da Educação Infantil, por parte das instituições; Realização de atividades não presenciais com estímulos a habilidades previstas nos campos de experiência da BNCC (2017); Caso seja possível, haver explicação para as/os estudantes desta etapa do ensino sobre o Covid-19; e ainda suporte pedagógico às famílias para a realização das atividades remotas.

Sobre a orientação que o Parecer 15/2020 indica para a Educação Infantil, quanto às atividades estarem de acordo, de certa, com os campos de experiência da BNCC (2017), observamos que isto foi divulgado para as/os docentes da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, especialmente nas formações por nós acompanhadas no ano de 2020 e ainda 2021, havendo certa cobrança quanto aos registros de docentes estarem de acordo com estes campos.

O Parecer orienta também quanto ao retorno das atividades presenciais para a Educação Infantil, presente no artigo 20, considerando a utilização de medidas de controle sanitário, evitando atividades de contato direto entre estudantes e compartilhamento de materiais, sendo organizado o horário de intervalo e saída para não haver aglomerações. Mas principalmente, a orientação do artigo 20 como um todo, apontou para a acolhida às/aos estudantes e profissionais da Educação Infantil, havendo espaço para diálogos de todas/os que compõem a comunidade escolar, e de que a transição para as atividades presenciais ocorresse de maneira tranquila, para a criação de novas rotinas escolares, cuidando das condições psicoemocionais de estudantes e das condições de oferta de escolaridade.

Houve ainda outra orientação no artigo 20, no inciso II, quanto às famílias no retorno às atividades presenciais, disponibilizando a possibilidade de “continuidade de atendimento escolar não presencial”.

Notam-se indicações para o trabalho com a Educação Infantil, em uma perspectiva de infância como experiência, mas fica mais evidente no Parecer CNE 15/2020 a perspectiva de infância voltada para a faixa etária. Isso também se deve pelas orientações que indica de maneira específica para creche e pré-escola, entre outros.

5 A ATIVIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

[...] A desvalorização do trabalho docente e a vulnerabilidade econômica da parte de seu público são heranças que antecedem a pandemia, contudo, condicionam as respostas a serem dadas a ela. A transferência das atividades de ensino para a modalidade a distância afeta de modo desigual os diferentes grupos de professores bem como as famílias, segundo suas características socioeconômicas. (GONÇALVES e GUIMARÃES 2020, p. 774).

Nesta seção fizemos a descrição e análise sobre as atividades da Educação Infantil no contexto da pandemia do Covid-19, no município de Vitória de Santo Antão-PE, organizada a partir das seguintes categorias:

- Educação Infantil no Município de Vitória de Santo Antão-PE
- Caracterização de docentes e de coordenadoras/es pedagógicas/os da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE.
- Organização e orientações para a etapa da Educação Infantil no município no contexto da pandemia do Covid-19;

As observações sistemáticas foram realizadas a partir dos grupos de *WhatsApp* que participei: Coordenação Pedagógica e Educação Infantil, bem como das atividades de formação continuada da rede e eventos promovidos durante o período estudado.

Sobre a nossa participação nos grupos, ela foi iniciada em 18 de outubro de 2020 no grupo da Educação Infantil e 19 de outubro de 2020 no grupo da Coordenação Pedagógica, sendo observado que ambos os grupos de *WhatsApp* foram criados no ano de 2020, sendo o da Educação Infantil em 01 de abril de 2020 e o da Coordenação Pedagógica em 28 de julho de 2020 - as datas de criação coincidem com o período da pandemia em que as atividades presenciais estavam suspensas.

Outro elemento observado nos grupos foi o do aumento do número de participantes entre os anos de 2020 e 2021, sendo de 85 pessoas em 2020 para 106 em 2021, no grupo da Educação Infantil, e de 13 pessoas em 2020 para 25 pessoas em 2021, no grupo da Coordenação Pedagógica - cujo aumento pode ter influência da mudança da gestão municipal de Vitória de Santo Antão-PE, com as eleições municipais 2020, e com isso mudança na Secretaria Municipal de Educação e possíveis contratações de trabalhadoras/es.

Destaco neste período também a criação pela rede do Núcleo de Formação Continuada, para a realização das formações em cada etapa do ensino da rede, com docentes, coordenadoras/es pedagógicas/os, gestoras/es e apoio pedagógico, sendo este grupo criado no final do ano de 2020, no período da pandemia do Covid-19.

5.1 Educação Infantil no município de Vitória de Santo Antão-PE

Sobre a Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE, torna-se importante entender o contexto educacional da rede municipal.

De acordo com as informações obtidas na Secretaria Municipal de Educação, a rede municipal de ensino é assim constituída:

- 37 escolas públicas municipais rurais;
- 24 escolas públicas municipais urbanas, sendo que uma das escolas atende 3 turmas com crianças de 3 anos e meio, em regime semi-integrado.
- 61 gestores e aproximadamente 1.000 docentes.
- 12 coordenadoras pedagógicas na rede municipal de ensino - no ano de 2020, no entanto, no ano de 2021 este número aumentou, sendo este dado registrado a partir do grupo de *Whatsapp* da coordenação pedagógica para 36 coordenadoras/es.

Importante destacar que ao buscarmos os dados na Secretaria de Educação com o Coordenador Geral da rede no dia 02 de junho de 2021, para obtermos a informação precisa do número de coordenadoras/es pedagógicas/os da rede municipal de ensino do município, o mesmo encontrava-se afastado de suas atividades por ter contraído Covid-19.

Sendo observado que no período da pandemia do Covid-19, pessoas da Secretaria Municipal de Educação de Vitória de Santo Antão-PE, como o Coordenador Geral e a Coordenadora da Educação Infantil trabalharam de maneira presencial, no ano de 2020, com as medidas de controle sanitário, e de modo híbrido no ano de 2021. Sendo descrito em conversa com finalidade com a coordenadora da Educação Infantil, em 02 de junho de 2021, através de contato virtual, que os dias presenciais seriam as terças-feiras e quintas-feiras e nos demais dias, trabalho remoto.

Neste contexto, os dados mais atuais se referem a 113 turmas de Educação Infantil (regulares e multisseriadas) e 83 docentes deste nível de ensino (4 e 5 anos), no ano de 2019, permanecendo este número em 2020. No ano de 2021, o número de docentes cresceu para 110, e o número de turmas diminuiu para 110, sendo assim, ficaram 72 de turmas regulares e 38 multisseriadas.

O quadro abaixo mostra a relação turma e tipo de escola, nos anos de 2019 e 2020:

Quadro 4 – Turmas da Educação Infantil

Turmas	Regulares urbanas	Regulares rurais	Multisseriadas urbanas	Multisseriadas rurais
Total	71	12	02	28

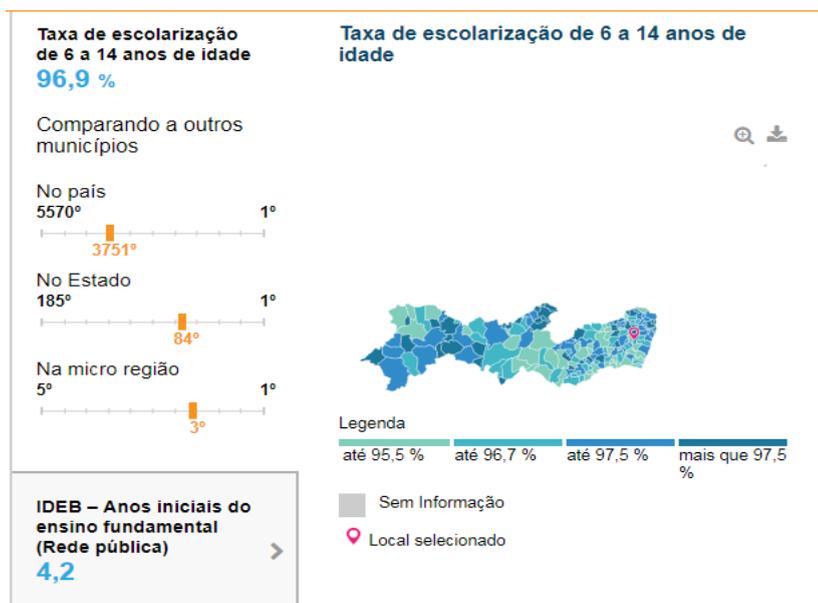
Fonte: Quadro criado pela autora com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação do município pesquisado (2019).

Consultando os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), temos no município de Vitória de Santo Antão-PE:

- **Escolas municipais urbanas:** 22 escolas registradas pelo Ideb, no Censo da Educação Básica de 2020.
- **Escolas municipais rurais:** 05 escolas registradas pelo Ideb, no Censo da Educação Básica de 2020.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui os seguintes dados sobre a escola pública:

FIGURA 11 – Taxa de Escolarização de Estudantes entre 6 e 14 anos do Município

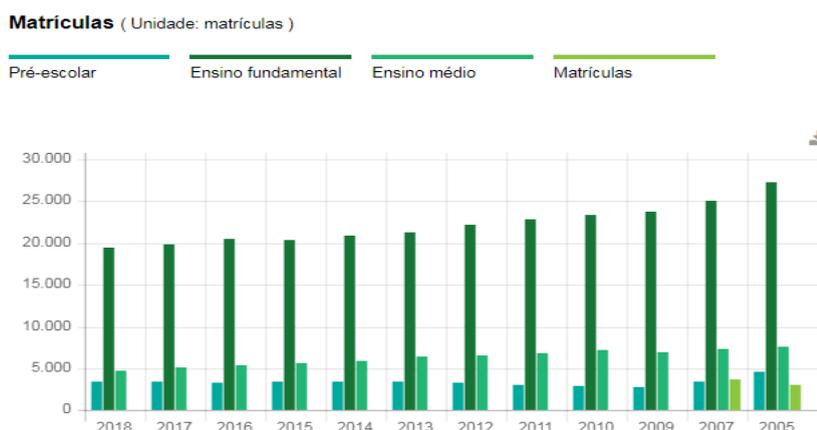


Fonte: IBGE (2010). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/vitoria-de-santo-antao/panorama> Acesso em: 29 jun. 2019.

Sobre esses dados, observa-se que existe um alto índice de escolarização da população do município no Ensino Fundamental de 09 anos que equivale a 96,9%, e que no IBGE (2010) não foi encontrado esse dado de escolarização sobre a Educação Infantil do município.

Sobre o quantitativo de matrículas no município, o IBGE organizou os números no seguinte gráfico:

FIGURA 12 – Gráfico de Matrículas na Educação Infantil do Município



Fonte: IBGE (2010). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/vitoria-de-santo-antao/panorama> Acesso em: 29 jun. 2019

Observa-se que os índices de matrícula do pré-escolar, correspondente a Educação Infantil, permanecem abaixo das 5.000 matrículas nas escolas de modo geral. Outro elemento de destaque é que os indicadores não trazem creches, pois em se tratando da educação escolar pública da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, só existia creche em uma escola municipal.

Relacionando esses dados com a meta 01 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), sobre a universalização até 2016, da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE, podemos afirmar que o município ainda não apresenta garantias quanto a efetivação desta meta nos anos de 2019 e 2020, principalmente no que se refere às creches.

No que se refere ao número de estudantes da Educação Infantil, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação, o número atual, correspondendo ao ano vigente, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 01 – Número de Estudantes por Turma e Zona Municipal (2020)

	Creche (3 anos e meio)	Pré 1. (04 anos)	Pré 2. (05 anos)
Zona Urbana	29	519	752
Zona Rural	0	191	221
Total	29	710	973

Fonte: Tabela criada pela autora com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação do município pesquisado (2020).

Torna-se importante evidenciar que o número de estudantes de creche, apresentado nesta tabela, refere-se às 3 turmas já mencionadas no texto composta com estudantes de 3 anos e meio, em regime semi-integrado, presente em uma das escolas do município.

Ainda importa-nos comparar as informações presentes na Figura 2 com as da Tabela 01, em que, de acordo com o IBGE (2010), contava-se até 2018 menos de 5.000 matrículas na Educação Infantil e visualmente o gráfico de colunas nos sugere que o número estaria maior que 2.000 matrículas, enquanto, de acordo com a Tabela 01, em 2020, constava-se um total 1.712 estudantes, considerando todas as turmas desta etapa na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE.

Como também, entre 2018 e 2020, pode ser inferida uma diminuição no número de matrículas da Educação Infantil na rede citada, segundo os dados da Figura 2 e Tabela 01.

No que se refere ao número de estudantes por turma em 2021, esta informação não pode estar disponível, em virtude de pessoas da Secretaria Municipal de Educação terem contraído Covid-19, até 02 de junho de 2021, e a informação estar incompleta por ser necessário acesso a um documento da Secretaria, intitulado “gerencial”.

Este documento, no nosso contato inicial em 2019 com a Secretaria Municipal de Educação, também foi mencionado pela então direção de ensino da época, sendo explicitado por ela que havia um prazo para o mesmo ser consolidado, com as informações gerais das escolas, no que se refere à quantitativo de dependências, níveis de ensino, e horários disponíveis dos mesmos, bem como o quantitativo de pessoas das escolas da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE. E naquele ano, os gerenciais eram produzidos a cada trimestre (março, julho foram dois meses mencionados pela diretora de ensino, em 2019), como forma de atualização das informações.

Caso este prazo do “gerencial” tenha permanecido no ano de 2021, o acesso ao mesmo pela Secretaria Municipal de Educação, estaria disponível até o mês de junho, com informações ainda de março de 2021. No entanto, a coordenadora da Educação Infantil informou que as informações precisas estavam sobre a responsabilidade do setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação e o responsável por este setor contraiu Covid-19, por isso a informação sobre o número de estudantes por turma, da Educação Infantil, estaria indisponível.

De acordo com o Plano Municipal de Educação (PME) (2015-2025), a rede municipal de ensino oferece creche em uma de suas unidades escolares; Ensino Básico tanto na rede municipal quanto estadual, sendo o município responsável pela Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, além de duas unidades ofertando o Ensino Médio (uma delas na zona rural), totalizando 66 (sessenta e seis) estabelecimentos de ensino sob os cuidados da Secretaria Municipal de Educação. A Rede Estadual de Ensino dispõe de 10 (dez) escolas com vagas para o Ensino Médio.

Ainda segundo o PME (2015-2025), Vitória de Santo Antão-PE também concentra atualmente, quatro núcleos de Ensino Superior – Universidade Federal de

Pernambuco, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão, e a Faculdade Escritor Osman Lins. Disponibilizando já no momento cursos de destaque, além de outros que em breve serão oferecidos.

Observa-se que o Plano trata de 66 (sessenta e seis) escolas que a Secretaria Municipal tem sob sua responsabilidade, no entanto, a própria secretaria à época que foi consultada, relatou que estão 61 (sessenta e uma) escolas sob sua responsabilidade, descrevendo o quantitativo de escolas municipais rurais e urbanas. Considerando o período que o Plano foi elaborado, fica passível de julgamento essa alteração no dado.

Considerando as metas e estratégias presentes no PME (2015-2025), destacamos a meta 01, que busca

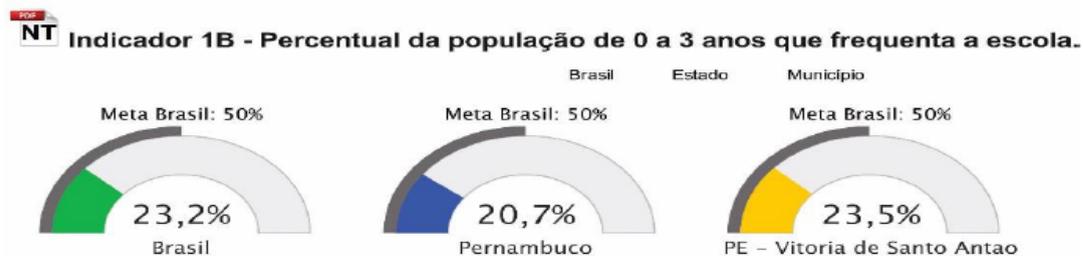
universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta em centros municipais de educação infantil de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do plano municipal de educação.

E para esta meta foram considerados os seguintes indicadores:

FIGURA 13 – Percentual de população que frequenta escola na Educação Infantil



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Com relação a meta 01 do Plano, observa-se que o atendimento à Educação Infantil ainda precisa ser mais efetivo, especialmente com os estudantes de 0 a 3 anos, e considerando que faltam 04 anos para a conclusão da vigência do PME, muito ainda pode ser feito por esta etapa de ensino.

E no que se refere aos indicadores, e as metas estabelecidas para a Educação Infantil, no alcance dos 50% estabelecidos para as matrículas nesta etapa, no grupo de 0 a 3 anos, observa-se o percentual que ainda precisa ser alcançado pelo município (26,5%) como também, no grupo de 4 e 5 anos.

5.2 Caracterização de docentes e de coordenadoras/es pedagógicas/os da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE

A atividade da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, desenvolvida durante a pandemia do Covid-19 é realizada por docentes e coordenadoras/es pedagógicas/os da rede, especialmente estes últimos, que eram responsáveis pelos grupos de Educação Infantil e de Coordenação Pedagógica vinculados diretamente com a Secretaria Municipal de Educação do município, e ainda a Direção de Ensino desta secretaria, ao qual, entre os anos de 2019 (início do nosso contato com a rede municipal de ensino) e 2021, foi modificada.

O quadro abaixo ilustra um pouco sobre a direção de ensino e a Coordenação Pedagógica da Educação Infantil e do grupo de Coordenação Pedagógica da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE.

Quadro 5 – Perfil da Secretaria Municipal de Educação de Vitória de Santo Antão-PE, entre os anos de 2019 a 2021 no contexto da Educação Infantil

Cargos da Secretaria	Período	Contexto e Mudanças
Direção de Ensino e Secretária/o de Educação	2019	Secretária de Educação e Diretora de Ensino.
	2020	Secretária de Educação e nova Diretora de Ensino Núcleo de Formação Continuada e do trabalho de organização e acompanhamento da coordenação pedagógica do município
Direção de Ensino e Secretária/o de	2021	Nova Secretária de Educação e nova Diretora de Ensino no contexto de novo prefeito na gestão do

Educação		município de Vitória de Santo Antão-PE.
Coordenação da Educação Infantil	2019/ 2020/ 2021	Nestes anos, a coordenadora da Educação Infantil permaneceu a mesma, mas no ano de 2019. Esta coordenadora também fez parte do núcleo de Formação Continuada da rede de ensino nos anos de 2020 e 2021.
Coordenador do grupo de coordenação pedagógica	2020/ 2021	Primeira formação para coordenação pedagógica da rede de ensino de Vitória de Santo Antão-PE. (Em 2019, não foi registrada a presença de um grupo de coordenação pedagógica ou algum/a responsável por este grupo à época, na secretaria municipal de educação). Assim como, este coordenador, a coordenadora da Educação Infantil e outros componentes da secretaria municipal de educação compuseram em 2020 o Núcleo de Formação Continuada da rede, cujo núcleo ainda permaneceu em 2021. No ano de 2021, este coordenador passou a coordenar também este núcleo.

Quadro criado pela autora com dados do acompanhamento das atividades da secretaria (2019-2021), e registro em diário de campo em 2021.

Importa considerar neste quadro que alguns pontos da caracterização dessas pessoas relacionam mais a sua atividade do que outros aspectos de seus perfis, cuja atividade e relação com a Educação Infantil e a coordenação pedagógica da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, foram importantes para manutenção do contato com essas pessoas, como também observando e acompanhando nos grupos de *WhatsApp* da Educação Infantil e da coordenação pedagógica, a forma de contato que essas pessoas estabeleceram com docentes e coordenadoras/es de seus grupos.

Destaco ainda que a Direção de Ensino e Secretária/o de Educação do município, nos anos de 2019 a 2021 foram modificadas. O contato com os/as profissionais da rede foi importante para conseguirmos a autorização para a pesquisa e para estabelecermos a interação com a coordenação pedagógica e docentes.

Outro destaque em relação aos profissionais da Secretaria Municipal de Educação é sobre a identificação de gênero das pessoas, tivemos duas mulheres como secretárias e um secretário de educação, no período de 2019 a 2021. A Direção de Ensino permaneceu sendo exercida por mulheres durante o período da

pesquisa, sendo uma mulher a coordenadora da Educação Infantil e um homem coordenador do grupo de Coordenação Pedagógica e em 2021 também coordenador do Núcleo de Formação Continuada da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE.

A caracterização de docentes da Educação Infantil, foi elaborada a partir da presença no grupo de *WhatsApp* dos /as coordenadores pedagógicos e docentes da rede municipal onde buscamos estabelecer um perfil do quantitativo de docentes, a partir do grupo da Educação Infantil no aplicativo. Assim no ano de 2020, no grupo da Educação Infantil contávamos com a presença de aproximadamente 85 pessoas e até o mês de maio de 2021 contamos no grupo com a presença de 106 pessoas - podemos inferir, por este quantitativo, que docentes foram adicionados/as ao grupo, e que talvez, por este aumento, mais docentes passaram a exercer sua atividade na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, na Educação Infantil no contexto da pandemia.

No que se refere a caracterização do grupo de coordenação pedagógica, em 2020, o grupo era composto por 13 pessoas, sendo 12 coordenadoras/es e Coordenação Geral. No início de 2021, o grupo passou a ser composto por 25 pessoas, contando com a nossa participação, a de 02 pessoas da Secretaria Municipal de Educação, sendo uma delas o Coordenador Geral e até o mês de maio de 2021 o grupo foi ampliado para o quantitativo de 48 pessoas, deste total constava a nossa participação, a do coordenador do geral de Coordenação Pedagógica, a da Secretária Executiva de Educação, a da diretora de ensino e de mais uma pessoa da secretária municipal de educação, e 43 pessoas dentre coordenadoras/es pedagógicas/os, gestoras/es escolares e apoio pedagógico.

5.3 Organização e orientações para a etapa da Educação Infantil do município no contexto da pandemia do Covid-19

A rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE no período da pandemia do Covid-19 manteve o funcionamento da rede a partir de diferentes encaminhamentos que foram sendo estabelecidos ao longo do processo. O nosso acompanhamento foi realizado por observação virtual sistemática a partir dos grupos de *WhatsApp* que foram criados pela gestão municipal e assim foi realizado os contatos com os grupos de docentes, e coordenadores pedagógicos (grupos que acompanhei durante a pesquisa), observando que aqui estamos tratando

especificamente de docentes da Educação Infantil e coordenadoras/es pedagógicas/os.

As formações realizadas no âmbito da Educação Infantil durante a pandemia no contexto de março de 2020 até maio de 2021, bem como os encontros de relatos de experiências dos docentes, foram os cenários que constituíram a base da nossa observação para o estudo do nosso objeto de pesquisa.

Observamos nos grupos de *WhatsApp*, no final de 2020 e início de 2021 a proposta para envio de uma avaliação diagnóstica para as escolas, como forma de acompanhamento do desenvolvimento dos(das) estudantes e ainda com a proposição de uma Readequação Curricular, para a Educação Infantil, a partir das orientações do Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil, e outros documentos oficiais, contextualizando para o período da pandemia do Covid-19.

Destacamos os seguintes encaminhamentos da Secretaria Municipal:

- Encontro Presencial com coordenadores pedagógicos (março de 2020)
- Educação Infantil e Trabalho Remoto.
- Educação Infantil e Trabalho Híbrido
- Programa Vitória Ensina em Casa

5.3.1 Encontro presencial com docentes da Educação Infantil (março de 2020)

Nossas observações começam no início da pandemia, no mês de março de 2020, no contexto de ausência de informações sobre o Covid -19, onde na rede municipal ainda havia para o grupo da Educação Infantil, uma perspectiva de retorno em breve, anunciado na formação realizada no mês de março, a qual descreveremos a seguir.

Em 17 de março de 2020, a rede municipal realizou um encontro de formação da Educação Infantil no modo presencial, em uma escola pública municipal de Vitória de Santo Antão-PE, que fica na região central e próximo da atividade comercial do município. Neste evento, constatou-se a presença de aproximadamente 18 pessoas, entre elas a coordenadora da Educação Infantil, a Secretaria Municipal de Educação de Vitória de Santo Antão-PE, e a nossa presença. Que participaram do momento inicial da formação. Importa considerar que no ano início do ano de 2020 a rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE tinha 83 (oitenta e três) docentes de Educação Infantil, informação disponibilizada pela coordenadora. No entanto, o número de docentes presentes na

primeira formação da Educação Infantil do ano de 2020, foi equivalente a 20 % de docentes da rede para este nível de ensino.

Nesta formação, estavam presentes apenas professoras mulheres e foi apresentada a perspectiva do retorno em breve como forma de preparação/planejamento das atividades, estimando as formas de registro e acompanhamento de docentes, ou do registro e acompanhamento que a coordenadora da Educação Infantil esperava que as professoras presentes viessem a realizar com suas turmas tendo como focos as fases da leitura e escrita a partir da concepção de Emília Ferreiro e os cuidados preventivos necessários na vivência com os/as estudantes na escola no contexto da pandemia.

As atividades sugeridas, foram colocadas para exposição na sala e divulgadas para que, caso alguma professora quisesse utilizar em sua turma, poderia utilizar - lembramos ainda que em Vitória de Santo Antão-PE, a Educação Infantil é vivenciada com crianças de 4 e 5 anos, equivalente as turmas neste município descritas como Pré-I e Pré-II, não havendo creche pública.

Na formação, a coordenadora da Educação Infantil promoveu a discussão sobre o planejamento que os/as docentes deveriam realizar e ainda sobre o registro do acompanhamento do desenvolvimento de estudantes, disponibilizando uma lista com termos que poderiam ser utilizados nos relatórios das/os mesmas/os, com sugestões de palavras e expressões. Como também outra ficha de descrição sobre a evolução da escrita e descrição das fases do desenvolvimento da escrita pré-silábica, silábica, silábica-alfabética e alfabética.²

Nesta formação, a coordenadora da Educação Infantil considerou que a paralisação das escolas em virtude da pandemia do Covid-19 seria de 15 dias, pois esta era a indicação apontada pela rede municipal de ensino. Importa observar que neste encontro presencial, as pessoas presentes não estavam usando máscaras, mas já havia álcool em gel disponível para uso.

Antes de finalizar o encontro, a coordenadora reforçou a ideia de se manter a higiene das mãos com as/os estudantes no retorno das atividades presenciais - naquele momento previsto para 15 dias após o encontro de formação - e sugeriu uma nova data para outro encontro, no mês de abril de 2020.

² Esta classificação foi dada por Emília Ferreiro na sua tese de doutorado e ainda pode ser observada na obra: FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Nesta formação também, houve um espaço para que fosse apresentada a pesquisa em foco para aquele grupo de docentes. Naquele momento o nosso interesse e então objeto de estudo era a Coordenação Pedagógica e Educação Infantil.

Como tratamos de coordenadora pedagógica, em nosso trabalho, destacamos que os fundamentos teóricos a respeito da coordenação sugerem uma compreensão de formação, no entendimento de uma formação continuada e em serviço, como explica Christov in Bruno e Christov (2009, p. 10), “eixo fundamental a reflexão sobre a prática de educadores envolvidos, tendo em vista as transformações desejadas para a sala de aula e para a construção da autonomia intelectual dos participantes”. Do qual se entende, que pela reflexão sobre a prática, envolvendo situações de sala de aula, contextos educativos de docentes, promova-se na formação, discussões que incentivem docentes a construção autônoma de atividades, ações de intervenção para as situações, entre outros.

Pode-se inferir que a postura adotada, nesta formação, pela coordenadora sugeriu um treinamento que induziu à postura esperada e não a autonomia, apontada por Christov in Bruno e Christov (2009), de docentes. Foi observado que mesmo quando a coordenadora oportunizou a fala e a escuta das docentes, ainda assim, em relação ao registro das atividades ela espera que realize de uma maneira específica, com as palavras sugeridas, ou adotem posturas específicas, nos gestos de saudação.

Bruno in Bruno e Christov (2009) ainda indicam a importância das pessoas envolvidas no trabalho educativo escolar tornarem públicas suas expectativas sobre a escola - e neste caso, relacionamos sobre as expectativas da coordenadora para com as docentes presentes na formação, mas que não seja um direcionamento impositivo para a expectativa de uns em detrimento de outros, e sim um exercício de consciência para possível mudança, ou seja, algo que possa ser apresentado no processo, que venha a ser adotado por reflexão das pessoas envolvidas.

Mas, pela o que fora apresentado na formação como um todo, pode ser indicado que considera-se mais os conteúdos na Educação Infantil do que sobre a vivência da infância, em virtude dos aspectos específicos, por exemplo, dos níveis de escrita e as atividades para eles sugeridas, que buscam elementos específicos do desenvolvimento (linguagem, letramento, alfabetização), importantes para o desenvolvimento das crianças, no entanto, que estabelecem pouca relação talvez

com a liberdade de ser criança e seu processo ampliado de ser, de experimentar, ao qual sugere Kohan (2015).

Não se indica com isso que nenhuma atividade que compreenda mais as características de uma concepção de infância voltada para idade cronológica não se realize com estudantes da Educação Infantil, mas que possa integrar a infância na Educação Infantil de uma maneira que considere mais as experiências, entre outros.

Especialmente pela forma com que a Educação Infantil no Brasil está estabelecida, considerando a idade cronológica na busca dos direitos e garantias para esta etapa do ensino regular, como também nas orientações dos documentos oficiais, que indicam atividades, modos de pensar sobre elas e relacionadas a Educação Infantil, que possam considerar talvez o conceito de infância que Kohan (2015) indica, do “inumano”, da indeterminação que as experiências desta fase da vida emergem

5.3.2 Educação Infantil e Trabalho remoto 2020/2021

Esta seção trata do desenvolvimento das atividades observadas e acompanhadas, sendo registradas por observação sistemática, da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, no contexto da pandemia do Covid-19, especialmente relacionando ao grupo da Coordenação Pedagógica e da Educação Infantil. No entanto, pudemos registrar também outros momentos de formação e atividades desta rede como um todo, considerando a nossa análise mediante o objeto de estudo como também mediante ao que a rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE apresentou no contexto da pandemia do Covid-19, nas atividades remotas, e ainda dos grupos da Coordenação Pedagógica e da Educação Infantil.

- **Formação para Coordenadoras/es Pedagógicas/os de Vitória de Santo Antão-PE - 2020**

Esta formação aconteceu em setembro de 2020, pela plataforma do Google Meet e na época contou com a participação de 10 pessoas. Havendo ainda a breve participação da então Diretora de Ensino de Vitória de Santo Antão-PE (atualmente, em 2021, estando sob a responsabilidade de outra diretora).

Este momento foi importante para observar o que a Secretaria Municipal de Educação entende por coordenação pedagógica e o que as coordenadoras pedagógicas (na época só mulheres estavam presentes na) também entendiam sobre a sua função.

Importa ainda destacar que as coordenadoras pedagógicas exercem a função por escolas em todas as etapas da educação básica, não existe uma coordenadora apenas para a etapa da Educação Infantil.

A formação teve como objetivo refletir sobre o papel do coordenador pedagógico e orientações quanto às atividades e posturas profissionais. O título desta primeira formação foi “O papel e a importância do Coordenador Pedagógico no espaço escolar em tempos de pandemia”.

No primeiro momento foi feita a escuta das coordenadoras pedagógicas sobre ser coordenador(a). Abaixo algumas falas:

*Ouvir e promover a união (Coord. 3).
Elo entre professores e gestão (Coord. 5).
Troca entre professores [...] foi semeando belos trabalhos (Coord. 7).*

Também foram usadas pela Coordenador Geral, que estava conduzindo a formação, uma imagem de uma mulher com várias atividades a realizar, e fora solicitado que as coordenadoras presentes comentassem a respeito relacionando com a coordenação pedagógica.

*Coordenador “tarefeiro” e coordenador bombeiro, ao fazer muitas coisas ao mesmo tempo e sempre tentar resolver os problemas urgentes (Coord. 7).
A imagem sugere que a coordenação realiza muitas coisas ao mesmo tempo, e que para ela o tempo é curto (Coord. 1).
A imagem remeteu ao início da pandemia do Covid-19 (em 2020) e a paralisação das atividades presenciais de docentes, declarando inclusive que precisou ir até na casa de estudantes, e que a secretaria de sua escola esteve, naquele período, ajustando o número de telefone, o contato, dos pais (Coord. 6).*

Em seguida o coordenador Geral apresentou um quadro fazendo um comparativo entre a realidade da coordenação pedagógica e a realidade desejada.

Quadro 6 – Indicativos sobre a coordenação pedagógica apontados pelo coordenador deste setor em Vitória de Santo Antão-PE, na formação de 2020

Atual realidade	Realidade desejável
-----------------	---------------------

Faz tudo ou apaga fogo, caracterizado pelo trabalho de improviso.	Trabalho voltado à formação docente e à construção de um projeto político-pedagógico com planejamento estratégico.
---	--

Quadro criado pela autora a partir da apresentação do coordenador do grupo de coordenação pedagógica de Vitória de Santo Antão-PE, na formação de 2020.

Após a argumentação do coordenador sobre a atual realidade e a realidade esperada da coordenação pedagógica, o coordenador do grupo solicitou que as coordenadoras organizassem os documentos intitulados “Roteiros de Rotina”, nos quais seriam descritas as atividades com estudantes no ano de 2020.

Neste momento foi aberto um espaço para o questionamento “Quais as ações exitosas e quais as heranças?” do ano de 2020, com a pandemia do Covid-19, havendo momento de relatos de experiências de algumas coordenadoras, organizados abaixo:

Quadro 7 – Relatos de experiências de coordenadoras durante o ano de 2020, com a pandemia do Covid-19

Coordenadoras	Relatos de experiência no que consideraram como ações exitosas e/ou heranças durante a pandemia do Covid-19, no ano de 2020
Coordenadora 1	<ul style="list-style-type: none"> Esta coordenadora destacou que em sua escola houve um plano de ação pedagógica com a gestão e junto aos docentes, havendo dias de atendimento para docentes, dias de formação em serviço (não descrevendo no entanto como a mesma ocorreu, se de modo remoto ou presencial com distanciamento); Pontuou que não tinha rotina instituída e que trabalhou por demanda. <p><u>Herança:</u> “Olhar humano com os docentes”, com ajuda, autoajuda, construção coletiva; partilha de atividades com os colegas. E de dizer “preciso de ajuda”.</p>
Coordenadora 7	<u>Herança:</u> Força de superação para o inesperado.

Quadro elaborado pela autora, a partir da participação na Primeira Formação de Coordenadores da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE e registro em diário de campo. 2020.

Novamente o Coordenador Geral que conduziu a formação, colocou o questionamento para as coordenadoras sobre “o que é ser um/a bom/boa coordenador/a pedagógico/a?” Explicando que elas deveriam responder esta pergunta a partir de 3 características que elas identificavam na função. Um link para

outra plataforma (*mentimeter.com*)³ foi disponibilizado, e surgiram na tela as respostas das coordenadoras por meio de uma nuvem de ideias, dessas as palavras/frases que foram destacadas de modo geral pelas coordenadoras foram: “um bom professor”; “capacidade de se reinventar”; “compreender a sua função”; “diálogo”.

Essas quatro palavras/frases que foram destacadas em outros momentos dessa mesma formação foram vislumbradas e discutidas neste trabalho, podendo indicar a necessidade do entendimento da função por parte das coordenadoras pedagógicas, como também de estabelecer o diálogo – e aqui acrescentamos com docentes e a gestão – e em ter a capacidade de se reinventar, sendo esta última semelhante ao que fora comentado pela coordenadora 7 no relato de herança do ano de 2020, com a pandemia do Covid-19.

Posteriormente a este momento foi descrito pelo coordenador do grupo, qual seria o papel do coordenador pedagógico:

Quadro 8 – Papel do coordenador pedagógico de acordo com o responsável pela coordenação pedagógica em Vitória de Santo Antão-PE

<u>Papel do coordenador pedagógico</u>	<ul style="list-style-type: none">• Ser o elo entre projeto pedagógico, conteúdo programático, gestores, professores, pais e alunos;• Promover oportunidade de trabalho coletivo;• Assumir o trabalho de formação continuada e garantir situações de estudo e reflexão sobre a prática pedagógica;• (“Desconstruir a herança histórica de inspeção e ressignificar o seu lugar”) – Colocado entre parênteses pois esta fala não estava no slide de apresentação do papel do coordenador mas foi mencionado em sua fala;• Acompanhar e avaliar o ensino e o processo de aprendizagem;• Auxiliar o professor na organização de sua rotina de trabalho.• Colaborar com o professor.
--	--

Quadro elaborado pela autora, a partir da participação na Primeira Formação de Coordenadores de Vitória de Santo Antão-PE e registro em diário de campo, em 2020.

- **Webinário de Práticas Exitosas da Secretaria Municipal de Educação de Vitória de Santo Antão-PE em tempos de pandemia**

³ Plataforma com recursos *on-line* para obter respostas em tempo real nas apresentações em formato remoto, híbrido ou presencial

O evento foi uma realização da própria Secretaria de Educação do município pesquisado e divulgado para toda a rede, havendo nesta divulgação o convite para docentes, coordenadoras e gestoras/es apresentarem as atividades consideradas exitosas realizadas, durante o período da pandemia do Covid-19, cujo convite foi encaminhado nos grupos de *WhatsApp*.

O Webinário foi realizado de forma remota no *Google Meet*, e foi identificado que a capacidade de pessoas inscritas *on-line* na sala do *Meet*, não comportou ao total de inscritos no evento, havendo também transmissão pelo *Youtube*.⁴

A palestra de abertura teve como tema: “Docência e Currículo em Tempos de Pandemia”, e indicou as orientações estaduais de educação escolar a serem vivenciadas com o contexto educacional a partir da pandemia do Covid-19, nas atividades remotas e na previsão de retorno das atividades presenciais escolares e foi realizada por representante da Secretaria de Educação de Pernambuco.

No período da tarde, e o segundo dia foi destinado para apresentação de trabalhos ou práticas exitosas (termo utilizado no evento) na pandemia do Covid-19, sendo divididas em grupos de trabalho (GT), foram poucos os trabalhos apresentados de cada GT, em média, dois de cada Grupo de trabalho que assim foram distribuídos:

No período da manhã:

- GT 1 - Educação Infantil (Escolas urbanas e rurais);
- GT 2 - Educação Especial (Escolas urbanas e rurais);
- GT 3 - 1º e 2º Anos (Escolas urbanas e rurais);
- GT 4 - 3º, 4º e 5º Anos (Escolas urbanas e rurais).

No período da tarde:

- GT 5 - Ciências Humanas: História e Geografia (6º ao 9º ano e EJA);
- GT 6 - Linguagens: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Educação Física e Arte (6º ao 9º ano e EJA);
- GT 7 - Ciências da Natureza e Matemática (6º ao 9º ano e EJA);
- GT 8 - Educação de Jovens e Adultos, Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica.

⁴ Plataforma de transmissão e envio de conteúdo por áudio e vídeo.

Em relação a palestra, faremos uma descrição da mesma a partir dos 5 pontos principais organizados abaixo:

Quadro 9 – Considerações da palestra de abertura do Webinar - 2020

Tópicos discutidos	Descrição a partir da apresentação
Contexto educacional na pandemia do Covid-19 e desafios e dificuldades apontadas	<ul style="list-style-type: none"> ● Os desafios e as dificuldades no contexto da pandemia foram as de se conectar não apenas pelos recursos digitais com estudantes e com pessoas da escola, de modo geral ● Outros desafios tais como angústia, o medo e a adaptabilidade para o novo, por parte de docentes; e ainda destacou “habilidades socioemocionais para vivenciar estes e outros desafios (que surgiram no contexto educacional da pandemia do Covid-19)”; ● Destaque para o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) 9/ (as orientações estaduais de educação se baseiam no mesmo (Reforçado pela representante da SEC/PE). ● Destacou a atual heterogeneidade das turmas, ou seja, compostas por estudantes que estavam conseguindo acompanhar as aulas remotas a partir de março de 2020. ● Segundo a palestrante, as dificuldades educacionais das/os estudantes, no contexto da pandemia do Covid-19, apontadas pelo parecer CNE 9/2020, são: estresse familiar, violência doméstica e que pode repercutir nas taxas de evasão escolar. ● “Está posto que o futuro já começou” - Esta fala da então secretária executiva de educação integral e profissional de Pernambuco, foi mencionada a partir de uma consideração feita por ela de que estudiosos apontam que mudanças previstas para 3, 4 anos estão acontecendo agora (na educação escolar, no acesso e utilização de mecanismos da informática, <i>internet</i>, com as atividades remotas); ● Ela considerou ainda que a pandemia do Covid-19 está sendo um momento oportuno para novas aprendizagens (para docentes, em desenvolver suas atividades de maneira remota, entre outros). ● Indicou que é “preciso seguir adiante - Planejando”, para isso, segundo a palestrante, seria através de planejamento, fazendo um balanço da trajetória em 2020, mas olhando e planejando para 2021 (a palestra ocorreu em 2020), com esperança (Mencionando o “esperançar” em Paulo Freire); ● A palestrante citou ainda a frase de um filósofo (que no momento ela não lembrou o nome dele) “Não existe vento favorável a quem não sabe onde deseja ir” (posteriormente pesquisada por nós e sendo essa frase associada ao filósofo alemão Schopenhauer) - Esta frase foi mencionada indicando que docentes deveriam, naquele momento seguir adiante com as atividades a serem realizadas, mesmo com os desafios da pandemia do Covid-19. ● Ela considerou que em 2021 as/os docentes terão que se permitir ao ensino híbrido - com aulas remotas e presenciais.
Por onde começar?	<ul style="list-style-type: none"> ● Segundo a palestrante, para começar o ano de 2021, e considerando o retorno das aulas presenciais, as escolas devem proporcionar as estruturas e protocolos de segurança, disponibilizados pelo governo do estado de Pernambuco, através da Secretaria de Educação e Esportes;

	<ul style="list-style-type: none"> ● “É no dia a dia que vamos nos habituando as mudanças” - (Ao mencionar esta frase, a palestrante explicava que as mudanças do fazer educacional, a partir dos protocolos de segurança, estarão presentes no ano 2021); ● “Feito é melhor que perfeito” - (Ao mencionar esta frase, a palestrante indicava aos participantes sobre a importância de fazer algo ser melhor do que não fazer nada, no que diz respeito às atividades e formas de vivenciar as aulas, no contexto da pandemia do Covid-19); ● Ela ainda destacou que “variáveis não pedagógicas vão refletir nas variáveis pedagógicas” - (podendo indicar com isso, os fatores extraescolares que interferem no processo educacional, especialmente nas atividades remotas, como por exemplo, o tempo/espaço de acompanhamento das aulas por parte de estudantes, entre outros).
Currículo	<ul style="list-style-type: none"> ● A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017), como o fundamento do currículo escolar. ● Reorganização curricular, priorizando habilidades e destacando competências prioritárias, a partir do questionamento “Quais as aprendizagens essenciais de 2020 e 2021?” ● Ações necessárias para o currículo escolar e assim para o retorno das atividades em 2021, sendo elencadas abaixo: <ul style="list-style-type: none"> ➢ <u>Reformular o calendário escolar</u> - o ano letivo de 2020 não acaba em dezembro de 2020, pois as aprendizagens essenciais que seriam aprendidas em 2020, terão que ser trabalhadas em 2021. ➢ <u>Preparar acolhida</u> - Das/os estudantes e também a palestrante alertou a equipe gestora e docentes devem se cuidar para que possam acolher as famílias e os/as estudantes. Ainda sobre a acolhida, indicou que devem (docentes e equipe gestora) pensar estratégias para a acolhida, abrindo espaço para fala (de pais, estudantes, demais profissionais que estão na escola), pois segundo a palestrante, “as pessoas querem falar”, para que explicitem suas inquietações, e essas também serem acolhidas. Assim como ela considera a importância de haver “diálogo igualitário e escuta qualificada” na acolhida. ➢ <u>Colocar na preparação a avaliação diagnóstica</u> - (identificando em que momento de aprendizagem as/os estudantes estão) ● Ainda considerando o currículo, a palestrante indicou serem adotadas (por docentes) medidas efetivas de busca ativa das/os estudantes - (Para que haja um melhor acompanhamento do quanto estão alcançando e também de mais participação das/os mesmas/os nas atividades); ● Como também apontou a importância de ser desenvolvida uma “educação atenta ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais”, na busca de uma formação integral, que segundo ela é abordada na BNCC (2017), havendo também o elemento da aprendizagem ao longo da vida.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ● Perspectiva de avaliar: Planejar → Executar → Avaliar O “avaliar” seria para avaliar o plano, a estratégia de aprendizagem (pois

	<p>não daria para fazer como antes da pandemia do Covid-19, de acordo com ela).</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O parecer CNE 11/2020, informado pela palestrante, indica possibilidades para a avaliação, tais como: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Utilização de portfólios (Parecer 11/ 2020 p. 23,) - Para registrar as evidências da aprendizagem, registrar a trajetória da/o estudante e atividades como danças, peças teatrais, filmar as atividades (e anexá-las em pastas destinados para as/os estudantes); ➢ Realização de projetos com grupos de alunos(Parecer 11/ 2020 p. 23,); ➢ Avaliação formativa (Parecer 11/ 2020 p. 23,) - que, segundo a palestrante, pode servir para identificar como as/os estudantes se desempenharam com as atividades nas aulas remotas.
<p>Considerações Finais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Finalizando a sua fala, a palestrante indicou que precisa-se investir na formação continuada (de docentes) para que tenham <i>insights</i>. ● Ela apontou que no atual contexto educacional, com a pandemia do Covid-19, “não tem receita e atividade ‘correta’”, pois docentes estão testando possibilidades. “Têm horas que acertam, têm horas que erram”. ● A palestrante acredita que “a pandemia não mudou o nosso propósito (das/os docentes) de impactar positivamente a vida dos estudantes”.

Quadro elaborado pela autora, a partir da participação na palestra de abertura do I Webinário de Práticas Exitosas da Secretaria Municipal de Educação de Vitória de Santo Antão-PE, em tempos de pandemia, e registro em diário de campo, no dia 30 de novembro de 2020.

Considerando que a palestra de abertura do evento foi direcionada à rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE e também pela participação considerável de docentes da rede, podemos indicar que tal evento e palestra é relacionado a formação continuada. A partir da descrição da atividade observasse que a formação partiu da necessidade da rede municipal refletir sobre possibilidades no contexto educacional da pandemia do Covid-19 e proposições para a finalização do ano de 2020 e continuação do ano de 2021.

A palestrante ainda explicou sobre a possibilidade realização de atividades híbridas de docentes com estudantes, no início do ano de 2021 (a palestra foi realizada em 2020), havendo atividades presenciais e remotas. No entanto, até maio de 2021, as atividades presenciais com estudantes não foram autorizadas pelas autoridades oficiais do Brasil e do estado de Pernambuco. Havendo ainda algumas situações registradas nos grupos de *WhatsApp* de atividade presencial para entrega de atividades impressas à estudantes nas escolas - que trataremos logo mais, em nosso trabalho.

Os destaques da palestra foram às orientações normativas nacionais e estaduais, as dificuldades emocionais de estudantes e de docentes no contexto da pandemia do Covid-19, e o incentivo para que gestão e docentes encontrem soluções e partilhas de experiências em conjunto, entre seus pares, no contexto da pandemia do Covid-19 nas atividades remotas.

Importa-nos mencionar o que Gonçalves e Guimarães (2020) retratam sobre o retorno das atividades presenciais e das condições de trabalho de docentes:

A infraestrutura das unidades escolares diante do retorno às aulas presenciais é um ponto que merece atenção. Além de garantir os recursos necessários para as atividades pedagógicas, emerge a necessidade de garantir apoio aos professores em suas práticas e para o cuidado de sua saúde mental. O investimento do setor público urge também para garantir a oferta e a participação dos docentes em processos formativos capazes de apoiá-los na construção de novas práticas pedagógicas, consoantes com as mudanças nas condições de trabalho, considerando cada realidade local. Por fim, apoiar os professores, por um lado, para garantir e/ou restabelecer sua saúde mental; por outro, por compreender que são eles os conhecedores de suas possibilidades e limites, bem como as de seus estudantes. (GONÇALVES e GUIMARÃES 2020, p. 784).

Deste modo, para os autores, além dos elementos estruturais e os recursos necessários para as atividades presenciais nas escolas, deve ser pensado nas/os docentes e sua saúde mental, pois toda a dinâmica das atividades remotas durante a pandemia do Covid-19 e mencionadas pela palestrante do Webinário da rede supracitada, em 2020, esta dinâmica trouxe outras formas de identificar o fazer pedagógico de docentes, mas principalmente sobre a si próprios, suas limitações. E todos estes elementos poderiam ser considerados, naquele momento, pela rede municipal de ensino, no retorno das atividades presenciais em 2021.

O segundo dia do evento

O segundo dia do evento foi composto pelas apresentações de docentes, gestoras/es e coordenadoras/es nos GTs propostos para o evento. Dos grupos de trabalho propostos, colocamos em destaque o da Educação Infantil (GT 1) e o da Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica (GT 8), pois são os de interesse da nossa pesquisa. No entanto, também consideramos falas e apresentações presentes de outros GTs devido a pertinência das mesmas para as situações escolares a que estavam propostas e para o contexto geral das atividades remotas da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, sendo relevante para a nossa pesquisa.

As apresentações foram iniciadas pelo GT 1, com uma professora da Educação Infantil.

Observando a sua apresentação, identificamos que ela obteve como referência em sua atividade competências mencionadas na BNCC (2017) e Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019), como também reafirmar uma orientação presente pela coordenação da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, quando a mesma orientou na primeira formação para professoras/es da Educação Infantil em 2020, a utilização destes documentos nos planejamentos das professoras/es, no que se referem aos dizeres deles das competências e direitos de aprendizagem.

Tornou-se destaque ainda nesta apresentação dois elementos possivelmente presentes no contexto das atividades remotas de professoras/es durante a pandemia do Covid-19, na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, que foi a utilização de grupos de *Whatsapp* para divulgação e acompanhamento das atividades com as/os estudantes e a produção de vídeos como forma também de realização e acompanhamento das atividades.

Recordamos que o parecer CNE 11/2020 (p. 23), dentro das possibilidades de avaliações, que sejam dentro de uma perspectiva diagnóstica e formativa, recomenda: “Utilização de portfólio, onde registram-se as evidências de aprendizagem que poderão subsidiar a avaliação formativa, tais como: projetos, pesquisas, atividades em grupo, [...], fotografias, filmagem, dentre outras possibilidades”.

Na apresentação, a professora demonstrou um vídeo com a produção de estudantes de sua turma de Educação Infantil, e fora observado que na filmagem apresentada, às crianças explicam e demonstram formas de como podem se proteger do novo coronavírus (pois foi o tema trabalhado e registrado pela professora), ao higienizar as mãos - Demonstrando, deste modo, como conseguiram aprender sobre o tema proposto.

A atividade descrita representa o trabalho realizado pela docente na Educação Infantil de maneira remota e com as crianças. A professora enalteceu a importância da relação com os pais, neste processo, buscando estar disponível para explicar possíveis dúvidas das atividades e também na orientação da realização das mesmas, do registro através de fotos e vídeos.

Consideramos importante descrever ainda o destaque feito pela professora sobre a oportunidade de estar vivenciando as atividades de maneira remota, ser uma experiência única na Educação Infantil, e obter êxitos na garantia dos conteúdos e direitos de aprendizagem das crianças.

Não foi declarado pela professora dificuldades em relação a estudantes ou seus familiares não participarem do grupo de *WhatsApp*. Mas, relatou ser necessário o envio pela escola de atividades impressas e para isso a necessidade de pais ou responsáveis destinarem-se às escolas e buscarem estas atividades. Como também levarem até à escola, em um prazo determinado as atividades já realizadas pelas/os estudantes, o que se tornou outra forma de acompanhamento da aprendizagem das/os estudantes e de avaliação.

Importa descrever que do GT 1 houve apenas esta apresentação da professora de Educação Infantil. Destacando que a professora trabalha em uma escola rural de Vitória de Santo Antão-PE, como também que durante a sua apresentação pelo *Google Meet*, algumas participantes relataram não estar ouvindo a sua fala ou de não estar conseguindo ver a tela de apresentação, sendo estes problemas resolvidos durante a explicação da professora.

Durante a sua apresentação estavam presentes mais de 95 participantes, dentre eles/as a coordenadora da Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE, o coordenador do grupo de Coordenação Pedagógica do município, outros membros da Secretaria Municipal de Educação, e ainda a representante da Secretaria Estadual de Pernambuco.

- **Formação da Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE 2021**

A formação aconteceu de maneira remota pela plataforma do *Google Meet* em março de 2021 para docentes da Educação Infantil e foi conduzida pela coordenadora da Educação Infantil da rede municipal de ensino.

O objetivo da formação, foi o de “assegurar efetiva ação docente com base na Readequação Curricular 2020/2021 que promova aprendizagens significativas através de atividades remotas”. O objetivo da formação foi destacado, como também Readequação Curricular que ela mencionou, trata-se de um documento produzido pelo Núcleo de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Educação, segundo a mesma, e apoiado no Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil.

Na pauta desta formação, também presente na apresentação da coordenadora da Educação Infantil, havia a informação de apresentação de “atividade exitosa” de uma professora e depoimento de outra, sobre o período da pandemia do Covid-19 e o contexto da Educação Infantil em Vitória de Santo Antão-PE, até o início de 2021. Havendo ainda na pauta a descrição de momento para visitar o currículo de Pernambuco para a Educação Infantil, direitos de aprendizagem, campos de experiência (presentes, por exemplo, em documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (2017)), e ainda exemplos de atividades, como podem ser observadas abaixo.

Quadro 10 – Relato de experiência de professora da Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE, no período da pandemia do Covid-19 em 2020 e início de 2021

Tópicos do relato	Descrição de sua fala
<p>Sobre a sua turma e realização das atividades no período da pandemia do Covid-19 e se estendendo para 2021</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● A professora declarou que a sua turma é multisseriada, de Pré I e Pré II (E no momento de sua apresentação foi mencionada a escola, na qual identificamos posteriormente ser uma escola um pouco mais distante do centro comercial do município); ● No seu relato ela declarou ter feito uma pesquisa com os pais de sua turma sobre realização de aulas <i>on-line</i> e muitos disseram que não queriam as aulas (isto no ano de 2020 e ela relatou que o mesmo vem acontecendo no ano de 2021); ● Desse modo, as aulas se converteram em envio de atividades impressas e ela relatou que com isso obteve mais “devolutivas” (termo utilizado pela professora, que em nosso entender, pode sugerir as respostas, ou o retorno das atividades) dos pais, tirando dúvidas no grupo de <i>Whatsapp</i>, mantendo conversa com os mesmos sobre as atividades.
<p>Registro das atividades</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● A professora pontuou que, em 2021, ela está organizando as suas atividades através do registro em um “caderno de planejamento alinhado com a BNCC e o Currículo de Pernambuco (para a Educação Infantil)”, adaptando as atividades “aos campos de experiência” (descritos nesses documentos) - Neste caderno, ela registra e faz os planejamentos para depois colocar na caderneta, quando chegar (que até aquele momento, março de 2021, não havia chegado, segundo a professora); <p>[Importa destacar que no grupo de <i>WhatsApp</i> das/os docentes da Educação Infantil, especialmente no mês de dezembro, muitas professoras (pois observamos a interação no grupo, em sua maioria de professoras) relataram dificuldades em preencher o diário de classe, sobre como colocar os termos adequados, de acordo com os pareceres do CNE 09/2020 e 11/2020 (disponibilizados em 2020, no período da pandemia do Covid-19, como forma de orientação das atividades remotas, no âmbito nacional), e ainda instrução normativa publicada pela prefeitura municipal de Vitória de Santo Antão-PE, no ano de 2020, como também currículo de Pernambuco e BNCC direcionado a Educação Infantil. E em muitos momentos, presenciamos a coordenadora da Educação Infantil buscando</p>

	<p>explicar e descrever que estaria orientando quanto ao preenchimento do diário, no particular (ou seja, na conversa particular no <i>WhatsApp</i>);</p> <p>Então, o caderno de planejamento mencionado pela professora, e a forma como ela o organizou, pode indicar que esteja se preparando para manter a organização das informações, baseadas nos documentos esperados pela coordenação da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, para posteriormente serem repassadas para o “diário de classe” quando o mesmo chegar (neste caso, indicando que ele ainda não havia chegado na rede municipal de ensino citada, no mês da formação - março de 2021)].</p>
Exemplos de atividades realizadas	<ul style="list-style-type: none"> • A professora ainda exemplificou como busca realizar suas atividades, mesmo impressas, mas com participação dos pais e/ou responsáveis: Atividade com materiais recicláveis - ela solicitou que os pais guardassem tampa, rolinho de papel higiênico (podendo serem utilizados em atividades futuras com as/os estudantes).
Acompanhamento nos grupos de <i>Whatsapp</i> (o da Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE, e o grupo de pais de sua turma)	<ul style="list-style-type: none"> • A professora destacou também que “quando dá tempo posta no grupo (de docentes da Educação Infantil) (as atividades que realiza), mas tem a filha (de 3 anos) e as atividades domésticas” (e por isso não teria tempo de publicar no grupo); • A professora relatou também que “alguns pais não têm internet, ou dados móveis (recurso presente em smartphone para conectar o uso de internet, através da utilização de créditos inseridos no celular)” e a professora “tentou compreender, pois esta é a realidade”.
Envio e recebimento das atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Em relação às atividades impressas, ela disse que envia pela escola: “quando ela não está (na escola, presencialmente), ela pede para a diretora entregar na escola, e os pais levam (as atividades respondidas e realizadas) para a escola também”. • A professora pontuou ainda que “grava a filha de 3 anos fazendo as atividades (que ela elaborou para a turma) e manda no grupo dos pais, para eles verem como fazer com seus filhos em casa”.

Quadro elaborado pela autora, a partir da participação na I Formação para a Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE, e registro em diário de campo, no dia 24 de março de 2021.

Considerando a fala da professora sobre as atividades que realiza com a sua turma da Educação infantil, serem atividades impressas e por escolha dos pais, não terem as videoaulas, esta forma de vivência também entra em consonância com o parecer CNE 15/2020, no projeto de resolução para a Lei nº. 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, a partir da paralisação das atividades presenciais, na pandemia do Covid-19.

Neste projeto, presente no parecer CNE 15/2020, na seção V, sobre as atividades pedagógicas não presenciais, no artigo 14, parágrafo 3, inciso III, descreve que as atividades pedagógicas não presenciais podem ocorrer “pela adoção de material didático com orientações pedagógicas distribuído aos estudantes e seus pais ou responsáveis”, semelhante ao que vem sendo realizado pela professora, como descrito por ela.

No entanto, nos artigos 16, parágrafo 3, e artigo 17, parágrafo 1, deste mesmo projeto, cujas orientações voltam-se para a Educação Infantil, indicam que as atividades devem estimular as/os estudantes desta etapa, por meio de experiências lúdicas e outros elementos, como pontua o texto:

§ 3º Para crianças de Pré-Escola (4 e 5 anos), as atividades não presenciais devem indicar atividades de estímulo, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e até algumas atividades em meios digitais quando for possível, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem que fortaleçam o vínculo e potencializam dimensões do desenvolvimento infantil que possam trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade. (Art. 16, seção V, projeto de resolução, parecer CNE 15/2020).

§ 1º As instituições escolares de Educação Infantil que adotarem processos pedagógicos não presenciais devem priorizar atividades de estímulo cognitivo e socioemocional e experiências lúdicas com espaço para brincadeiras e estimulação de habilidades específicas propostas nos campos de experiência pela BNCC. (Art. 17, seção V, projeto de resolução, parecer CNE 15/2020).

Importa mencionar que o envio de tais atividades impressas por esta professora, acontece por um acordo feito com os pais e/ou responsáveis pelas/os estudantes, que também não optaram pelas videoaulas, de acordo com a docente. E que as atividades estão sendo registradas por ela, em seu caderno de planejamento, descrito pela mesma, conforme os campos de experiência da BNCC (2017) - sendo esta uma das orientações do parecer CNE 15/2020, como também ser uma orientação dirigida para as/os docentes da Educação Infantil, indicada pela coordenadora desta etapa na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, no registro das atividades nos diários de classe, e ainda de seguir os campos de experiência previstos para a Educação Infantil na BNCC (2017), como também as diretrizes do Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019).

Destaco a partir do relato da professora que o retorno das atividades e participação no grupo de *WhatsApp* por parte dos pais e/ou responsáveis, ela responde suas mensagens (e que acrescentamos, dúvidas, entre outros) a “qualquer

hora”, em que isto indica que no contexto educacional da pandemia do Covid-19 e no acompanhamento das atividades, a carga horária de trabalho do/a docente foi ampliada para além do estabelecido no trabalho presencial, acarretando uma sobrecarga de trabalho.

Importante destacar que a ampliação das atividades também faz parte do grupo de *Whatsapp* das/os docentes da Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE. As conversas, dúvidas, comentários, eram realizados tanto no período matutino e vespertino, quanto no noturno demandando das professoras maior acompanhamento, indicando mais trabalho não só para esta professora como também no contexto geral de atividades remotas das/os docentes da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, especialmente as da Educação Infantil.

Voltando-nos para o contato com os pais e/ou responsáveis, tal prática é apoiada no artigo 18, inciso II, do projeto de resolução do parecer CNE 15/2020, havendo “acompanhamento mútuo, sobre os encaminhamentos e decisões tomadas” e ainda para “reforçar a importância da parceria escola-família para que as crianças possam compreender os riscos da COVID-19 e serem mobilizadas a comportamentos positivos de autocuidado e prevenção”.

Observa-se ainda no parecer CNE 15/2020, no projeto de resolução da Lei 14.040/2020, no artigo 15, inciso I, alínea d, como fins de cumprimento da carga horária, podem ser computadas as atividades não presenciais considerando:

d) da forma de registro de participação dos estudantes, inferida a partir da realização das atividades entregues (por meio digital durante o período de suspensão das aulas ou ao final, com apresentação digital ou física), relacionadas com os planejamentos de estudo encaminhados pela instituição e com as habilidades e objetivos de aprendizagens curriculares.

Voltando-nos novamente para a primeira formação de docentes da Educação Infantil, em 2021, a coordenadora desta etapa, após o relato de experiência da professora, tratou sobre a readequação curricular ao qual a Secretaria Municipal de Educação organizou a partir do Núcleo de Formação Continuada da secretaria e enviada às/aos docentes da Educação Infantil - não ficou explicitado se tal readequação foi enviada também para as/os demais docentes da rede municipal de ensino do município, no entanto, foi mencionado que a readequação indicada é formulada a partir do Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019), e

desse modo, em nosso entendimento não seria indicada para as/os demais docentes de outras etapas do ensino.

Dentro desta readequação, a coordenadora destacou que no documento, formulado pelo Núcleo de Formação Continuada, se faz presente o termo “Sugestões de Aprendizagens”, sendo este formulado pelo coordenador do grupo de Coordenação Pedagógica, também componente do Núcleo.

A coordenadora informou ainda que este documento não altera o Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019) mas acrescenta ao mesmo, sendo o Currículo, de acordo com ela, “norteador do ensinar e do aprender da criança”. Assim como a readequação toma “como ponto de partida os direitos de aprendizagem e campos de experiências” mencionados no Currículo (também mencionados na BNCC (2017)).

A coordenadora da Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE destacou que a readequação curricular tem como documentos norteadores: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI); Resolução CNE/CEB n. 5/2009; Os Parâmetros Curriculares da Educação Básica de Pernambuco (2012) e Base Nacional Comum Curricular (2017). Destacou ainda a importância da descrição das atividades seguirem os direitos de aprendizagem e campos de experiências presentes principalmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A coordenadora ainda apresentou os direitos de aprendizagem e o modelo das “sugestões de aprendizagem” elaborados pela Secretaria Municipal de Educação - Este termo seria para descrever as atividades nos planejamentos das/os docentes, como também anotar posteriormente nos diários de classe das/os mesmas/os, relacionando com os campos de experiência e objetivos de aprendizagem propostos para a Educação Infantil, nos documentos oficiais mencionados nesta formação.

Em nosso entendimento, as sugestões de aprendizagem podem servir como conteúdos trabalhados ou temas de aulas com a Educação Infantil, e que, de acordo com a coordenadora, não é um termo obrigatório a ser utilizado pelas/os docentes em seus planejamentos mas sendo esse ou outro termo, deve ser relacionado aos campos de experiência e objetivos de aprendizagem.

As sugestões de aprendizagem ainda podem revelar a preocupação da coordenação da Educação Infantil com as questões burocráticas (preenchimento de

cadernetas, planejamento) e nenhuma ação efetiva de mobilização para as condições de comunicação de docentes e estudantes, assim como com as famílias.

Também sobre essas sugestões, no momento em que foram apresentadas na formação, um questionamento surgiu de uma professora: “O foco é o objetivo de aprendizagem e aí vemos algum conteúdo que possa ser inserido a partir daí?”

A coordenadora respondeu: “que o foco deve ser a aprendizagem do aluno e que as sugestões (de aprendizagem) podem ser acrescentadas pelos professores ou não, pois a ideia é assegurar uma forma mais tranquila e mais rápida de fazer o planejamento e preencher”.

Observa-se, com isto, que tal fala da coordenadora pode indicar a expressa preocupação em manter alinhamento dos planejamentos das/os docentes com o perfil apresentado anteriormente relacionando objetivos de aprendizagem propostos pelos documentos oficiais também acima descritos.

Importa-nos relembrar a fala da Secretária Executiva de Educação do estado de Pernambuco, no evento do Webinário no ano de 2020, a respeito dos possíveis *insights* que docentes desenvolveriam a partir das formações, para realizarem suas atividades e também na perspectiva de irem testando possibilidades, em um movimento de atividade remota para a atividade presencial, cabendo assim às/aos docentes toda a responsabilidade pelas atividades.

E esta fala relacionada ao que buscou a coordenadora da Educação Infantil, em orientar as/os docentes desta etapa na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE quanto as “sugestões de aprendizagem”, revela pouca oportunidade de docentes terem autonomia no processo, bem como da pouca assistência da rede quanto ao que docentes estariam precisando, não colocando sobre eles toda a responsabilidade das atividades. Sendo cobrado ainda o devido preenchimento de planejamentos e com os termos das “sugestões de aprendizagem”, como forma de registro burocrático das atividades remotas durante o período da pandemia do Covid-19.

É possível afirmar que até certo ponto a rede municipal de ensino se ancorou em experiências das/os docentes e destacou em encontros formativos e orientou para o preenchimento de documentos.

Dando continuidade a formação, e anteriormente ao segundo relato de experiência de outra professora da Educação Infantil, a coordenadora desta etapa do ensino, sugeriu às/aos docentes filmarem a escola e encaminhar tal filmagem às/aos estudantes, dizendo “que a escola espera por você”, como forma de manter a relação das/os estudantes com o ambiente escolar, sem esquecê-lo.

Segundo a coordenadora, “o vínculo da criança e da escola, e nossa (docentes presentes na formação) com a escola é uma responsabilidade muito grande”, e se deveria estimular isso com as/os estudantes da Educação Infantil.

Na oportunidade, algumas professoras falaram e relataram que algumas crianças, suas/seus estudantes, foram na escola junto com responsáveis para buscar atividades, e mencionaram a saudade que elas sentiam da escola e das/os docentes, descrevendo ainda que algumas crianças queriam abraçá-las, mas orientavam que não podiam por conta da pandemia do Covid-19; já outra mencionou ter abraçado, mesmo com o uso de máscara.

Estes relatos, de maneira geral, observados na formação, podem indicar outro elemento relacionado à paralisação das atividades presenciais, especialmente as aulas, no que se refere às/aos estudantes, sobre o quanto a ausência do espaço físico escolar pode afetar no processo educativo. Especialmente quando se trata da Educação Infantil. E não apenas o espaço físico mas também pouca presença da relação afetiva e contato que pode ser estabelecido entre docente e estudante, nas escolas, presencial e diariamente. Tais impactos na vida das/os estudantes da Educação Infantil são mais sentidos durante este contexto educacional da pandemia do Covid-19, pois nesta etapa, o elemento do cuidar se faz mais presente, e o mesmo sugere aproximação e contato presencial, assim como a afetividade, o que foram impedidos pelas normas de controle sanitário da doença do novo coronavírus.

No que se refere às questões socioemocionais que podem ter afetado as/os estudantes devido a paralisação das aulas presenciais, o parecer CNE 15/2020 (p. 98), nas recomendações gerais para os sistemas de ensino para a volta às aulas, orienta sobre a importância do acolhimento:

Acolhimento: a organização do retorno deve dar atenção especial a todos os alunos considerando as questões socioemocionais que podem ter afetado muitos estudantes, famílias e profissionais da escola durante o isolamento. É importante fortalecer os vínculos socioafetivos entre estudantes, professores e comunidade; preparar as equipes escolares para o pós pandemia; e, estimular o engajamento das famílias para que participem da trajetória de aprendizado dos estudantes. O diálogo com os estudantes e suas respectivas famílias e a troca de experiências entre os professores a

respeito de boas práticas de atividades não presenciais são essenciais na retomada.

Esta orientação indica a importância de manter o vínculo com as famílias das/os estudantes no possível retorno às atividades presenciais para que participem da trajetória de aprendizado das/os estudantes, mas também pode ser identificado a importância da família durante o processo educacional anterior ao retorno das atividades presenciais, de estarem vivenciando a experiência de serem, de certo modo, docentes de suas/seus filhas/os, e ainda do esforço que família e docentes estiveram vivenciando para a realização das atividades e em manter relação mesmo com as atividades remotas.

No entanto, torna-se importante destacar que tal apoio para o vínculo com as famílias não foi estimulado pela rede municipal de ensino, bem como, docentes, como fora acompanhado no grupo de *WhatsApp* da Educação Infantil, tiveram que buscar este contato e com certa dificuldade para que as atividades pudessem ser enviadas e houvesse a participação de estudantes nas mesmas. Novamente a responsabilidade sendo inteiramente colocada sobre as/os docentes sem o apoio necessário da rede.

Quadro 11 – Segundo relato de experiência de professora da Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE, no período da pandemia do Covid-19 em 2020 e início de 2021

Tópicos do relato	Descrição da sua fala
Relação com os pais	<ul style="list-style-type: none">● Em seu relato, a professora descreveu que antes da pandemia do Covid-19 (e deduzimos que pode ser no início do ano de 2020), ela fez um grupo no <i>Whatsapp</i> para os pais de suas/seus estudantes, porque muitos dos pais diziam, segundo ela, “que a Educação Infantil é só para brincar”.
Primeira aula de 2021	<ul style="list-style-type: none">● E que, no ano de 2021, a primeira aula do ano foi com os pais, cuja professora leciona na turma do pré I e do pré II (não sendo descrito pela mesma se seria turma multisseriada ou não).● Nesta aula, ela ouviu os seguintes relatos dos pais: “Aula remota pra mim não serve” (fala de uma mãe, segundo a professora); “Não estava preparada (para o contexto da pandemia)”.

Exemplo de atividade realizada	A professora relatou ainda que na turma do pré II, ela iniciou ditado de palavras, e exemplificado por ela, relatou que trabalhou uma sequência da história da “Branca de Neve” e depois ao final, fez um ditado (com as palavras mencionadas na história).
“Educação Infantil remota”	<ul style="list-style-type: none"> • Outro elemento que nos chamou atenção em seu relato foi a respeito do que ela considerou como “Educação Infantil remota”, que inclui “pedir para o aluno brincar em casa com os brinquedos”. • Como também ter sido uma prática sua, falar no “privado” com cada estudante e ter feito uma chamada de vídeo - ela relatou que pediu para mostrar o ambiente dele/a e a professora mostrou o seu ambiente.
Leitura e escrita de turma do pré II	E no que se refere ao estímulo da leitura e da escrita, a professora disse que “não é obrigação nossa de mandar o aluno para o 1º ano lendo”, como também alguns de suas/seus estudantes do pré II, do ano de 2020, e que, no ano de 2021, foram para o 1º ano, essas/es começaram o ano com uma avaliação na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, e que as professoras do 1º ano, elogiaram o nível que estavam os alunos, procurando saber de qual professora tinham sido.

Quadro elaborado pela autora, a partir da participação na I Formação para a Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE, e registro em diário de campo, no dia 24 de março de 2021.

No que se refere a prática da professora, descrito em seu relato de experiência, com o grupo de *WhatsApp* de pais, torna-se uma prática inclusive apontada pelo parecer CNE 15/2020, para manutenção deste contato, no entanto, segundo a professora, essa prática foi iniciada antes do contexto educacional da pandemia do Covid-19, no ano de 2020. O que pode indicar a importância de estabelecer com a família o contato necessário para acompanhamento das atividades.

O que nos chamou a atenção ainda relacionado a este grupo de pais, foi que, segundo a professora, há a crença deles de que a “Educação Infantil é só para brincar” (no momento citado pela professora, da primeira aula de 2021 que realizou, não sendo descrito se foi de modo presencial ou remoto), sendo observado o pouco entendimento desta etapa na escolarização, por parte dos pais, ou pode ser reflexo de não conferirem a devida importância para a Educação Infantil, concebendo-a como espaço/tempo para crianças brincarem, sendo a brincadeira sentida apenas como brincadeira, sem identificá-la também como educativa.

Outros elementos poderiam também ser refletidos desta fala, mas podemos nos voltar ao conceito de infância que talvez possa emergir de tal fala, a partir também do nosso entendimento. O possível conceito de infância empregado, neste caso, pode indicar uma infância como experiência, sendo oportunizadas as brincadeiras, no entanto, a forma empregada na fala apontada pelos pais e mencionada pela professora (“[...] é só para brincar”) talvez submeta-se ao entendimento de que a Educação Infantil seria apenas para brincar, para uma única experiência, e em virtude disso, na temporalidade demarcada pela idade do público infantil, que é sentida nesta etapa do ensino, seria o tempo/espaço “favorável” ao brincar, sendo o elemento da idade de crianças talvez mais presente no entendimento da fala, do que o da experiência educativa do brincar.

Outro destaque da professora, é que, em nosso entender, numa tentativa de explicar o que a Educação Infantil vivência, ela realizou a primeira aula do ano de 2021 com os pais, e neste momento com os pais, algumas falas deles foram relatadas pela professora, demonstrando os desafios para os mesmos, no contexto educacional da pandemia e com as atividades remotas:

“Aula remota pra mim não serve” e “não estava preparada (para o contexto da pandemia)”.

Estas falas além de poderem indicar os possíveis desafios dos pais em relação às atividades remotas, demonstra, em uma das falas, que tais atividades não estão servindo.

As atividades remotas, mesmo com a orientação das/os docentes para com suas/seus estudantes, sugerem que os pais acompanhem mais efetivamente o que as/os estudantes estão realizando, como também, talvez para os pais, essa modalidade de atividade não expresse tanto o que as/os estudantes aprenderam de fato.

Como orientação, nesta situação, o parecer CNE 15/2020 (p. 27), e em relação a Educação Infantil, indica:

Nessa situação de excepcionalidade para a educação infantil, é muito difícil quantificar em horas as experiências que as crianças pequenas terão nas suas casas. Não existe uma métrica razoável capaz de mensurar estas atividades desenvolvidas pela família em termos de equivalência com horas letivas. E, dadas as particularidades econômicas da maioria das famílias, deve-se cuidar para ampliar o sentido de atividades não presenciais a serem desenvolvidas com as crianças pequenas. Neste sentido, quanto possível, é importante que as escolas busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e melhor

orientar os pais ou responsáveis na realização destas atividades com as crianças.

Esta orientação do CNE, pode contribuir para que a participação da família, e nas atividades remotas, seja melhor efetivada. E parte da mesma pode ser observada pela professora através de seu relato.

Outro elemento mencionado pela professora foi o que ela nomeou de “Educação Infantil remota” ao solicitar que as/os estudantes brincassem em casa com seus brinquedos, como também ter feito chamada de vídeo com elas/es e solicitando que mostrassem o seu ambiente de casa, e a professora o dela.

Esse estímulo indicado pela professora para “o brincar” em casa, por parte de suas/seus estudantes pode promover outro tipo de experiência educativa neste processo remoto, podendo indicar um pouco do conceito de infância como experiência e de explorar outras possibilidades.

O parecer CNE 15/2020 (p. 28) ainda retrata as brincadeiras como sendo um dos elementos de estímulo a aprendizagem de estudantes da Educação Infantil, orientando no caso de crianças da pré-escola (4 e 5 anos) para que pais e/ou responsáveis desenvolvam com elas brincadeiras, jogos, desenhos.

As escolas e redes podem também orientar as famílias a estimular e criar condições para que as crianças sejam envolvidas nas atividades rotineiras, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem. Além de fortalecer o vínculo, este tempo em que as crianças estão em casa pode potencializar dimensões do desenvolvimento infantil e trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade.

Pontua-se ainda no relato da professora, que tais atividades classificadas por ela como “Educação Infantil remota”, podem indicar que houve uma busca de contemplar tais orientações do parecer CNE 15/2020, como também deduz-se que, no contexto geral, a Educação Infantil em Vitória de Santo Antão-PE, foi assim vivenciada remotamente desse modo, no período da pandemia do Covid-19, do ano de 2020 e início de 2021, com as devidas considerações particulares de situação socioeconômica das famílias das/os estudantes deste município, com o acompanhamento dos pais e/ou responsáveis e realização das atividades com registro em vídeo da produção das/os estudantes, e com vivência de brincadeiras.

E em relação às atividades escritas de ditado de palavras e sobre o que a professora relatou de “não é obrigação nossa (Educação Infantil) de mandar o aluno para o 1º ano lendo”, pode indicar que há uma preocupação de que as/os

estudantes da Educação Infantil desenvolvem de maneira satisfatória a leitura e a escrita, antes de ingressarem o Ensino Fundamental, aos 6 anos.

Ou também pode indicar que a docente, e colocando o pronome “nossa” quis incluir as/os demais docentes desta etapa, estariam se protegendo de possíveis cobranças sobre estarem alfabetizando ou ensinando a ler e escrever, na Educação Infantil, ao relatar de que “não é obrigação” delas/es desenvolverem isso.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p. 25), para esta etapa do ensino devem ser garantidas experiências que:

- Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos.

Como indicam as DCNEI (2010), às diferentes linguagens a que se pode proporcionar que as/os estudantes da Educação Infantil incluem a oral e a escrita, no entanto, não se indica que essas/es mesmas/os estudantes saibam ler, e o relato da professora a esse respeito, reafirma esta indicação de, nas suas palavras, “não ser obrigação nossa de mandar o aluno para o 1º ano lendo”. Ao mesmo tempo, é importante salientar que o estímulo às linguagens oral e escrita deve acontecer na Educação Infantil, e com isso, influenciará para o desenvolvimento de ambas em outras etapas do ensino.

Todo o relato da professora foi importante para identificarmos como foi desenvolvida a relação com os pais e/ou responsáveis pelas/os estudantes da Educação Infantil de sua turma como também aspectos das atividades remotas nesta etapa do ensino, que podem ser relacionados aos aspectos desta etapa na rede municipal de ensino como um todo, de modo geral.

Voltando para a formação, antes de sua conclusão, a coordenadora da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, apresentou um pequeno texto sobre saudade, de uma rede social (conta do *Instagram @frasesdecrianças*), e falou sobre a saudade que sentia de estar presencialmente em contato com o grupo de docentes da Educação Infantil da rede municipal de ensino citada, nos momentos de formação e em outros momentos.

E, na oportunidade, uma professora indicou a possibilidade de ter um tema da próxima formação sobre “lição de casa”, e a coordenadora mencionou que uma professora já as realiza e descreve como a organiza em seu planejamento, solicitando da mesma que compartilhasse tal informação no grupo de *Whatsapp* das/os docentes da Educação Infantil.

A formação encerrou por volta das 11 horas e contou com a participação de 50 a 54 pessoas, oscilando essa participação durante as duas horas de formação no *Google Meet*.

Consideramos que foi importante a nossa participação nesta formação, pois através dela pudemos identificar elementos diferentes comparados a formação de 2020, no início da pandemia do Covid-19. Nesta, as professoras que fizeram seus relatos de experiência demonstraram como estão realizando suas atividades de maneira remota como também ao estabelecer contato com os pais, e ainda sobre o registro das atividades, para preenchimento posterior no “Diário de Classe”, que se tornou um dos elementos de dificuldade no mês de dezembro de 2020, no acompanhamento que presenciamos no grupo de *WhatsApp*.

Naquele período, algumas professoras obtiveram dificuldades e solicitaram que a coordenadora da Educação Infantil as orientasse, inclusive no horário da noite, no preenchimento deste “Diário de Classe”.

Voltando-nos à formação, outro elemento que nos chamou a atenção foi sobre o termo criado pela Secretaria Municipal de Educação sobre as “Sugestões de Aprendizagem”, que, em nosso entendimento, serviriam como temas das aulas baseadas nos objetivos de aprendizagem e campos de experiência presentes em outros documentos oficiais que relacionam a Educação Infantil (tais como BNCC, Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil).

Essas “sugestões” estão presentes no documento descrito pela coordenadora como “Readequação Curricular”, que estaria disponível para as/os docentes da rede (e não tivemos acesso ao mesmo), sendo esta readequação também relacionada ao Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil e com os pareceres curriculares municipais e nacionais sobre o contexto educacional na pandemia do Covid-19, havendo orientação também, segundo a coordenadora, para o retorno das atividades presenciais.

- **Formação para a Equipe Gestora, Coordenação Pedagógica e Apoio Pedagógico da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, em 2021**

Esta formação aconteceu no dia 30 de março de 2021, pela plataforma do *Google Meet*, no período da manhã, sendo iniciada às 09 horas e terminando próximo às 12 horas. E diferentemente da primeira formação para Coordenação Pedagógica em 2020, esta formação foi para um público ampliado, sendo destinada à Coordenação Pedagógica, Gestão e Apoio Pedagógico das escolas, sendo registrada ainda a presença de vice-diretoras/es.

Foi registrada a presença de 08 coordenadoras/es pedagógicas/os, 10 gestoras/es (sendo uma delas a que seria palestrante e é gestora de uma escola da rede municipal de ensino de Jaboatão dos Guararapes-PE), 04 vice-diretoras/es e 03 pessoas descritas como apoio pedagógico. Assim como foi registrada a nossa participação na formação, a do coordenador que conduziu a formação e de outra componente do Núcleo de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Educação, totalizando 28 pessoas, mas essa participação oscilava durante a formação - que deduzimos ser atribuído ao acesso à internet por parte de cada participante.

Nesta formação foi mencionada a Readequação Curricular (também discutida na formação da Educação Infantil), sendo destacado pelo coordenador do grupo que a coordenação pedagógica das escolas “devem realizar diagnose para saber as condições em que se encontram os alunos, em relação a aprendizagem”.

A fala do coordenador sobre a “diagnose” também esteve presente na sua apresentação ao se reportar a Readequação Curricular e das atividades que devem ser realizadas e/ou que as/os gestoras/es, coordenadoras/es e apoio pedagógico devem orientar que as/os docentes devem realizar junto às/aos estudantes, identificando, segundo o coordenador, o que foi aprendido no ano de 2020 e possa ser continuado no ano de 2021, junto aos conteúdos propostos de 2021.

Como fora descrito na apresentação do coordenador,

“Readequação curricular objetiva o desenvolvimento dos conteúdos ao longo do ano letivo, correlacionados, numa organização progressiva, de forma que as habilidades a serem desenvolvidas no ano letivo vigente dialoguem com as habilidades do ano anterior”.

(Trecho da apresentação do coordenador em formação da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, em 2021).

Esta forma de organização curricular também está presente no parecer CNE 15/2020, no artigo 4, parágrafo 1, descreve um pouco sobre esta relação curricular dos anos de 2020 e 2021, em virtude da pandemia do Covid-19:

§ 1º O reordenamento curricular do que restar do ano letivo de 2020 e o do ano letivo seguinte pode ser reprogramado, aumentando-se os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021 para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior, ao abrigo do caput do art. 23, da Lei nº 9.394/1996, que prevê a adoção de regimes diferenciados e flexíveis de organização curricular, mediante formas diversas de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (Art. 4, seção II, parecer CNE 15/2020).

O coordenador do grupo destacou ainda que gestoras/es, coordenadoras/es e apoio pedagógico das escolas “considerem as diferentes realidades das/os estudantes”, como também “repensar estudante e docente no processo de trabalho remoto” e posterior, no retorno às atividades presenciais, especialmente no trato com docente, pois, segundo o mesmo, deve se “identificar o viés humano (de docentes) não apenas identificar a perspectiva de um professor fazedor de relatórios e atividades”.

Na formação também houve a apresentação de uma gestora de outra rede municipal de ensino, em que a mesma tematizou a sua apresentação em torno da coordenação pedagógica, considerando o que ela denominou de “o papel do coordenador” e as dimensões que apresenta.

Importa pontuar ainda que nesta formação estavam presentes, em sua maioria, coordenadoras/es pedagógicas/os diferentes do ano de 2020 (considerando que esta formação foi realizada em 2021), sendo o mesmo indicado da parte da gestão - isto porque com as eleições de 2020 para prefeitos, vereadores, em Vitória de Santo Antão-PE, a gestão municipal foi modificada, e com isso parte da equipe da Secretaria Municipal de Educação também fora modificada, havendo em 2021 outra pessoa na direção de ensino, diferente da do ano de 2020, por exemplo, e ainda considerando que a escolha da gestão das escolas, como também coordenação, é a partir de cargo comissionado, até o mês de maio de 2021, ou seja, de escolha por pessoas da Secretaria Municipal, da parte do secretário de educação. Com isso, houve modificação nos cargos do ano de 2020 para o de 2021.

Voltando-nos a apresentação da gestora da rede municipal de ensino de Jaboatão dos Guararapes-PE, organizamos a sua fala a partir de alguns tópicos descritos abaixo:

Quadro 12 – Explicação da fala de uma gestora da rede municipal de ensino de Jaboatão dos Guararapes-PE, na formação para coordenação, gestão e apoio pedagógico de Vitória de Santo Antão-PE, em 2021

Tópicos de sua fala	Explicação sobre a coordenação pedagógica
“Papel” da coordenação pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> ● “Não focar em supervisionar o professor. A função do coordenador é ajudá-lo”. ● “Outra forma de intervir é fazer com que o professor entenda que nossa função é de parceria”.
Dimensões do trabalho da coordenação	<p><u>Dimensão Formativa:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ● A gestora explicou que esta dimensão está relacionada aos momentos de formação que poderão ser realizados pela coordenação e que esta “tem que escutar os professores”, como também nestes momentos entender “de que forma estão as estratégias de ensino (de docentes)”. <p><u>Dimensão Educativa/Transformadora:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Segundo a gestora, a coordenação “vai conduzir a prática educativa/transformadora e que vai atingir todos da escola e fora da escola, através de oficinas e outros”. <p><u>Dimensão Integradora:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Ao explicar e exemplificar tal dimensão, a gestora mencionou que fazia reuniões temáticas com os pais, e nas demandas específicas de estudantes, ela redirecionava para setores especializados e registrava em caderno cada encontro ou reunião com os pais. ● Fora entendido de sua fala, que a dimensão integradora sugere à coordenação, a importância da família na escola.
Outras indicações	Segundo a gestora, a coordenação precisa ser efetivada em conjunto e com parceria entre docentes e coordenação, havendo troca de experiência e auxílio na realização das atividades, dos projetos, entre outros.

Quadro elaborado pela autora, a partir da participação na I Formação para gestão, coordenação pedagógica e apoio pedagógico, de Vitória de Santo Antão-PE, e registro em diário de campo, no dia 30 de março de 2021.

Voltando-nos novamente para a formação, após a apresentação da gestora da rede municipal de ensino de Jaboatão dos Guararapes-PE - havendo outros elementos em sua apresentação, mas que destacamos os que estão acima descritos - houve um momento de perguntas e/ou comentários acerca desta apresentação e/ou da formação como um todo, em que registramos a fala de 05 pessoas presentes na formação, dentre elas 2 gestoras e 1 gestor, e 2 coordenadoras pedagógicas, cujas falas consideramos como relatos, dispostos no quadro abaixo:

Quadro 13 – Relatos de gestoras, gestor e coordenadoras pedagógicas da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, na formação de 2021

Pessoas	Relatos, em relação a apresentação da gestora da rede municipal de ensino de Jaboatão de Guararapes-PE e também à formação
Coordenadora A	<ul style="list-style-type: none"> ● Esta coordenadora declarou ser professora há 30 anos e “antes achava que era bom quando ensinava e os alunos ficavam calados. Mas depois, ao fazer o magistério, aprendeu a ouvir e partilhar uns com os outros”. ● Ela declarou estar “5 anos na supervisão”, e “agora tenta vivenciar isso, de ouvir seus professores”.
Gestora B	<ul style="list-style-type: none"> ● Esta gestora destacou o lado humano no trabalho com docentes e mencionou sobre a coletividade, em que “um pode ajudar o outro”.
Gestora C	<ul style="list-style-type: none"> ● Esta gestora agradeceu pelo momento de formação e mencionou ter “30 anos de sala de aula e gestão, se aposentou e foi convidada a trabalhar novamente”. ● Informou que seu retorno também foi marcado por uma reunião com a direção de ensino da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE.
Coordenadora D	<p>[Antes desta coordenadora iniciar a sua fala, o coordenador do grupo de coordenação mencionou que “os coordenadores (das escolas) podem fazer parceria entre si e entre escolas”, e que nelas, podem realizar “reunião uma vez por mês”].</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Esta coordenadora relembrou o começo desta

	<p>formação, com as músicas que foram cantadas e destacou estarmos em um processo de sermos “sujeitos em constante processo de formação” e de “sermos humildes” (no nosso entendimento, pelo contexto da fala, ser humilde em entender que precisamos de formação e de que nem sempre sabemos de tudo).</p>
Gestor E	<ul style="list-style-type: none"> • Este gestor destacou o período da pandemia do Covid-19 e apontou que este “é o momento de nos unirmos, professores, família, coordenação e gestão”; • Como também destacou sobre “os professores não se desanimarem (mesmo com os desafios da pandemia), pois alguns perderam pessoas para a Covid (Covid-19) e também as dificuldades com as aulas remotas”.

Quadro elaborado pela autora, a partir da participação na I Formação para gestão, coordenação pedagógica e apoio pedagógico, de Vitória de Santo Antão-PE, e registro em diário de campo, no dia 30 de março de 2021.

As falas dessas coordenadoras, gestoras e gestor, de modo geral, tratam sobre a forma de se auto identificarem docentes e analisarem que a postura de ouvir torna-se importante na relação com docentes de suas escolas, sendo considerado ainda por um gestor a importância da relação com pais, coordenação, docentes e gestão, especialmente no momento de pandemia do Covid-19, mencionando a perda de vidas e das dificuldades que docentes enfrentam com as atividades remotas.

Antes da formação ser finalizada, o coordenador do grupo de coordenação pedagógica indicou que para o ano de 2021 na rede municipal de ensino do município citado, é preciso “repensar o que é aprender: será que é só enviar atividade?” “repensar o que é ser coordenador, gestor, pois os desafios estão presentes para todos e especialmente neste momento, com a pandemia do Covid-19”.

E, de certo modo, esta fala, quase como convite à reflexão, relaciona-se às falas anteriores das pessoas que participaram desta formação, e que relacionou ainda a pandemia do Covid-19. No entanto, nos chama a atenção o trecho de sua fala “repensar o que é aprender: será que é só enviar atividade?”, o que pode indicar sobre o uso de envio de atividades, no trabalho remoto da rede municipal de ensino (inclusive como orientação no grupo de docentes da Educação Infantil, como

podemos acompanhar no grupo de *WhatsApp* desta etapa), mas que neste processo talvez não houve avaliação ou pouco acompanhamento que pudesse indicar ou garantir aprendizagem.

Tornando-se mais um elemento no processo de atividade educacional da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, com o desafio de no trabalho remoto garantir ou propor formas de acompanhamento da aprendizagem de estudantes. Mesmo sendo indicado em documentos oficiais sobre a utilização de portfólios, vídeos etc. (Parecer CNE 15/2020), e sendo observados alguns dos mesmos no grupo da Educação Infantil, o questionamento do coordenador do grupo de coordenação pedagógica, sugere que se tornava necessário repensar sobre aprendizagem e sobre como se pensar o envio das atividades, de, no nosso entender, não se limitar apenas ao envio das mesmas.

Em nosso entendimento, esta formação tornou-se importante por apresentar outras pessoas na coordenação pedagógica no ano de 2021, diferentes do ano de 2020, como também vislumbramos a participação da gestão escolar, de algumas escolas da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, e observar suas falas a respeito de suas atividades e da coordenação pedagógica como um todo.

Cabe destacar que não foram colocados muitos pontos nesta formação a respeito do trabalho que vem sendo desenvolvido pela coordenação pedagógica e gestão de escolas durante a pandemia do Covid-19, no entanto, houve o direcionamento da secretaria municipal de educação para a Readequação Curricular (documento formulado pela secretaria, a partir dos documentos oficiais com orientações para o trabalho remoto, dentre eles os pareceres do CNE 2020), em que tal readequação deve ser um instrumento para o acompanhamento das atividades como também um facilitador para o registro de tais atividades, no sentido de termos específicos, esperados por exemplo nos planejamentos de docentes, entre outros (este nosso entendimento sobre a readequação, advém também da primeira formação de docentes da Educação Infantil em 2021, que estivemos presentes e que a readequação também foi mencionada).

E apesar do nosso trabalho não obter o foco para a coordenação e gestão escolar, tornou-se importante ainda nossa participação em processos formativos deste grupo, para vislumbramos o movimento da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE nos anos de 2020 e 2021, com o reflexo da pandemia do Covid-19 na educação escolar do município, e de como, a partir da coordenação

pedagógica, e até maio de 2021 da gestão, e também da Educação Infantil, as escolas vivenciaram suas atividades educacionais.

E ainda, nas formações o tema sobre “avaliação diagnóstica” apareceu com frequência, sendo descrito como necessário para indicar como estava a situação de aprendizagem de estudantes no ano de 2021 e a partir dela, ter um encaminhamento para as atividades que seriam realizadas naquele ano.

A avaliação da aprendizagem com a função diagnóstica, explicada em Luckesi (2013, p. 86), em seu trabalho sobre “A avaliação da aprendizagem escolar”, indica que esta função para a avaliação deve servir como “instrumento de identificação de novos rumos”, sendo ainda “o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos”.

Tanto na formação de docentes da Educação Infantil quanto na formação de gestão escolar, coordenação pedagógica e apoio pedagógico, que aconteceram no ano de 2021, e ainda nos momentos de formação no ano de 2020, neles a avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento das atividades de docentes, estava sendo indicada como necessária para servir de indicador do que estava ocorrendo naquele contexto educacional quanto o que poderia ser feito adiante, como também nestes momentos de formação o termo da avaliação diagnóstica foi muitas vezes mencionados pelas pessoas.

- **Programa Vitória Ensina em Casa**

Durante o acompanhamento dos grupos de *WhatsApp* da Educação Infantil e Coordenação Pedagógica e ainda no início do ano de 2021, entre os meses de janeiro e fevereiro, foi observado um movimento no município, de divulgação das atividades presentes na nova gestão municipal, como propostas a serem efetivadas a partir do ano de 2021, sendo aqui destacadas as propostas da área de educação.

Neste contexto foi utilizado uma rede de comunicação televisiva (*TV Nova Nordeste*), como forma de divulgação das propostas governamentais para o ano de 2021, como também as que eram relacionadas à educação, com a disponibilidade local de um canal aberto, podendo ser acessado pela população do município de Vitória de Santo Antão-PE.

Registramos no dia 12 de abril de 2021 o pronunciamento do secretário municipal de educação tratando, ao vivo, sobre o “Programa Vitória Ensina em Casa”. Inicialmente a sua fala tratou sobre as atividades remotas, em virtude da

pandemia do Covid-19 e então apresentou o “Programa Vitória Ensina em Casa”, no modo que o mesmo seria vivenciado, cuja fala sobre foi organizada abaixo:

Quadro 14 – Destaques da fala do secretário municipal de educação sobre o “Programa Vitória Ensina em Casa”

Tópicos da fala	O que o secretário descreveu a respeito:
Como o Programa será vivenciado	O “Programa Vitória Ensina em Casa” seria efetivado por uma “transmissão de vídeo e rádio de aulas para mais de 16.000 alunos da rede de ensino de Vitória”, ou seja, aula ao vivo pelo Programa.
Parcerias do Programa (Segundo o secretário)	Programa teria parcerias com o <i>CIEE</i> (Centro de Integração Empresa-Escola), Itaú Social, Banco Internacional e outros.
Vínculo do Programa a um Projeto da Secretaria de Educação	O Secretário informou ainda que o “Programa Vitória Ensina em Casa” fez parte do Projeto “Educação da Vitória nas ondas do rádio e da TV”, projeto voltado para as atividades remotas na educação do município.

Quadro criado pela autora a partir da fala do secretário municipal de educação de Vitória de Santo Antão sobre o Programa Vitória Ensina em Casa e de registro em diário de campo, em abril de 2021.

Sobre a fala do então secretário municipal de educação, sugeriu-se que haveria um tipo de atividade remota através do “Programa Vitória Ensina em Casa” que implicaria no trabalho de um tema/conteúdo, por videoaula, que para todas as turmas de uma etapa específica do ensino, para toda a rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE e que para a Educação Infantil, o trabalho foi iniciado em maio do ano de 2021.

Cabe refletir sobre a intencionalidade política e educativa do Programa Vitória Ensina em Casa ou sobre a qualidade do mesmo, no sentido de propor atividades educativas de maneira remota, considerando os públicos de estudantes das etapas do ensino do município.

Podemos também destacar da fala do secretário a respeito das parcerias do Programa, sendo mencionados por ele o *CIEE* (Centro de Integração Empresa-Escola), Itaú Social, Banco Internacional e outros. Dourado (2007, p. 925), ao discutir sobre as políticas e gestão da educação básica no Brasil, explica que na

intencionalidade e regulação da educação pública brasileira, existe o embate entre as esferas pública e privada se dá no “alcance jurídico-político-ideológico do Estado e as instituições que o compõem” e nas “várias modalidades de privatização do ensino”, sendo a gestão educacional margeada por fatores intra e extra-escolares.

Com um recorte histórico quanto a trajetória histórica das políticas educacionais, a mesma é marcada, segundo Dourado (2007), por um processo de descontinuidade. E quanto a essa trajetória, considerando o período da redemocratização e com o marco da Constituição Federal em 1988, e ainda até o ano de 2007 (ano da publicação do artigo), podemos pontuar que com a constituição garantindo concepção ampla da educação e sua inscrição como direito social, o governo federal buscou organizar a educação e descentralizar responsabilidades com estados e municípios, mas com um viés de modernização.

A partir dele, segundo Dourado (2007), mencionando (Oliveira 2000, p. 331) se implementaram novos modelos de gestão, cujo norte político-ideológico objetivava “introjetar [...] as noções de eficiência, produtividade e racionalidade inerentes à lógica capitalista”. Nessa consideração de Oliveira (2000), Dourado (2007, p. 926) pontua também que essas noções se tornaram um “indicador de gestão centralizada e de pouca eficácia pedagógica para mudanças substantivas nos sistemas de ensino”.

Tudo isto nos leva a reflexão de que na relação e parceria das esferas público e privado, tais como acontece com o “Programa Vitória Ensina em Casa” com o CIEE, Itaú Social, entre outros, há uma linha tênue entre o que a vivência das atividades podem ser e como serão sentidas e idealizadas, que é um pouco do que Dourado (2007) apoiado em Oliveira (2000) trata sobre a introdução de noções de eficiência, produtividade à educação, e que apresenta pouca eficácia para a educação brasileira.

Especialmente se considerarmos a realidade pública escolar do nosso país, e especificamente do município de Vitória de Santo Antão-PE, cujo número de escolas rurais excede ao de urbanas, e que, a depender da localidade da escola e da comunidade que a escola está inserida (e assim seus/suas estudantes), o acesso à internet torna-se restrito, dificultando-se, por exemplo, o acompanhamento das videoaulas pelo “Programa Vitória Ensina em Casa”.

Ainda sobre o Programa, observamos e acompanhamos no grupo de *WhatsApp* da Educação Infantil uma movimentação para que houvesse participação

desta etapa no Programa, com aulas de vídeo gravadas ou realizadas ao vivo, na plataforma do *Youtube*, sendo iniciada no mês de maio.

FIGURA 14 – Programação do “Programa Vitória Ensina em Casa”, para a Educação Infantil

DOM	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁB
						1
2	3	4 Aula 1 Uso da máscara. O mundo tá diferente	5 Aula 2 Eu e meus sentimentos	6 REPRISE Ponto facultativo	7 Aula 3 Como eu sou?	8
9	10 Aula 4 Eu e minha família	11 REPRISE Aula 4 Minha família e as fases da vida	12 Aula 5 Minha família e as fases da vida	13 REPRISE Aula 5	14 Aula 6 A família e seus valores	15
16	17 Aula 7 A criança e o brincar	18 REPRISE Aula 7 O que vou ser quando crescer? Brincando e conhecendo as profissões	19 Aula 8 O que vou ser quando crescer? Brincando e conhecendo as profissões	20 REPRISE Aula 8	21 Aula 9 A criança e deveres: combatendo a corrupção	22
23	24 Aula 10 Os sentidos na culinária: conhecendo o gênero receita	25 REPRISE Aula 10 Eu amo ser quem eu sou: trabalhando a auto estima	26 Aula 11 Eu amo ser quem eu sou: trabalhando a auto estima	27 REPRISE Aula 11	28 Aula 12 Eu cuido dos meus dentes. (higiene bucal)	29
30	31 Aula 13 A criança e os deveres					

Figura presente por arquivo em pdf, disponível no grupo de *WhatsApp* da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, a respeito do Programa Vitória Ensina em Casa, 2021.

Além desta programação, também esteve disponível no grupo de *WhatsApp* da Educação Infantil o link de acesso ao *Youtube* para assistir às aulas - Um dos links, (<https://youtu.be/GycNnEIMtKM>), esteve disponível no grupo no dia 19 de maio de 2021, com o título do vídeo no *Youtube* era “Dia Nacional contra o Abuso Infantil”, sendo diferente do que estava programado para este dia, de acordo com a Programação da Figura 9, acima. Até o dia 24 de maio de 2021, este vídeo contou com 64 visualizações, e os comentários (recurso disponível para vídeos no *Youtube*) estavam desativados. A duração do vídeo foi de 27 minutos e 06 segundos.

No grupo de *WhatsApp* da Educação Infantil, a professora que gravou a aula descreveu e transcrita como esteve presente no grupo: que “esta aula foi preparada para ontem (em nosso entendimento, dia 18/05, pois a mensagem está registrada no dia 19/05), mas só ficou disponível a noite. Para quem vai trabalhar essa temática durante toda semana esse vídeo pode ser bem útil”.

Em relação aos vídeos das aulas para o “Programa Vitória Ensina em Casa”, foi criado um canal no *Youtube*, intitulado “Vitória Ensina em Casa”, contando até o

dia 24 de maio de 2021, com 1,860 (um mil e oitocentos e sessenta inscritos, sendo este um número aproximado do número preciso, em virtude da contagem de inscritos do *Youtube*, que utiliza arredondamentos na contagem de inscritos acima de mil), e com vídeos de aulas para as diferentes anos do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA), fases de I a IV e Educação Infantil. Neste canal, encontra-se a opção “*playlist*”, no qual estavam disponíveis os vídeos por ano do Ensino Fundamental e/ou etapa correspondente, havendo uma “*playlist*” para a Educação Infantil.

Nesta “*playlist*” da Educação Infantil, o primeiro vídeo dela descreve que o mesmo estreou em 04 de maio de 2021, cujo título estava descrito: “Vitória Ensina em Casa / Ensino Infantil / O mundo está diferente/Eu e meus sentimentos”, com duração de 36 minutos e 49 segundos.

E a descrição “Ensino Infantil” só esteve presente no primeiro vídeo, estando nos outros a descrição “Educação Infantil”.

Sobre a “*playlist*” desta etapa havia disponível, até o dia 24 de maio de 2021, 15 vídeos, sendo o da professora mencionada acima, o vídeo de número 12, publicado no dia 19 de maio de 2021. Como também todos os vídeos tinham os comentários desativados.

Quadro 15 – Relação de videoaulas do “Programa Vitória Ensina em Casa”, para a Educação Infantil

Descrição presente no título da videoaula	Ordem numérica em que aparece na “ <i>playlist</i> ” da Educação Infantil	Data da publicação da videoaula	Duração (em minutos e segundos)	Quantidade de Visualizações
Vitória Ensina em Casa / Ensino Infantil / O mundo está diferente/Eu e meus sentimentos	1	04 de maio de 2021	36 minutos e 49 segundos	433
Vídeo excluído	2	-	-	-
Vitória Ensina em Casa/ EDUCAÇÃO INFANTIL/ Uso da máscara. O mundo tá diferente	3	05 de maio de 2021	36 minutos e 49 segundos	163

Vitória Ensina em Casa/ Educação Infantil/ Como eu sou?	4	07 de maio de 2021	20 minutos e 53 segundos	59
Vitória Ensina em Casa/ Educação Infantil/ Eu e minha família	5	10 de maio de 2021	28 minutos e 57 segundos	118
Vitória Ensina em Casa/ Educação Infantil/ Eu e minha família	6	11 de maio de 2021	28 minutos e 57 segundos	55
Vitória Ensina em Casa/ EDUCAÇÃO INFANTIL/ Minha família e as fases da vida	7	12 de maio de 2021	28 minutos e 57 segundos	104
Vitória Ensina em Casa/ EDUCAÇÃO INFANTIL/ Minha família e as fases da vida (AULAS 04 e 05)	8	13 de maio de 2021	28 minutos e 57 segundos	73
Vitória Ensina em Casa/ EDUCAÇÃO INFANTIL/ A família e seus valores (AULA 06)	9	14 de maio de 2021	20 minutos e 13 segundos	60
Vitória Ensina em Casa/ EDUCAÇÃO INFANTIL/ A criança e o brincar (AULA 07)	10	17 de maio de 2021	13 minutos e 59 segundos	75
Vitória Ensina em Casa/ EDUCAÇÃO INFANTIL/ A criança e o brincar (AULA 07.1)	11	18 de maio de 2021	24 minutos e 09 segundos	49
Vitória Ensina em Casa/ EDUCAÇÃO INFANTIL/ Dia Nacional contra o abuso infantil	12	18 de maio de 2021	27 minutos e 06 segundos	66
Vitória Ensina em	13	20 de maio de	21 minutos e 50	24

Casa/ EDUCAÇÃO INFANTIL/ O que vou ser quando crescer? (AULA 08)		2021	segundos	
Vitória Ensina em Casa/ EDUCAÇÃO INFANTIL/ A criança e deveres: combatendo a corrupção (AULA 09)	14	21 de maio de 2021	22 minutos e 38 segundos	36
Vitória Ensina em Casa/ EDUCAÇÃO INFANTIL/ Os sentidos na culinária: conhecendo o gênero receita	15	24 de maio de 2021	23 minutos e 59 segundos	21

Quadro criado pela autora a partir da "playlist" da Educação Infantil, do canal "Vitória Ensina em Casa" do Youtube, contando os vídeos presentes até o dia 24 de maio de 2021.

Ficou entendido que o acesso às videoaulas, no período acima descrito, serviria como um suporte ou elemento extra para o trabalho remoto que estava sendo realizado pelas/os docentes da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, especialmente os da Educação Infantil, servindo ainda como uma forma de haver uma explicação em vídeo dos conteúdos que docentes estavam vivenciando em seu trabalho remoto, com o envio das atividades impressas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ciclo de pesquisa não se fecha, pois, toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas. Mas a ideia do ciclo se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam. [...] E pensamos sempre num produto que tem começo, meio e fim e ao mesmo tempo é provisório. Falamos de uma provisoriedade que é inerente aos processos sociais e que se refletem nas construções teóricas (MINAYO, 2013, p. 27).

Durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo, muitos elementos relacionados à dinâmica da etapa da Educação Infantil na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE no período da pandemia do Covid-19, obtiveram destaques, tanto relacionado ao modo remoto e aos poucos relacionado ao modo híbrido, quanto do movimento da rede no sentido da manutenção das atividades como forma de comprovação e registro das mesmas.

Importa-nos destacar que no modo remoto, o acompanhamento das atividades dos/as estudantes desta etapa do ensino submeteu-se a diferentes fatores educacionais: o ambiente de realização das aulas, outrora físico e no espaço escolar, passou a ser o das casas de docentes e estudantes; o tempo para efetivação das atividades que em muitos casos tornou-se reduzido; a maneira de acompanhamento da realização dessas atividades, em que o suporte familiar tornou-se imprescindível como também o *feedback* da família quanto ao que realmente fora conquistado pelas/os estudantes.

A perspectiva escolar de ensino e aprendizagem estava sendo vislumbrada de uma maneira diferente ao qual docentes, equipe gestora e escolar estavam acostumadas e portanto, a maneira de se vivenciar a educação escolar, e especificamente a Educação Infantil, também foi modificada.

Observou-se a partir do grupo de aplicativo um aumento do número de docentes no grupo de *WhatsApp* da Educação Infantil, entre os anos de 2020 e 2021, de 20% depois das eleições municipais de 2020 e mudanças na gestão municipal e da secretaria municipal de educação em 2021. No momento em que a rede estava em trabalho remoto foi observado um movimento de convocação de docentes contratadas/os e aprovadas/os no concurso público municipal de 2015.

Importante também pontuar que o Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019) e BNCC (2017), forma os documentos mais referenciados para serem utilizados como orientação para a realização e registro das atividades da Educação Infantil, na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE.

Notou-se até certa cobrança para que docentes utilizassem em seus planejamentos as expressões dos campos de experiência e direitos de aprendizagem e desenvolvimento, presentes nestes documentos, como forma de “facilitar” o registro dos mesmos, mas principalmente como forma de organizar as informações e o registro das atividades de docentes, que por ventura fossem cobrados das/os mesmas/os, para o “Diário de Classe”, que seria entregue às secretarias escolares, no final de ano de 2019 e o de 2020.

Esta informação foi observada também nos grupos de *WhatsApp* da Educação Infantil da rede municipal de ensino do município, sendo a mesma reafirmada por uma professora, que, com um relato de experiência em uma formação para docentes de Educação Infantil da rede, descreveu ter um caderno de planejamento e que utilizava os termos dos campos de experiência e dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil, presentes no Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019) e BNCC (2017), para o registro das atividades e futura descrição na “caderneta”.

Tudo isto pode indicar que existiu uma orientação da rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE, para basear as atividades da Educação Infantil, no Currículo de Pernambuco para a Educação Infantil (2019) e na BNCC (2017), mas que pode ser sugerido que as expressões que são indicadas como necessárias nas atividades da Educação Infantil do município, foram limitadoras da liberdade pessoal e autonomia dos/das docentes em organizar suas próprias ideias, baseadas em suas expectativas de ensino e aprendizagem, e que tiveram que relacionar seus interesses de ensino e aprendizagem com as expressões dos campos de experiência e direitos de aprendizagem e desenvolvimento, daqueles documentos oficiais.

Ainda sobre os documentos norteadores listados em nosso estudo, constatou-se que de modo geral, eles apontaram para uma concepção de infância mais fundamentada como universo de experiências, estudado em Kohan (2007, 2015) e Abramowicz (2006) e em outros apresentaram uma concepção que indicava à infância mais voltada a marcação temporal, pela idade do público infantil. No entanto, não houve nas formações momentos de reflexões sobre concepção de infância, bem como orientações específicas sobre a educação da infância na pandemia.

No que se refere às formações que ocorreram no período da pesquisa e por nós acompanhadas, Placco e Silva (2009, p. 27) explicam sobre a importância do entendimento da formação continuada para além de cursos e/ou treinamentos:

É importante destacar que se entende formação continuada como um processo complexo e multideterminado, que ganha materialidade em múltiplos espaços/atividades, não se restringindo a cursos e/ou treinamentos, e que favorece a apropriação de conhecimentos, estimula a busca de outros saberes e introduz uma fecunda inquietação contínua com o já conhecido, motivando viver a docência em toda a sua imponderabilidade, surpresa, criação e dialética com o novo.

A formação continuada na explicação das autoras configura-se como um processo que envolve a prática do conhecimento constituído a partir da formação, a busca de novos saberes e inquietação contínua, criando outras possibilidades de ensino e aprendizagem e do fazer docente a partir dessa formação. Então, pode ser entendido que a formação continuada se torna um elemento de renovação e inovação da prática educativa e que pode ser estendida para além de docentes, incluindo toda a prática educativa escolar.

Tais elementos pontuados pelas autoras nos sugerem autonomia e participação docente, que, comparados às formações que ocorreram na rede, foram pouco observados durante as mesmas, sendo mais encaminhada a perspectiva de treinamento, orientação para atitudes esperadas quanto a planejamentos e registro de atividades, entre outros.

Ainda no período de formação continuada na rede foi também observada a relevância dos Pareceres do CNE 05/2020 e 15/2020, especialmente este último, com as devidas orientações tanto para o período remoto quanto para o possível retorno presencial previsto do ano de 2020 para o ano de 2021, no qual, podemos indicar que a rede municipal de ensino e a Educação Infantil esteve, até certo ponto, seguindo as orientações do Parecer CNE 15/2020 em suas atividades.

Com a previsão de retorno às atividades presenciais, do ano de 2020 para o ano de 2021, a rede municipal de ensino além de ter principalmente como orientação para este retorno o Parecer CNE 15/2020, formularam e divulgaram a “Readequação Curricular”, havendo nesta readequação elementos indicados pelo Parecer descrito.

Em ambos, observa-se que tratam de desenvolver de modo contínuo os objetivos de aprendizagens propostos e esperados para o ano de 2020 com os do ano 2021, havendo ainda o aporte na LDBEN 9.394/1996, quando trata em seu

artigo 23, da flexibilização da organização curricular, mediante formas diversas de organização.

Podemos indicar então que houve um movimento na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE para adequar as orientações dos pareceres do Conselho Nacional de Educação, especialmente no aspecto de readequação curricular, mencionado e explicado na primeira formação da Educação Infantil do ano de 2021, como também na formação para gestoras/es, coordenadoras/es e apoio pedagógico da rede.

O outro ponto de destaque são as orientações para preenchimento de relatórios e cadernetas de acordo com os documentos orientadores. Percebe-se neste contexto que os objetivos da gestão da rede municipal estão muito direcionados aos fazeres burocráticos que comprovem que as atividades foram realizadas de acordo com os documentos orientadores e menos com o atendimento das necessidades dos/das docentes no contexto do trabalho em casa e as dificuldades relatadas na interação família/escola, recursos tecnológicos e equipamentos. O fazer o novo a partir da experiência é evidenciado a partir de algumas orientações relatadas por gestora da Secretaria de Educação em evento de formação;

Precisa-se investir na formação continuada (de docentes) para que tenham insights.⁵

Não tem receita e atividade ‘correta’”, pois docentes estão testando possibilidades. “Têm horas que acertam, têm horas que erram”.

Acredita que a pandemia não mudou o nosso propósito (das/os docentes) de impactar positivamente a vida dos estudantes

No mês de outubro de 2021, na rede municipal de ensino de Vitória de Santo Antão-PE houve o retorno gradual das atividades presenciais nas escolas deste município, em formato híbrido, sendo a partir de etapas específicas, havendo a orientação para que cada escola disponibilize calendário próprio alinhado ao protocolo da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), sendo a última etapa da educação básica a retornar a da Educação Infantil. Esta orientação de retorno foi divulgada na rede social *Instagram*, da Prefeitura Municipal do município

⁵ Conhecimento intuitivo e repentino dos elementos necessários para a compreensão e solução de um problema ou situação; estado. Michaelis – Dicionário Brasileiro de língua Brasileira 2021- Editora Melhoramentos. Ltda.

(@prefeituradavitoriaoficial), no dia 05 de outubro de 2021, e reafirmada nos grupos de *WhatsApp* que fizemos parte.

No dia 19 de novembro de 2021, foi divulgado no grupo de *WhatsApp* da Educação Infantil por docentes a respeito do retorno das atividades presenciais, em uma segunda-feira, 22 de novembro de 2021, para todas as etapas de ensino, sendo uma orientação da direção de ensino da rede, com a foto do memorando sendo divulgada no grupo. Entre os dias 19 e 21, observamos um movimento no grupo, de questionamentos quanto a este retorno presencial, um deles foi: *“todas as escolas voltarão na segunda? Independente das condições da escola?”*, outra docente comentou a respeito deste questionamento, ao dizer que *“[...] Na minha (zona rural) ainda não temos merenda. Deve iniciar um dia após a chegada”*. Nenhum dos questionamentos foram diretamente respondidos pela coordenadora da Educação Infantil ou outra pessoa relacionada a Secretaria Municipal de Educação.

De um modo geral, foi observado nas formações e eventos, e com reforço nos grupos de aplicativos que a ênfase na organização e orientações foi relacionada as questões de readequação curricular e nos planejamentos. A rede municipal de ensino em relação a etapa da Educação Infantil, não promoveu as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades remotas pelos e pelas docentes e estudantes/crianças e suas famílias. Desse modo, não investiu no desenvolvimento dos/das estudantes, tornando a atividade da Educação Infantil fragilizada com a pandemia do Covid-19.

Cabe registrar mais uma vez que o “Programa Vitória Ensina em Casa” em parceria com *CIEE* (Centro de Integração Empresa-Escola), Itaú Social, Banco Internacional e outros foi iniciado em maio de 2021 como um reforço as atividades remotas. O Programa surge sem apresentar alternativas em relação as condições específicas da rede em relação as condições de acesso a internet e aparelhos para estudantes, docentes e/ou famílias e assim mostrando um distanciamento do que se propõe com a realidade do município.

Importante mais uma vez destacar que nos encontros de formação e eventos fica latente o foco nas dinâmicas de apresentações de experiências no contexto da pandemia da Covid-19 por docentes e coordenadores(as) pedagógicos, são as trocas de experiências que aparecem como atividade recorrente de “formação” com a perspectiva de que as práticas experienciadas no trabalho remoto e portanto o

modo possível de realização do trabalho docente junto as famílias e estudantes sejam modelos para novas experiências.

Como também importa destacar a autoria de docentes nas atividades divulgadas no grupo da Educação Infantil, de estarem entre si buscando soluções e possíveis caminhos para como efetivar as atividades nesta etapa e considerando os desafios advindos com o contexto da pandemia do Covid-19, as aulas remotas e na adequação das demandas da rede municipal de ensino. Ao mesmo tempo, esses elementos evidenciaram certa precarização do trabalho docente mediante aos poucos recursos e pouco incentivo às atividades por eles/as realizadas.

Por fim, a pesquisa possibilitou compreender a dinâmica da etapa da Educação Infantil no município de Vitória de Santo Antão no contexto de um fenômeno social complexo a partir da observação nos ambientes virtuais que possibilitaram o trabalho remoto. Infelizmente não podemos afirmar que a pandemia da Covid -19 chegou ao final, apesar do retorno dos estudantes, docentes ao formato presencial. Ao finalizar este trabalho ainda não chegamos aos 75% de vacinados e as crianças da educação infantil ainda são o grupo mais venerável (sem vacina).

REFERÊNCIAS

ABMES. **Plano nacional de educação está com 80% das metas estagnadas**, diz estudo. Publicado em 27 maio de 2019. Disponível em: <<https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3322/plano-nacional-de-educacao-esta-com-80-das-metas-estagnadas-diz-estudo>> Acesso em 14 jun. 2020.

ABRAMOWICZ, Anete. **Educação infantil e a escola fundamental de 9 anos**. Olhar de Professor, vol. 9, núm. 2, 2006, p. 317-325. Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino. Paraná, Brasil. 2006.

ABREU, Luci Castor; BRUNO, Eliane B. G.; MONÇÃO, Maria Aparecida G. Os saberes necessários ao coordenador pedagógico de educação infantil: reflexões, desafios e perspectivas. In: PLACCO, Vera M.; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). **O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade**. São Paulo: Loyola, 2010.

ANDIFES. **Relatório do Inep avalia andamento das metas do pne**. Publicado em 11 jun 2020. Disponível em: <[BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 3. ed. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2003.](http://www.andifes.org.br/relatorio-inep-avalia-andamento-das-metas-pne/#:~:text=Meta%201%20%E2%80%93%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil&text=Situa%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%93%20A%20meta%201%20n%C3%A3o,alcan%C3%A7ada%20entre%202018%20e%202020.> Acesso em 14 jun. 2020.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Estabelece as diretrizes do ensino e da aprendizagem na educação básica nacional. Brasília, 2017.

_____. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2010.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2021.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Estabelece a aprovação do plano nacional de educação, com vigência por 10 (dez) anos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. **Política Nacional de Educação Infantil**: Pelo direito das crianças de 0 a 6 anos à Educação Brasília, DF: MEC, 2006.

_____. **Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Fundeb. Publicado em 26 ago. 2020, 10: 07. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/687499-conheca-o-novo-fundeb-que-amplia-gradualmente-os-recursos-da-educacao/>> Acesso em 04 dez. 2020.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. Educação continuada: função essencial do coordenador pedagógico. In: BRUNO, Eliane B. Gorgueira et al. (orgs.). **O coordenador pedagógico e a educação continuada**. São Paulo: Loyola, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n.100 – Especial, p. 921-946, out. 2007.

G1. Globo. Números da pandemia. Disponível em:

<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/?_ga=2.210705814.247076200.1638040897-459640269.1637948754> Acesso em: 26 nov. 2021.

GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho. GUIMARÃES, Jane Mary de Medeiros. **Aulas remotas, escolas vazias e a carga de trabalho docente**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 30, p. 772-787, set./dez. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vitória de Santo Antão.

Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/vitoria-de-santo-antao.html?>> Acesso em: 02 jun. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vitória de Santo Antão.

Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/vitoria-de-santo-antao/panorama>> Acesso em: 29 jun. 2019.

IDEB. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Ideb por escola. Disponível em: <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica>> Acesso em: 02 jun. 2019.

KOHAN, Walter O. **Infância, estrangeiridade e ignorância**: Ensaios de filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KOHAN, Walter Omar. **Visões de filosofia**: infância. ALEA, Rio de Janeiro. vol. 17/2, p. 216-226. jul-dez 2015.

KRAMER, Sonia. **Com a pré-escola nas mãos** - uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. São Paulo: Heccus, 2013.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1999.

PLACCO, Vera M.; SOUZA, Vera Lúcia. Diferentes aprendizagens do coordenador pedagógico. In: ALMEIDA, Laurinda; PLACCO, Vera M. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade**. São Paulo: Loyola, 2010.

PLACCO, Vera M.^a N. de S. O coordenador pedagógico no confronto com o cotidiano da escola. In: PLACCO, Vera M.^a N. de S. e ALMEIDA, Laurinda R. de (orgs.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Loyola, 2010.

PLACCO, Vera M.^a N. de S. SILVA, Sylvia Helena Souza da. A formação do professor: reflexões, desafios, perspectivas. In: BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; CHRISTOV, Luiza Helena da Silva (org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco**: educação infantil. União dos Dirigentes Municipais de Educação; coordenação Ana Coelho Vieira Selva, Sônia Regina Diógenes Tenório; apresentação Frederico da Costa Amâncio, Maria Elza da Silva. - Recife: A Secretaria, 2019.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de; VEIGA, Ilma Passos Alencastro (orgs.). **Escola**: Espaço do projeto político-pedagógico. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SILVA, Moacyr da. O trabalho articulador do coordenador pedagógico: a integração curricular. In: PLACCO, Vera M.; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). **O coordenador pedagógico e os desafios da educação**. São Paulo: Loyola, 2010.

UOL. Drauzio Varella. Covid 19. Disponível em:
<<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/covid-19/>> Acesso em: 04 dez. 2020.

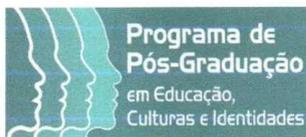
_____. Drauzio Varella. Síndrome respiratório do oriente médio (MERS). Disponível em:
<<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-respiratoria-do-oriente-medio-mers/>> Acesso em 04 dez. 2020.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. FALCIANO, Bruno Tovar. **Docência na educação infantil durante a pandemia**: percepções de professoras e professores. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 30, p. 788-805, set./dez. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman - Artmed, 2003.

ANEXOS

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA POR PARTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES

Apresentação da Mestranda e Autorização para a Pesquisa

À Secretaria Municipal de Educação de Vitória de Santo Antão-PE

Prezada Secretária,

Em nome do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), viemos solicitar sua autorização para a mestranda Waleria Vila Nova da Silva realizar a sua pesquisa intitulada "A Coordenação Pedagógica Escolar e a Educação Infantil em escolas de Vitória de Santo Antão-PE: os sentidos atribuídos à atividade da coordenação e à experiência da Educação Infantil, no contexto educacional da pandemia do covid-19", sob a orientação da Professora Dr^a. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches.

A pesquisa tem como objetivo analisar os sentidos atribuídos pelas(os) professoras(es), gestoras(es) e coordenadores(as) pedagógicas(os) à experiência da Educação Infantil e à atividade da coordenação pedagógica no atendimento e acompanhamento a etapa da Educação Infantil no município pesquisado, no contexto da pandemia do covid-19. Para tanto, serão utilizados questionários e registros de observações do diário de campo, para posterior análise e apresentação dos resultados.

Os questionários serão preenchidos através da plataforma "Google Forms" e enviados aos sujeitos da pesquisa. Os dados construídos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, apresentações em eventos científicos, processos de formação docente e aulas com finalidade educativa. Asseguramos que nenhum dado de identificação pessoal dos participantes será incluído nos resultados do estudo e que os mesmos estarão livres para aceitar ou não a participação na pesquisa.

Solicitamos sua autorização para que o nome do município de Vitória de Santo Antão-PE conste no trabalho da pesquisa, respeitando o uso das informações para fins acadêmicos. A pesquisadora e sua orientadora estarão à disposição para esclarecimentos e dúvidas a respeito da pesquisa.

Agradecemos antecipadamente a compreensão e contamos com seu apoio.

Recife-PE, 13 de janeiro de 2021.

Waleria Vila Nova da Silva

Ana de Fátima P. de S. Abranches

Waleria Vila Nova da Silva
E-mail: waleriavn@gmail.com

Ana de Fátima P. de S. Abranches
(Professora Dr^a. Orientadora)
E-mail: anafpsa@gmail.com

Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação,
Culturas e Identidades
Diretoria de Formação Profissional e Inovação
Fundação Joaquim Nabuco/UFRPE
E-mail: cac_stricto.difor@fundaj.gov.br

Ciute:

Am. Judicio Padilla
18/10/2021.

Secretaria Executiva de Consorcio.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

*Termo enviado para às/aos coordenadoras/es pedagógicas/os através do *Google Forms*:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada "A Educação Infantil em Escolas de Vitória de Santo Antão-PE, no contexto da pandemia do covid-19", sob a responsabilidade de Waleria Vila Nova da Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco, com a orientação da Prof. Dra. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches, servidora da Fundação Joaquim Nabuco. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os sentidos atribuídos pelas(os) coordenadoras(es) ao atendimento e acompanhamento a etapa da Educação Infantil no município pesquisado, no contexto da pandemia do covid-19. Os resultados da pesquisa serão publicados e a identidade do/da respondente será preservada. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar da pesquisa. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento. Espera-se que os resultados desta investigação possam contribuir para analisar o processo de ensino e aprendizagem da Educação Infantil, as atividades das/os coordenadoras(es) desta etapa do ensino e seus desafios no contexto da pandemia.

E-mail: _____

Aceita participar?

() Sim, aceito participar da pesquisa.

() Não gostaria de participar.

*Termo enviado para às/aos professoras/es da Educação Infantil de Vitória de Santo Antão-PE, através do *Google Forms*:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada "A Educação Infantil em Escolas de Vitória de Santo Antão-PE, no contexto da pandemia do covid-19", sob a responsabilidade de Waleria Vila Nova da Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco, com a orientação da Prof. Dra. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches, servidora da Fundação Joaquim Nabuco. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os sentidos atribuídos pelas(os) professoras(es) ao atendimento e acompanhamento a etapa da Educação Infantil no município pesquisado, no contexto da pandemia do covid-19. Os resultados da pesquisa serão publicados e a identidade do/da respondente será preservada. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar da pesquisa. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento. Espera-se que os resultados desta investigação possam contribuir para analisar o processo de ensino e aprendizagem da Educação Infantil, as atividades das/os coordenadoras(es) desta etapa do ensino e seus desafios no contexto da pandemia.

E-mail: _____

Aceita participar?

() Sim, aceito participar da pesquisa.

() Não gostaria de participar.